

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG
Orientador: Professor Dr. José Meneleu Neto

**OS TRABALHADORES E A INDÚSTRIA:
REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO GEOGRÁFICO**

NANCY GONÇALVES DE ARAÚJO

Fortaleza – Ceará
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NANCY GONÇALVES DE ARAÚJO

**OS TRABALHADORES E A INDÚSTRIA:
REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO GEOGRÁFICO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de mestre na área de concentração Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Orientador: Prof. Dr José **Meneleu** Neto

Fortaleza – Ceará

2007

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG

Título do Trabalho

**OS TRABALHADORES E A INDÚSTRIA:
REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO GEOGRÁFICO**

Autor(a): Nancy Gonçalves de Araújo **Nota:**_____ **Conceito:**_____

Defesa em: 24/08/2007

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José **Meneleu** Neto
Universidade Estadual do Ceará – UECE

1º Examinador(a): Prof.^a Dr.^a **Zenilde** Baima Amora
Universidade Estadual do Ceará – UECE

2º Examinador(a): Prof.^a Dr.^a **Eliana** Costa Guerra
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível mediante a ajuda de algumas pessoas e instituições. Assim, gostaria de agradecer a essas pessoas.

À minha querida família, base de todos os meus valores e da pessoa que sou, na figura dos meus amados pais Cláudio Paula de Araújo e Maria Ila Gonçalves de Araújo e minha irmã Daniele Gonçalves de Araújo, pelo apoio incondicional nos momentos de dificuldades, pela compreensão e incentivo a continuação das atividades acadêmicas. Agradeço, também, a minha tia Joselene Paula de Araújo, a minha avó Francisca Paula, ao meu irmão Aclécio Gonçalves de Araújo e sua esposa Rosa pelo apoio e pelos momentos de desconcentração e pelo amor com que fui presenteada.

Ao meu querido namorado, Lincoln Perez Braga, por se mostrar um grande parceiro em todos os momentos, desde a época da seleção do MAG e durante toda a pesquisa, pelas sugestões preciosas e principalmente, pelo apoio, incentivo, companheirismo e compreensão. Especialmente pelo seu auxílio no final da pesquisa, tanto nos campos, quanto disponibilizando o seu tempo e sua casa para os ajustes finais no trabalho.

Aos meus queridos professores que me acompanharam desde a graduação, em especial, ao Professor Luiz Cruz Lima, com o qual comecei a aventura acadêmica e à Professora Lúcia Brito pelos anos de trabalhos e ensinamentos, experiência que me marcou profundamente e que constitui uma das bases principais da minha postura acadêmica. A ela sou-lhe muito grata pela convivência e pelo auxílio na minha formação.

Ao meu orientador Prof. José Meneleu Neto pela colaboração, auxílio e confiança nesta breve trajetória que constitui o Mestrado. A professora Eliana Costa Guerra que além das valiosas observações, tive o prazer de compartilhar a experiência da prática de ensino no Estágio Docente e a realização de um Seminário, juntamente com o Prof. Fábio Perdigão. A professora Zenilde Baima Amora com quem aprendi a tentar evitar os determinismos, ser mais “flexível” e a enxergar a complexidade das práticas sociais, sempre muito solícita comigo. A ela toda admiração e respeito por sua contribuição intelectual e postura acadêmica.

Aos professores que sempre estiveram dispostos a me ajudar. Assim, agradeço aos professores do corpo docente do MAG, em especial aqueles com que tive a oportunidade de trabalhar desde a graduação e que tiveram um importante papel para mim, a Professora Claudia Granjeiro, a Denise Elias e Edilson Alves Pereira Júnior. Este último me inspirou a trabalhar a minha proposta inicial de Mestrado e o que também me sugeriu a mudança no objeto.

Aos meus queridos amigos da turma 2005 pelas sugestões, conversas e apoio. Dentre eles, aos amigos que fizeram parte da minha turma, à Luciana Martins Freire, pelas conversas, apoio e companheirismo que consolidou nossa amizade; ao Niepson Arruda, pelos momentos de desconcentração e pela firmeza; ao Paulo Henrique de Sousa, sempre tão solícito comigo, responsável pelos meus *abstracts*, que esteve tão presente nos momentos difíceis e que tenho certeza, tornou-se um amigo para todos os momentos na vida.

Além deles, também agradeço aos amigos de outras turmas pelas valiosas sugestões e conversas com a Adriana Marques e a Marília Colares, pelo auxílio em vários momentos e pelo debate constante de questões referentes à pesquisa.

Aos colegas das demais turmas, Cisne, Juscelino, Naiara, Nicolai, Síntia, em especial, ao Aridênio Quintiliano, pela sua disponibilidade em ajudar e pelo importante auxílio técnico em diversos momentos.

Aos meus amigos, companheiros de Universidade que possuem importante contribuição na minha formação, Flávia, Sandra e Madalena com as quais trabalhei no Nettur e com os quais vivenciei na prática como fazer pesquisa e enfrentei as primeiras dificuldades que envolve esta atividade.

Aos amigos da época da graduação com as quais dividi as incertezas e ânsias do conhecimento geográfico, Alexandre, Lyudmilla, Eder Mileno e, especialmente, a Lílian Mourão e Débora Rebouças. Estas últimas, por compartilharem comigo as primeiras incursões ao objeto estudado.

Ao grupo de discussão da UFC que me apresentou autores importantes e com o qual desenvolvi uma discussão profunda, mesmo em um período breve, especialmente a professores: Alba e ao Marcelo.

Aos trabalhadores que me receberam tão gentilmente em suas residências e dividiram comigo suas histórias de vidas e suas expectativas.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq pelo financiamento de minha pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho busca investigar as transformações sócio-espaciais no Corredor Horizonte-Pacajus com a instalação da indústria de calçados Vulcabrás do Nordeste S/A, no ano de 1996 e que atualmente também trabalha no setor têxtil. É na busca da perspectiva do trabalhador que se procura identificar como ocorre a expansão desta empresa e o papel que a mesma tem na vida dos seus trabalhadores. O objeto de nosso interesse se insere no âmbito das reflexões sobre os desdobramentos do mundo do trabalho no Ceará. A empresa caracteriza-se pela contratação de grande quantidade de mão-de-obra barata, de baixo nível de qualificação profissional e educacional, fato que possibilita o pagamento menor do que a outros profissionais que desempenham a mesma função em outros estabelecimentos do mesmo grupo empresarial, ampliando ainda mais o controle desse grupo. Assim se explica a contratação de trabalhadores de variados níveis escolares na mesma função ou mesmo a contratação de pessoas sem nenhuma experiência profissional anterior para o desempenho das suas funções. Paralelamente, há a busca de um trabalhador especializado de outros locais, a exemplo de Fortaleza e do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Para uma população que se caracteriza pela pobreza e é carente de profissionais em decorrência de subsistência, o apego ao emprego formal tende a ter muita importância a sua vinculação a projetos de melhoria de vida e/ou de ascensão social.

Palavras-Chave: Corredor Horizonte-Pacajus, Indústria, Mobilidade, Trabalhador.

ABSTRACT

The present work searches to investigate the social and spatial transformations on Horizonte-Pacajus Hall after the installation of the industry of footwear Vulcabrás do Nordeste S/A, in 1996 that, currently, works with the textile sector as well. Is in the search of the workers perspective that the work tries to identify how occurs the expansion of this company and its paper in the life of its workers. The object of our interest is inserted in the scope of the reflections about the developments of the work world in Ceará. The company is characterized by the hiring of a high amount of cheap and low level of professional and educational qualification labor, a reality that makes possible the lower payment than other worker that have the same function in others establishment of the same company, extending even more the control of the group. Thus, the hiring of workers with different scholar levels on the same function or even the hiring of people without professional experience to its functions may be explained. Similarly, there is the search for specialized workers from others places, for example from Fortaleza and from Rio de Janeiro and São Paulo axis. To a population characterized by poverty and the lack of professionals due its subsistence, the clinging to formal job trends to acquire too much importance to its bonds with projects of increasing of life and/or social ascension.

Key-words: Horizonte-Pacajus Hall, Vulcabrás do Nordeste, Mobility, Workers.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	09
LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
1.0 A organização espacial do Corredor Horizonte-Pacajus.....	20
1.1 Ocupação e produção do espaço - do passado ao presente.....	20
1.2 O adestramento dos trabalhadores para a indústria no “Corredor”.....	56
1.3 As formas de mobilidade e sua relação com o mundo do trabalho.....	59
1.4 Os fixos e os fluxos - a BR-116 como elemento de circulação.....	63
2.0 O MOVIMENTO DO CAPITAL NO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	75
2.1 A Desconcentração da indústria brasileira e sua repercussão no Ceará.....	83
2.1.1 O Ceará na rota da produção calçadista.....	89
2.2 As empresas terceirizadas e “terceirizantes”: a problematização do trabalho no Corredor Horizonte-Pacajus.....	91
3.0 A VULCABRÁS DO NORDESTE - INDÚSTRIA CALÇADISTA E TÊXTIL.....	103
3.1 A localização da indústria Vulcabrás do Nordeste no Corredor Horizonte- Pacajus, seu processo produtivo e expansão da empresa.....	103
3.2 A fábrica e sua extensão: <i>locus</i> da produção e da socialização.....	111
3.3 Os trabalhadores e a empresa.....	112
3.4 As técnicas de incorporação do trabalhador à empresa.....	122
3.5 A Vulcabrás como geradora de fluxos – a mobilidade dos trabalhadores.....	132
3.6 Conseqüências da relação – empresa/trabalhador.....	137
4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
FIGURA 01 - Unidade da Jandaia, localizada no Corredor Horizonte-Pacajus, às margens da BR-116.....	29
FIGURA 02 - <i>Slogan</i> da Jandaia, localizada no Corredor Horizonte-Pacajus, às margens da BR-116.....	30
FIGURA 03 - Unidade da Empresa Flamingo, localizada no Corredor Horizonte-Pacajus, às margens da BR-116, no lado oposto da Jandaia.....	30
FIGURA 04 - Restaurante localizado no Corredor Horizonte-Pacajus.....	37
FIGURA 05 – Lan-house aberta em residência no Corredor.....	38
FIGURA 06 – Lan-house como estabelecimento comercial no Corredor.....	38
FIGURA 07 e 08 - Atividades comerciais localizadas no Corredor.....	39
FIGURA 09 – Empresa Troller Veículos Especiais S/A, localizada no Corredor Horizonte-Pacajus.....	43
FIGURA 10 - Fábrica de Embalagens Rigesa, no Corredor em 1996.....	44
FIGURA 11 - Vista da Rigesa no Corredor em 1996.....	45
FIGURA 12 - Vista interna das instalações da Rigesa no Corredor.....	45
FIGURA 13 - Vendedor ambulante em uma das praças do Corredor, vendendo seus produtos.....	56
FIGURA 14 – Trecho da BR-116 que corta o Corredor.....	65
FIGURA 15 – Representantes da C&A no Corredor, oferecendo crédito “fácil” e “rápido” aos trabalhadores.....	67
FIGURA 16 – Trecho da duplicação da BR-116 em reconstrução no Corredor.....	70
FIGURA 17 – Figuras da política em protesto dos moradores e dos empresários no Corredor pela busca de investimentos para a duplicação da BR-116.....	71
FIGURA 18 – Reconstrução da duplicação da BR-116 no trecho que liga Fortaleza a Horizonte.....	72
FIGURA 19 – Trecho concluído da obra de duplicação da BR-116 que liga Fortaleza ao Corredor.....	73
FIGURA 20 – Trecho da obra de duplicação da BR-116 no Corredor que não foi iniciada.....	73
FIGURA 21 – Trecho da BR-116 no Corredor demonstrando a péssima condição da estrada.....	73
FIGURA 22 – Placa de construção da cervejaria Schincariol que destaca a criação de 160 novos empregos diretos, 900 empregos indiretos e valor de investimento de R\$ 135 milhões.....	74
FIGURA 23 – Canteiro de obras de construção da cervejaria Schincariol.....	74
FIGURA 24 - Unidade da Empresa SN Confeções, instalada no Corredor Horizonte-Pacajus, às margens da BR-116.....	96
FIGURA 25 - Ciclódromo da Empresa SN Confeções, no Corredor Horizonte-Pacajus.....	98
FIGURA 26 – Entrada da Vulcabrás do Nordeste, no Corredor Horizonte-Pacajus.....	105
FIGURA 27 - Trabalhadores da Vulcabrás do Nordeste no Corredor, demonstrando a intensificação da mais-valia.....	126
FIGURA 28 - Trabalhadores na linha de produção da Vulcabrás do Nordeste, no Corredor.....	131
FIGURA 29 – Trabalhadores da Vulcabrás sendo deixados em um dos pontos de parada da rota dos ônibus da Vulcabrás.....	132
FIGURA 30 – Trabalhadores da Vulcabrás sendo deixados no Corredor Horizonte-Pacajus, as margens da BR-116.....	135
FIGURA 31 – Trabalhadores da Vulcabrás retornando para suas residências.....	136
GRÁFICO 01 - Número de empregos formais nos grandes setores do IBGE no ano de 2005.....	47

ORGANOGRAMA 01 - Linha de montagem do setor calçadista da Vulcabrás.....	107
ORGANOGRAMA 02 - Etapas no Setor de Corte.....	109
MAPA 01 – Localização da Empresa Vulcabrás do Nordeste no Corredor Horizonte-Pacajus.....	104
MAPA 02 – Mobilidade dos trabalhadores da Vulcabrás em uma das rotas realizadas no Corredor Horizonte-Pacajus.....	133

LISTA DE TABELAS

	Pág.
TABELA 01 - População Residente e Taxa Geométrica de Crescimento da Região Metropolitana de Fortaleza no período de 1970 à 2000.....	26
TABELA 02 - Quinze maiores municípios, segundo o PIB Total - Ceará - 2002.....	36
TABELA 03 - Perfil de escolaridade dos trabalhadores no ano de 2005.....	49
TABELA 04 - Perfil de trabalhadores por localidade no ano de 2005.....	49
TABELA 05 - Número de trabalhadores formais do sexo masculino no setor da indústria segundo faixa etária na RMF em 2005.....	51
TABELA 06 - Número de trabalhadores formais do sexo feminino no setor da indústria segundo faixa etária na RMF em 2005.....	51
TABELA 07 - Número de trabalhadores formais do sexo feminino no setor da indústria segundo grau de instrução na RMF em 2005.....	52
TABELA 08 - Número de trabalhadores formais do sexo masculino no setor da indústria segundo grau de instrução na RMF em 2005.....	53
TABELA 09 - Perfil de colaboradores por sexo no ano de 2005.....	53
TABELA 10 - Perfil de trabalhadores por estado civil no ano de 2005.....	54
TABELA 11 - Perfil dos trabalhadores por tempo de serviço.....	54
TABELA 12 - Número de funcionários contratados pela empresa Vulcabrás do Nordeste localizada no Corredor.....	111
TABELA 13 - Horários e turnos de trabalho nos setores calçadista e têxtil na Vulcabrás do Nordeste.....	136

LISTA DE QUADROS

	Pág.
QUADRO 01 - Origem da matéria-prima e destino da produção das firmas de Horizonte-Pacajus (grupo 1 – circuito regional).....	42
QUADRO 02 - Origem da matéria-prima e destino da produção das firmas de Horizonte-Pacajus (grupo 2 – circuito nacional).....	43
QUADRO 03 - Origem da matéria-prima e destino da produção das firmas de Horizonte-Pacajus (grupo 3 – circuito internacional).....	43
QUADRO 04 - Empresas de transporte que realizam a rota de Fortaleza e fazem escala na Rodoviária Naide Costa Menezes no Corredor.....	66
QUADRO 05 - Funções envolvidas nas operações de corte.....	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CEASA – Centro de Abastecimento do Ceará
CET AFTR – Centro de Educação Tecnológica Alexandre Figueira Rodrigues
CETAE – Centro de Treinamento e Assistência às Empresas
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa
FDI – Fundo de Financiamento da Indústria
FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PDDU – Plano Direto de Desenvolvimento Urbano
PIB – Produto Interno Bruto
PROVIN – Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
RMF – Região Metropolitana de Fortaleza
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI – Serviço Social da Indústria
SINE – Serviço Nacional de Emprego
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a responder como ocorrem as novas configurações do trabalho no Ceará, com a desconcentração do capital industrial no espaço geográfico. Para tanto, selecionamos a Empresa Vulcabrás do Nordeste S. A., localizada no Corredor Horizonte-Pacajus, área que corresponde a trecho da BR-116 abrangendo os municípios que nomeia e onde estão instaladas indústrias, principalmente às margens da BR. É com a busca da perspectiva do trabalhador que procuramos identificar como ocorrem a expansão desta Empresa e o papel que tem na vida dos seus trabalhadores.

Dentre os vários motivos que nos despertaram o interesse para escolher a Empresa como objeto de análise, temos a quantidade de trabalhadores que a organização emprega no Corredor Industrial Horizonte-Pacajus, principalmente, e em municípios vizinhos, como Itaitinga, Chorozinho e Fortaleza. Este fato a destaca perante as demais indústrias presentes na área, os demais setores econômicos e, portanto, revela a sua importância no Corredor.

Além disso, essa empresa é uma das várias que, especialmente, desde a partir da década de 1990, se deslocam do Sul e Sudeste para se instalarem no Nordeste. Esse movimento ocorre em vários setores, no entanto é predominante no calçadista, ramo de trabalho da empresa objeto de estudo e que, no ano de 1996, ampliou sua atuação para o ramo têxtil.

Outro aspecto relevante para a escolha é o fato de essa empresa, além de produzir as suas mercadorias, é uma fábrica que produz as mercadorias para outras marcas, funcionando como uma terceirizada, arcando com os custos da mão-de-obra para marcas como a Reebok, e “terceirizante”, pois contrata serviços que não fazem parte do processo produtivo, a exemplo da alimentação e dos serviços de limpeza.

Para vislumbrar a complexidade das questões que este estudo envolve, temos que considerar a reestruturação sócio-espacial mundial e suas conseqüências como uma etapa e condição para o quadro que se apresenta. Assim, temos que considerar variados elementos.

Partimos da crise da década de 1970, que ocorreu aparentemente em razão de um esgotamento das possibilidades da base técnico-produtiva presente, da incapacidade do sistema de aumentar a produtividade no processo de trabalho e

com a necessidade de redução dos custos de produção de mercadorias. Neste sentido, foi necessária a emergência de um novo padrão de tecnologia e de organização na produção que conduziu a patamares anteriormente conhecidos de crescimento econômico¹. Dessa forma, surgiu na década de 1980 a chamada reestruturação sócio-espacial.

Este momento se caracterizava por novos padrões de produção fundamentados nas revoluções técnico-produtivas, surgimento de novos setores econômicos e incorporações espaços ao ciclo de produção-consumo-circulação do capital (espaços produtivos). Todos os lugares passaram a obedecer a uma mesma lógica - a da mercadoria (relação social).

Para diminuir os custos com a produção, conseguir conquistar um mercado crescente e se tornar cada vez mais competitivas, as empresas adotam como estratégia a sua dispersão e agem migrando ou abrindo filiais ou terceirizando a sua produção de partes em diferentes países, ou todo o processo produtivo. Isto também ocorre dentro de um país, onde o deslocamento ocorre é tanto pela remuneração da força-de-trabalho, pelo baixo preço da matéria-prima e por vantagens oferecidas mediante incentivos fiscais.

No Brasil, a migração das empresas calçadistas do Sul e Sudeste para a Região Nordeste ocorrem em virtude do baixo custo da mão-de-obra, dos incentivos dos governos estaduais e em razão das necessidades de uma produção voltada para o mercado externo. Este último aspecto é de extrema importância para a produção calçadista, pois é ela que estimula a sazonalidade do trabalhador nesta indústria.

Na escala nacional, a concorrência com outros países fez com que fossem reduzidos os custos de produção e transporte. Neste cenário, o Nordeste possui vantagens competitivas em decorrência da localização privilegiada em relação aos Estados Unidos da América, o principal importador e em consequência da infraestrutura de portos e aeroportos. Neste aspecto, o Ceará se destaca por possuir dois portos grandes, o do Mucuripe localizado em Fortaleza e o do Pecém, situado a 60 km da Capital, o seu Aeroporto Pinto Martins, reformado e adaptado para receber vôos internacionais ainda na década de 1990, e as suas importantes rodovias, como a BR-116.

¹ Meneleu Neto (1996, pág. 77) garante que “o sentido de *renovação* da economia está centrado na recuperação do lucro capitalista, com vistas à retomada do ciclo de crescimento.”

No Ceará, a construção dos fixos associados aos transportes e outros tipos de infra-estrutura são setores que mais recebem investimentos públicos, com o intuito de propiciar a realização dos fluxos necessários à produção e ao consumo mundializados. Como a produção exige as infra-estruturas, alguns locais foram privilegiados para a utilização dos recursos públicos. Nesse particular, a BR-116 possui importância fundamental para o transporte de fluxos materiais, além de ser o local privilegiado para a instalação das maiores empresas em termos de tamanho da planta industrial, a exemplo da Vulcabrás.

Com a mudança no sistema de produção, com a finalidade de aumentar a produtividade e reduzir os custos, a circulação torna-se uma das formas de intensificar e expandir o sistema. E qual local seria melhor para realizar a circulação, possibilitando as realizações de fluxos de matéria, como pessoas, produtos, bens de produção e outros? A logística do Corredor atende as necessidades de circulação das plantas industriais instaladas, a chegada da matéria-prima, o escoamento da produção e o deslocamento dos funcionários. As instalações dessas empresas representam uma redução considerável nos seus gastos com a infra-estrutura dos transportes e possibilita a redução do tempo de locomoção para a Capital.

Assim, alguns lugares passam a representar pontos importantes, considerando a logística de transporte e escoamento da produção, a exemplo dos Municípios de Horizonte e Pacajus, localizados ao sul da Capital do Estado e que são cortados pela BR 116. Às margens dessa BR é o local onde se instalaram prioritariamente as indústrias que migraram para esses municípios que buscam diminuir os gastos com escoamento e distribuição das mercadorias.

A proximidade do Corredor com a Capital e com outros equipamentos infra-estruturais de municípios próximos, a quantidade abundante de mão-de-obra e os estímulos fiscais que as localidades têm à época do início da instalação industrial, que recebia os estímulos fiscais de área interiorana, reforçaram a ligação de complementaridade das atividades econômicas ocorridas entre esses municípios. Com isto, foi consolidado na década de 1990 um recorte territorial que já vinha se desenhando nas décadas anteriores, demonstrando a ineficácia do recorte administrativo para explicar uma realidade, camuflando as articulações regionais e intramunicipais presentes no atual ordenamento territorial.

Nessa proposta metodológica, enfatizamos o fato de que não há qualquer intenção de ajustar a experiência do Corredor àquelas que se desenvolvem nos

demais centros urbanos nacionais, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Também buscamos, no entanto, não dissociar dos processos gerais muitos dos seus aspectos principais, o que acabaria por distorcer mais do que esclarecer a realidade. Portanto, optamos por uma metodologia que o considera um elemento contextualizado a uma totalidade.

De forma geral, essa análise se propõe estudar o processo de industrialização ocorrido nos Municípios de Horizonte e Pacajus, levando em consideração a relação íntima do Estado e do capital, em que o primeiro promove a reprodução ampliada do segundo. A parceria ocorre por meio do Estado, criando um *sistema de objetos* e um *sistema de ações* (SANTOS, 1999), como as estradas, portos, aeroportos e estabelecendo parcerias com as diferentes indústrias para adequar, primeiramente e depois qualificá-los para o trabalho industrial. No segundo plano, temos o capital de escalas diferentes que, por meio das empresas, inclusive transnacionais, se apropria do que existe no território para utilizá-lo de forma a suprir seus interesses. Nesse sentido, o território em especial vai oferecer grande quantidade de mão-de-obra intensiva, sem capacidade reivindicista e apta a aceitar um salário irrisório.

Ao nos propor estudar a industrialização no Corredor Horizonte-Pacajus no período atual, procuramos abordá-la inicialmente de forma geral, para depois nos determos em um caso específico, o da Empresa Vulcabrás do Nordeste. É a partir dessas relações que o Corredor passa a participar de nova divisão territorial do trabalho, alicerçada no atual uso do território, atendendo a uma racionalidade exógena que o situa como parte integrante de redes, fluxos (capitais, mercadorias, mão-de-obra e informações) e dos fixos (canais, estradas etc) associados principalmente ao capital internacional. É o que Santos (2002) denomina de *território* usado como sinônimo de *espaço geográfico*.

Na proposta teórica metodológica de Santos (1986, p.16) “para se estudar o território não basta apenas falar de mundialização ou globalização se desejamos aprofundar o debate a cerca do processo de conhecimento desse aspecto da realidade total.” Para ele, o território abrange não somente as formas, mas também envolve a sua utilização, o seu sistema de objeto e de ações, ou seja, constitui o espaço habitado.

Nesse sentido, o território constitui relação dialética, na medida que é nele são materializadas as relações sociais, também ele fazendo parte delas. Assim,

nessa análise, o território passa a ser compreendido, conforme Santos (1998, p.17), como um “território dialético já que usado o território é humano, podendo desse modo comportar uma dialética.”

Ele é fundamental para que possamos tratar de uma categoria principal que envolve a contemporaneidade do trabalhador, uma força de trabalho livre e móvel que reúne a mobilidade espacial ocorrente na sociedade moderna em razão das mudanças nas relações sociais e promovem dinâmicas territoriais, pois, a mobilidade representa um meio para a reprodução do capital, uma vez que ela se tornou essencial para o processo de acumulação.

Assim, partiremos para tratar das alterações ocorridas no mundo do trabalho, considerando as especificidades do trabalhador cearense da indústria Vulcabrás do Nordeste S. A., que se destaca no Corredor devido a grande quantidade de mão-de-obra contratada, que no ano de 2007 alcançou 12.000 funcionários; pelo pagamento em dia de seus trabalhadores e pela contratação de familiares e pelas premiações. Então, consideramos as condições históricas do lugar, com suas especificidades econômicas, políticas, sociais e culturais.

Desse modo, faz-se necessário desconstruir a idéia de um trabalhador revoltado por ser explorado no seu trabalho, substituído pelas revoluções organizacionais e tecnológicas por meio da cibernética e outras novas tecnologias e buscando conseguir seus direitos mediante uma luta sindicalista. A realidade aponta um quadro totalmente diferente e, para isso, a realidade atual do lugar foi retratada por uma pesquisa direta da área de estudo que foi o elemento principal para vislumbrar a relação da empresa com o trabalhador.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores dos dois ramos de atividades que a empresa possui - o calçadista e o têxtil. Elas foram realizadas na casa do trabalhador, com o objetivo de deixá-los mais à vontade para responder às questões. Também com esse objetivo e compreendendo o diferencial dos trabalhadores de acordo com a sua faixa etária, procuramos fazer entrevistas com cada qual, considerando as especificidades de sua vivência.

Assim, alguns trabalhadores trataram do processo produtivo e dividiram conosco suas expectativas e desejos em relação aos seus trabalhos, o que constitui um elemento muito importante para as suas vidas. Enquanto isso, outros nos contaram a sua trajetória ocupacional, trazendo à luz os deslocamentos espaciais

realizados, os motivos que os levarem a se deslocar para diferentes partes do País e, posteriormente, retornar para o seu lugar de origem.

Outras entrevistas foram realizadas com moradores em diferentes locais e momentos. Realizamos entrevistas com alunos de duas escolas no Ensino Fundamental e alunos do Ensino Médio, visando a entender a lógica verificada: industrialização e aumento da matrícula escolar. O objetivo desse tópico é esclarecer os mitos referentes ao trinômio emprego-qualificação-educação, uma vez que esses alunos são os que vão ser empregados nas indústrias, no comércio e serviços que foram impulsionados por ela; além de conversas ocasionais com moradores.

Também realizamos entrevistas com trabalhadores de outras empresas do Corredor, como a S.N Confecções, a Santana Têxtil e da Jandaíá. Elas objetivaram ter um quadro geral do que as empresas exigiam dos seus trabalhadores para contratá-los e acabaram por nos suscitar novas questões, uma vez que essas foram realizadas anteriormente as entrevistas com os trabalhadores da Vulcabrás e foram elas que estimularam centrar a visão no universo da empresa que se tornou o então objeto de estudo.

As especificidades encontradas com estas entrevistas confirmaram a nossa hipótese estabelecida após os primeiros relatos e responderam à hipótese a que o trabalho se propôs, ou seja, que a instalação de uma empresa como a Vulcabrás no Corredor promove alterações no modo de vida dos trabalhadores e que esta é alterada pelo modus vivenciado da população que vende sua força de trabalho, considerando a grande quantidade de trabalhadores envolvidos.

Em relação aos limites municipais, foram tomados separadamente pelo IBGE, em razão dos seus limites municipais. No trabalho, essa separação foi mantida em algumas tabelas, pois queremos enfatizar uma das características que conferem a unidade ao Corredor, pois o Município de Horizonte concentra as indústrias subsidiadas e Pacajus, reúne os serviços. Assim, pode ser constatada uma complementaridade de funções que justificam a unidade, conforme Pereira Júnior (2000 p. 183) anota: “o processo cria uma dinâmica de complementaridade indispensável à existência do lugar enquanto base para a consolidação da industrialização.”

O presente Relatório de Pesquisa está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo procura fazer uma caracterização do Corredor Horizonte-Pacajus

através da análise geográfica para tratar das mudanças espaciais e da atual ordenação territorial. Assim, mostraremos como ele se constituiu a partir de um resgate de sua história, enfatizando a formação e ocupação do território do Corredor, abordando: as condições naturais que favoreceram a organização espacial, a industrialização que promoveu maior dinâmica do quadro populacional, das atividades econômicas, do perfil da mão-de-obra e do papel do Estado.

Procuramos captar a realidade do Corredor evidenciando suas interdependências em três escalas - regional, nacional e internacional - mostrando sua inserção na nova divisão interna e internacional do trabalho, considerando a difusão de fixos e fluxos, tentando vislumbrar as transformações da produção e a construção do espaço, tomando como marco a década de 1990, quando houve a instalação de grandes indústrias com incentivos governamentais, além dos aportes técnicos que se encontram instalados em sua RMF

O segundo módulo trata da nova estratégia espacial da produção. Optamos nessa análise por realizar um recorte temporal a partir da década de 1990, quando ocorreram as principais mudanças na expansão do capital, provocando, inúmeras metamorfoses na sociedade e no espaço. Consideramos as novas condições históricas atuais, desde meados do presente século, que são a mundialização do espaço e a terceirização. É nesse capítulo que vamos tratar da dispersão e migração das indústrias no Território brasileiro, sua implicação no território e, conseqüentemente, a atual divisão do trabalho. É por meio da divisão do trabalho que partimos para a análise do trabalho formal e informal na atualidade, exemplificando as atividades informais mediante o depoimento de duas trabalhadoras. Para então, tratamos da precarização do trabalho de forma geral e nos concentramos nas especificidades dos trabalhadores cearenses.

No terceiro segmento, detemo-nos na análise dos depoimentos dos trabalhadores da Vulcabrás, mostrando a relação entre empresa e os trabalhadores. Inicialmente, tratamos da criação desta empresa no Corredor Horizonte-Pacajus, utilizando-nos de uma síntese histórica de sua empresa-matriz em São Paulo e destacando os fatores para a sua migração de Franca-SP para o Corredor. Posteriormente, abordamos alguns aspectos referentes à produção, sua verticalização e representatividade no número de empregos formais no Corredor. Para a partir de então, tratarmos das especificidades que envolvem a relação entre a empresa Vulcabrás do Nordeste e os seus trabalhadores residentes no Corredor.

Por fim, apresentamos as considerações finais – o quarto capítulo - que possuem a finalidade de sintetizar e enfatizar os aspectos mais relevantes tratados na análise. Além de apresentar o fechamento das idéias e conclusões centrais que envolvem não somente os trabalhadores do Corredor, mas que apontam as características principais da grande quantidade dos trabalhadores cearenses, é necessário destacar o fato de que não temos a pretensão de abranger os aspectos da realidade estudada, uma vez que esta se apresenta extremamente complexa e está em constantes transformações, muito menos, temos a pretensão de estabelecer verdades absolutas ou estabelecer perfil para o trabalhador cearense.

Pela metodologia desenvolvida, deixamos claro que para o desenvolvimento da pesquisa, faz-se necessário focalizar temas e aspectos da realidade, assim como escolher um método, que por tanto apresenta uma das possíveis análises, embora tenhamos consideradas diversas relações em diferentes escalas. Longe de nos propormos a responder todas as inúmeras questões que envolvem essa temática, esperamos que esse estudo tenha trazido algumas contribuições ao debate e propicie o estímulo de mais trabalhos que possam promover a continuidade que envolve o trabalhador no Ceará.

1.0 A organização espacial do Corredor Horizonte-Pacajus

Esta parte tem início com uma apresentação geral do Corredor, destacando os elementos responsáveis por seu ordenamento, dentre eles a criação da empresa Vulcabrás do Nordeste. Dessa forma, iniciamos o trabalho tratando da apresentação do Corredor Industrial Horizonte-Pacajus e de sua localização no Ceará e, em seguida, cuidamos de uma análise histórica, enfocando desde as primeiras formas de ocupação e organização do espaço até os dias atuais.

Nesse percurso, destacamos o Corredor no Ceará desde os primórdios de sua história até a sua inserção na descentralização da indústria para os antigos lugares considerados como reserva, que têm como marco a década de 1990. Essa abordagem visa não apenas a apreender as formas materializadas no espaço, mas também destacar os processos subjacentes ao ordenamento territorial, o desenvolvimento das suas atividades econômicas, especialmente a partir da década retrocitada, que evidenciaram o Corredor no contexto regional, nacional e internacional; e a organização espacial que evidenciam o Corredor na atualidade.

1.1 Ocupação e produção do espaço - do passado ao presente

O Corredor Horizonte-Pacajus está localizado ao sul da Capital do Estado do Ceará e tem importante papel na reestruturação do espaço cearense. Os municípios integrantes foram incluídos na Região Metropolitana de Fortaleza no final do ano de 1999, conforme a Lei 12.989, de 29 de dezembro de 1999².

Eles foram incluídos na RMF devido à importância que esses municípios passaram a apresentar em virtude da instalação das indústrias que ocorre na década de 1990, destacando-os entre os municípios de maior PIB no Estado. Além de inúmeras transformações que essa atividade imprime ao espaço, funcionando como um importante estimulador da metropolização.

A industrialização desses municípios propiciou significativas mudanças na economia, no trabalho e no cotidiano. As alterações nas relações sociais podem ser evidenciadas no intenso processo migratório, na alteração no padrão de consumo e

² Além dos municípios Horizonte e Pacajus, também foram incluídos Chorozinho e São Gonçalo do Amarante, ampliando para treze o total de municípios pertencentes à Região Metropolitana de Fortaleza.

na formação de fronteiras territoriais que não se restringem aos limites político-administrativos.

A formação de novas fronteiras territoriais pela dinâmica industrial ocorre devido ao desencadeamento de um conjunto de fluxos que formam novas espacialidades. O processo industrial cria um novo jogo de relações definido pelo e para o capital, e os limites municipais determinados por processos político-administrativos perdem a aplicabilidade diante das necessidades de produção e circulação das mercadorias no atual sistema de produção.

Mas, além disso, existem outros fatores que colaboram para o estabelecimento desse limite territorial. Os Municípios de Horizonte e Pacajus têm forte integração entre si, por diversos fatores: Horizonte ter sido distrito de Pacajus até 1987, à pequena distância entre as suas sedes (cerca de sete quilômetros) e por possuírem forte fluxo de equipamentos e pessoas em comum. Além de apresentar como importante elemento ordenador de crescimento e de sua organização espacial, com importância histórica, a BR-116 (MAPA 01), liga estes municípios à Capital (direção norte) e ao interior do Estado (direção sul).

Assim, recobramos historicamente a ocupação e dos modos de organização do Corredor Horizonte-Pacajus, tratando das primeiras formas de ocupação e produção do espaço a partir das condições naturais até o momento atual, quando a ordenação espacial passa a ter a industrialização como elemento principal.

Durante essa trajetória, esclarecemos a necessidade desse recorte para o presente estudo, com o objetivo de apreender o desenvolvimento da atividade industrial que evidenciou o Corredor no contexto estadual e que o situou como local pertencente a circuitos regionais, nacionais e internacionais. Destacaremos como a atividade industrial promove a criação de um recorte político-administrativo diferente dos limites municipais.

Na análise da produção do espaço de Horizonte-Pacajus, e para o levantamento da história do rural e urbano, adotamos a periodização proposta por Pereira Jr (2005)³, que utiliza três períodos para destingir a organização espacial

³ Para maiores esclarecimentos, consultar o livro "Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE)", de Edilson Pereira Júnior, resultado de uma pesquisa de mestrado finalizada em 2001, que buscava compreender como ocorre o processo de industrialização em Horizonte e Pacajus, municípios que apresentam acelerado crescimento industrial, no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Dentre as questões

existente, de acordo com as relações econômicas e de trabalho, que envolvem diversos fluxos. O primeiro período possui como característica predominante a vinculação das atividades relacionadas com as condições naturais. Ele afirma que:

A primeira dessas etapas se inicia com a implementação dos objetos de natureza colonial e se estende até a década de 1950. (...) Temos um espaço onde, inicialmente, o meio natural é utilizado pelo homem sem grandes transformações, o que se faz da natureza uma reguladora constante das necessidades sentidas pela sociedade. (*op. cit.*, p.107)

A segunda fase corresponde ao período de maior dinamismo dos elementos presentes no período anterior e no surgimento de novas relações econômicas e de trabalho que possibilitam o desenvolvimento de equipamentos urbanos e de novos intercâmbios comerciais. “Essa fase, iniciada em meados da década de 1950 e prolongada até o final dos anos 80, corresponde a um período de relativo aumento populacional, quando ocorre também maior crescimento das atividades ligadas ao setor comercial e dos serviços.” (PEREIRA JR; 2005, p.109).

A terceira etapa é o período de maior reorganização espacial do Corredor, que se inicia com “o começo da década de 1990 é o momento no qual a nova indústria inicia o processo de reestruturação na organização socioespacial.” (PEREIRA JR; 2005, p. 114). Esse constitui o momento mais importante para o estudo, na medida em que se iniciam mudanças técnicas de produção, com a chegada de importantes indústrias de capital exógeno ao local. Esse período se estende até os dias atuais, com importantes desdobramentos para a população, dentre eles, o referente ao trabalho.

A seguir, trataremos mais detalhadamente de cada uma dessas etapas, procurando destacar, entre os vários elementos presentes na realidade, as atividades econômicas, a mobilidade e a dinâmica do trabalho como elementos produzidos e produtores do espaço. Essa recuperação se faz necessária na medida em que o processo histórico de ocupação e produção do espaço evidencia importantes elementos para a constituição do recorte adotado e para as dinâmicas presentes na atualidade.

abordadas, destacam-se os novos fluxos, a dinâmica demográfica, novas formas de consumo do espaço urbano e o perfil dessas indústrias. Deve ser destacado o fato de que é a partir dessa dissertação, que se reconhece e passa a ser adotado o recorte espacial do Corredor, reconhecendo a existência de uma rede de fluxos que confere deslocamento, aproximação e funcionalidade.

Como produto histórico, o espaço de Horizonte-Pacajus apresenta contradições geradas não somente pelas atividades e modo de viver atual, mas também pela ocupação e produção do território em tempos vivenciados e construídos pela sociedade. Dessa forma, faz-se preciso conhecer o passado para compreender a atual organização espacial do Corredor Horizonte-Pacajus.

No período colonial, a área que hoje corresponde ao Corredor foi disputada pelos índios, capitães-mores, padres missionários e fazendeiros. Dentre os diversos fatores responsáveis por essas disputas, destaca-se o tipo de civilização nativa encontrada, que representou obstáculo aos interesses dos exploradores, em razão das suas características de tribo guerreira.

A tribo que ocupava essas terras era a dos Paiacus (Pacajus), que possuíam habilidade em atividades guerreiras adquiridas pela necessidade encontrada de suas andanças, dentre outros fatores. Essa tribo originou-se no Sul do Brasil e rapidamente chegou ao Norte e ocupou as terras que compreendem o Estado do Ceará. Girão (1990, p. 17) afirma que essa tribo dominava a região costeira que compreendia o rio Açu, serra do Apodi e Baixo Jaguaribe, até as proximidades do rio Choró, e que nas suas andanças chegaram às proximidades de Fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção. Como tribo guerreira, eles amedrontavam os conquistadores europeus e outras tribos de nativos pacatos que não tinham estratégias de guerras e eram seus aliados.

Dessa forma, essa tribo enfrentou constantes conflitos com os colonos da Capitania do Siará Grande. Dentre as suas guerrilhas, os índios utilizam táticas de guerras, como os ataques em massa, o primeiro dos quais data de 1666. Muitos ataques dessa natureza foram realizados ao longo de um período de quase três décadas, até o ano de 1964, quando a tribo realizou o último ataque em massa e foi derrotada pelos portugueses sob o comando de Francisco Dias Carvalho. Os índios sobreviventes da derrota sangrenta foram vendidos como escravos.

Mesmo com a derrota, os conflitos não cessaram e só pararam quando o desembargador Soares Reimão, conhecido defensor da causa indígena, demarca em 1707 uma légua de terra a alguns quilômetros das margens do rio Choró. Essa área equivale atualmente ao local onde se encontra o centro do Município de Pacajus.

Nesse espaço, foi estabelecido o núcleo dos Paiacus cearenses, que passaram a ser catequizados nos assentamentos indígenas criados. Eles

representavam formas de implantar valores sociais e econômicos europeus à sociedade existente, atendendo ao projeto político-econômico das autoridades colonizadoras. As atividades de produção eram locais e desempenhadas pelos índios, reduzidas a domesticação de animais e plantação de subsistência.

Além disso, os missionários fizeram com que os índios construíssem no centro da légua de terra doada, batizada de Monte-Mor-o-Velho, uma igreja no ano de 1865. A pequena igreja atraiu casas que foram construídas na sua proximidade e essa ocupação favoreceu a criação do Município de Pacajus em 1890, com o nome de Guarani.

Em meados do final do século XIX, a dinâmica socio-espacial do lugar passou ser alvo de novo dinamismo decorrente das atividades que passam a ser desenvolvidas, como artesanato, plantio de culturas temporárias (cana-de-açúcar e mandioca) e por pequenos comércios.

Nessa época, passaram a ser fabricados produtos regionais, como rapadura, aguardente e farinha de mandioca, que impulsionam a criação do comércio varejista, o qual criou várias unidades no Centro Guarani. Essa intensificação culminou com a criação do Mercado Central, em 1925, e posteriormente, com o nascimento da feira semanal.

Com isso, o Mercado Central e a feira semanal, produtos do crescimento das atividades econômicas, impulsionaram o desenvolvimento desse Centro. O Mercado possuía uma estrutura simples e exerceu função semelhante às igrejas e capelas, ou seja, centralizou o crescimento dos estabelecimentos comerciais ao seu redor.

Além disso, percebe-se que, paralelamente aos serviços, esse lugar centralizou o crescimento dos estabelecimentos comerciais em sua área de entorno, atendendo as necessidades dos municípios próximos. Mesmo atendendo ao mercado, esses locais concentraram pessoas que utilizavam como ponto de encontro para realizar sua sociabilidade, promovendo diversos tipos de acontecimentos sociais. De acordo Girão (*op. cit.*, p. 40):

(...) as mercearias e bodegas existentes atendiam as comunidades de toda a região, maioria consumidores interessados em tecidos, miudezas ou em produtos secos e molhados ali negociados. As festas folclóricas, as sessões de cinema e os demais acontecimentos sociais também eram realizados em

volta da área que ligava o Barracão (expressão popular para o Mercado Central) à primeira igreja da comunidade, hoje conhecida com Igreja Velha.

Foi a partir de 1932, com a construção da estrada de rodagem, atualmente a BR-116, que o distrito passou a crescer na direção oeste. A estrada assumiu o papel de referência para a vida dos moradores, pois, além de organizar o crescimento populacional as suas margens e no seu sentido, ela passou a concentrar as atividades comerciais e de serviços.

Durante essa trajetória, a área, que em 1890 possuía o nome Guarani, pertencia inicialmente ao Município de Aquiraz. Fato que ocorreu por meio de vários decretos, passando para Pacatuba e voltando a ser de Aquiraz, até que, com decreto datado de 23 de maio de 1936, o Município passou a ser definitivamente restaurado.

Nesse momento, o Município abrangia quatro distritos: Guarani (sede), Currais Velhos, Lagoa das Pedras e Olho d'Água. Em 1938, a sede foi elevada a categoria de cidade e os seus distritos mudaram seus nomes para Chorozinho, Itaipaba e Horizonte, respectivamente, no entanto, foi só no ano de 1943, pelo Decreto-Lei No. 1.114, de 30 de dezembro, que o nome Pacajus foi finalmente oficializado.

A partir de 1940, o Município assumiu o papel de ponto de parada dos veículos de carga e de passageiros que trafegaram no sentido de ida e volta para Fortaleza e de outras localidades, função exercida até a atualidade. A dinamização que a BR promoveu nessa década atingiu não somente a Sede, mais também os distritos cortados pela BR, ou seja, Chorozinho e Horizonte. Eles possuíam características semelhantes ao Centro de Pacajus, onde se desenvolviam pequenas casas comerciais ao redor da capela, com resultado da parada e consumo dos viajantes. Em virtude da centralização quase exclusiva dos equipamentos e serviços em Pacajus, ocorreu a limitação do desenvolvimento destes em Chorozinho e Horizonte.

O Município de Horizonte, anteriormente era conhecido como Olho d'Água, “em virtude da existência de várias fontes que serviam para o abastecimento da região circunvizinha nos anos de seca, (...)” (PEREIRA JR., 2005; p.105). Semelhante ao Município de Pacajus, a sua sede constituía-se de uma pequena capela, dedicada a São João Batista, centro da localidade que formava uma vila,

circunscrita de fazendas, sítios e chácaras. Além disso, o local era cortado pela reta de passagem da população que ligava a Capital com o interior do Estado, hoje a BR-116.

O segundo momento corresponde ao período iniciado por volta de 1950 e que durou até o final da década de 1980. Dentre suas características, podem ser destacados certo aumento populacional e maior crescimento do comércio e serviços. O aumento populacional (TABELA 01) ocorreu entre as décadas de 1970 até o final da década de 1980 foi consequência do desenvolvimento das atividades econômicas que começaram a atrair a população das áreas vizinhas. O aumento significativo da população de Horizonte, que praticamente dobra se comparada com a taxa de crescimento entre os anos de 1970 e 1980, acontece em virtude da expansão da atividade agropecuária, dentre outros motivos.

Municípios	População Residente						
	1970	1980	1991	2000	Taxa de crescimento %		
					70/80	80/91	91/2000
Aquiraz	32.507	45.111	46.305	60.469	3,33	0,24	3,01
Caucaia	54.754	94.108	165.099	250.479	5,57	5,24	4,74
Euzébio	6.930	12.095	20.410	31.500	5,73	4,87	4,94
Fortaleza	857.980	1.307.611	1.768.637	2.141.402	4,30	2,78	2,15
Guaiúba	6.063	7.652	17.562	19.884	2,35	7,84	1,39
Horizonte	7.632	10.202	18.283	33.790	2,94	5,45	7,06
Pacajus	33.335	46.976	31.800	44.070	3,49	-3,48	3,69
Itaitinga	-	-	12.470	29.217	-	-	9,92
Maracanaú	15.685	37.894	157.151	179.732	9,22	13,80	1,50
Maranguape	59.622	91.126	71.705	88.135	4,33	-2,16	2,32
Pacatuba	33.916	42.110	60.148	51.696	2,81	3,29	- 1,67
São Gonçalo	21.008	24.680	29.286	35.608	1,62	1,57	2,20
Chorozinho	8.368	12.386	15.492	18.707	4,00	2,05	2,12
RMF (total)	1.135.800	1.731.951	2.414.348	2.984.689	4,31	3,07	2,38
Ceará (total)	4.361.603	5.621.188	6.366.647	7.430.661	2,57	1,14	1,73

Tabela 01 - População Residente e Taxa Geométrica de Crescimento da Região Metropolitana de Fortaleza no período de 1970 a 2000.

Fonte: IBGE – 2000.

Já a taxa negativa apresentada pelo Município de Pacajus tem como um de seus motivos, de acordo com os depoimentos de moradores de Horizonte, o deslocamento de sua população para o município vizinho, Horizonte, na busca de

trabalho que não possuam a variação sazonal. Na atualidade, está mudança também ocorre na busca dos trabalhadores por ficarem mais próximos de seu local de trabalho, em virtude da maior concentração de indústria em Horizonte, mesmo havendo significativa proximidade entre os limites municipais.

Podemos observar também que, dos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Fortaleza, Horizonte se destaca como área que atinge um dos maiores crescimentos em população, só perdendo para Maracanaú e Guaiúba, respectivamente, além de observamos a diminuição na taxa de crescimento da Capital, que caiu quase pela metade entre a década de 1970 e a de 1980.

Embora essas sejam características do período, a sua principal inovação é a indústria de caráter artesanal, que nasceu utilizando as potencialidades agrícolas locais. A sua criação ofereceu ao lugar as primeiras noções de produção, relações de trabalho e integração do território a partir da circulação do capital (local). É importante ressaltar que essas primeiras indústrias instaladas estavam atreladas à produção local, ou seja, a agricultura local e que também eram investimentos locais, capital cearense, através da política industrializante do Estado.

Com isso, surgem os primeiros plantios de culturas permanentes, nos quais ocorre a seleção de atividades agrícolas e se desenvolve a cultura mais favorável para o plantio. Assim, são introduzidos os cultivos de árvores frutíferas, como mangueira, goiabeira, gravioleira e o ananeiro (planta que tem como fruto o abacaxi). A principal produção desenvolvida, porém, é a do cajueiro, responsável por uma intensificação e criação de uma nova lógica de relações socio-espaciais no lugar referente à produção.

Nesse momento, sucedeu a criação de grandes plantios do cajueiro e a instalação de empresas que realizam o beneficiamento do caju. Essa atividade propicia o crescimento econômico por meio da geração de empregos e induzindo o desenvolvimento dos demais setores econômicos. Deve ser destacado, no entanto, o fato de que, embora exista grande importância das culturas permanentes, destaca-se que as culturas temporárias, ou seja, aquelas que não especializam seus produtos, não desaparecem, como é o caso da produção familiar de subsistência.

A década de 1980 foi marcante para essa cultura, pois o Município de Pacajus passou a ocupar o quinto lugar no *ranking* de produção de castanha-de-caju no Estado e possuía dentre as suas empresas no beneficiamento de caju, a Caju do Brasil S/A (Cajubraz) uma das empresas mais importantes no País nesse ramo.

Dentre os aspectos responsáveis pelo desenvolvimento dessa cultura em Pacajus, destaca-se a localização dos municípios na Unidade Geoambiental de Tabuleiro (SOUZA, 2005). No período de setembro a dezembro de cada ano, ocorre a estação de seca, com altas temperaturas, responsáveis pelo desenvolvimento da planta. É justamente neste período que ocorre a safra do caju em Pacajus, Horizonte e Chorozinho.

Isto se explica pelas características naturais dominantes da Unidade Geoambiental presente. De acordo com Souza (2005, p. 134), os tabuleiros pré-litorâneos se caracterizam por serem:

Superfície com caimento topográfico suave para a linha de costa, desenvolvida em sedimentos Plio-Quaternários da Formação Barreiras e dissecada em interflúvios tabulares. O topo dos tabuleiros apresenta neossolos quartzânicos e Argilossos vermelho-amarelos espessos revestidos por vegetação de tabuleiros, caatinga litorânea e encaves de cerrados. A vegetação primária é fortemente descaracterizada pelo uso, sendo o espaço agrário dominado pelo sistema gado-policultura de litoral.

Com essas características, os tabuleiros pré-litorâneos possuem como potencialidade sua utilização para o desenvolvimento de lavouras de ciclo curto, como o caju, e por serem superfícies relativamente planas propiciam a expansão urbana e a instalação da malha urbana viária. O principal problema para o desempenho de atividades rurais é a semi-aridez, que possui como uma de suas características a irregularidade das precipitações e a incerteza pluviométrica, o que constitui empecilho natural para essas atividades.

Por compreender uma área relativamente plana e por possuir solos que apresentam uma condição favorável, porém, de certa forma, para o uso agrícola, a sua vegetação original é objeto de uma retirada significativa. No Corredor, o plantio de cajueiros, o aumento do número de sítios, o crescimento das moradias, a expansão do espaço físico de algumas indústrias, a exemplo da Vulcabrás – que, construiu mais um galpão para abrigar os trabalhadores do ramo têxtil, ainda tem área disponível para futuras expansões - e a multiplicação da avicultura são os principais fatores que degradam a vegetação inicial.

Foi com essa safra desenvolvida a fabricação de produtos derivados do caju, como cajuína e a amêndoa de castanha para o consumo. Nos meses de safra, a

economia local foi alvo de um dinamismo, com a contratação de trabalhadores para atuar nas empresas de pequeno porte especializadas no beneficiamento de caju.

A Cajubraz (em 1993 essa empresa mudou sua razão social para Jandaia Agroindústria Ltda – FIGURA 01) é uma empresa que trabalha com a industrialização do caju e com a fabricação de produtos, utilizando várias frutas, como doces, sucos, produtos cristalizados e a castanha. Ela está localizada a cinco quilômetros ao sul da cidade de Pacajus, na Fazenda Guarani, construída às margens da BR-116.

Figura 01 - Unidade da Jandaia, localizada no Corredor Horizonte-Pacajus, às margens da BR-116.
Fonte: Trabalho de campo, 2006.

Podemos visualizar a Jandaia, localizada as margens da BR-116, com os ônibus de transporte dos trabalhadores e de carga estacionados na área da empresa. Embora não sendo autorizada a retirada de fotos da empresa, podemos perceber nas instalações que existe amplo estacionamento para os carros e motocicletas de funcionários, além de uma ampla área de lazer, onde não foi permitida a entrada.

Além disso, também podemos visualizar o *slogan* que a Jandaia (FIGURA 02) utiliza, “Bem-vindo à terra do Suco” em uma embalagem de um de seus produtos, o suco vendido em saquinho. Além disso, é possível também observar a data apresentada no final da embalagem como o início da empresa no lugar, ou seja, desde 1941.

Figura 02 – *Slogan* da Jandaia, localizada no Corredor Horizonte-Pacajus, às margens da BR-116.
Fonte: Trabalho de campo, 2006.

De acordo com os funcionários da empresa Flamingo, a Jandaia pertence a um dos irmãos da família Edison Queiroz que, ao lançar um novo produto no mercado, não conseguiu realizar satisfatoriamente suas vendas e acabou por contrair dívidas. Essas dívidas foram compradas pelo outro irmão que, na época, tinha a empresa Flamingo (FIGURA 03), localizada à margem oposta da BR, em frente às instalações da Jandaia. Atualmente, esse último, controla as duas empresas, mantendo o nome Jandaia pela sua visibilidade no mercado.

Figura 03 - Unidade da Empresa Flamingo, localizada no Corredor Horizonte-Pacajus, às margens da BR-116, no lado oposto da Jandaia.

Fonte: Trabalho de campo, 2006.

Ao comparar a produção de caju dos agricultores locais, podemos perceber que a empresa atua estimulando o plantio dessa fruta, ao empregar grande número de trabalhadores formais e informais, o trabalhador da fábrica e os bóias-frias⁴ para a colheita. De acordo com Pereira Júnior (2005, p.11), “a mão-de-obra utilizada por essa empresa sofre aumento significativo no período da safra, momento em que são contratados desde operários para o trabalho na fábrica até bóias-frias para a colheita manual do caju.”

Paralelamente a isto, o Município de Horizonte, que possui pouca expressão se comparado a Pacajus e Chorozinho, passa também a apresentar um significativo crescimento econômico decorrente de atividades ligadas à avicultura. Essas atividades funcionam como o primeiro estímulo para desvinculação de Horizonte em relação a Pacajus.

Com a instalação da Granja São José, em 1971, o Distrito se destacou, no Ceará, na produção avícola. Na década seguinte, ocorreram a expansão dessa granja, a instalação da Indústria Horizonte Avícola e Industrial S/A (Haísa) e o aumento dessa atividade que impulsionou o dinamismo econômico do Distrito. A situação de dependência existente entre Pacajus, Chorozinho e Horizonte diminuiu e os municípios passaram a gozar de maior autonomia, culminando com a dissociação de Chorozinho e Horizonte.

As relações de produção que a avicultura e a agroindústria assumirem em Horizonte e Pacajus possuem maior complexidade, pois ocorreu a intensificação dos fluxos, que não se restringem às fronteiras locais, e surgiram outras formas de trabalho e emprego. Nesse sentido, podemos citar a Cajubraz, que estabeleceu relações no mercado nacional e internacional e contratou trabalhadores no setor formal e informal.

Nessa época, o traçado urbano continuou semelhante ao do período anterior, ou seja, os estabelecimentos que surgiam propiciando o crescimento

⁴ O bóia-fria é um trabalhador rural assalariado não residente que em muitos casos, como o tratado neste momento, é agenciado por um intermediário (firma), que faz a intermediação para vender sua força de trabalho para o produtor rural. Ele é um exemplo de trabalhador “terceirizado” e de flexibilização das relações de trabalho. A terceirização será trabalhada no capítulo seguinte.

econômico de Pacajus se localizaram quase que exclusivamente ao redor da BR-116, ocorrendo semelhança no traçado urbano de Horizonte. De acordo com Pereira Jr. (op. cit., p. 112),

(...) os estabelecimentos dinamizadores da economia urbana de Pacajus continuam a se distribuir quase exclusivamente nas margens da BR-116, ficando o centro econômico resumido a uma área de no máximo dois quarteirões, ocupando cerca de 500 metros em volta da rodovia. No caso específico de Horizonte, o centro econômico não ultrapassa os 200 metros as margens direita e esquerda da estrada. Por sua vez, o traçado urbano das duas cidades não se diferencia muito do desenho tradicional, caracterizado por um centro comercial às margens da rodovia e reduzido número de bairros residenciais localizado em volta.

Nesse período, o tempo social aconteceu vinculado aos ritmos da natureza e o espaço urbano começou a apresentar certo dinamismo nos fluxos, ocorrentes por meio da utilização de elementos do lugar. Como exemplo, podem ser destacados os primeiros meios de transporte entre as localidades e as sedes municipais, que foram o cavalo, o carro-de-boi e o caminhão pau-de-arara, elementos que estão presentes até hoje na cultura popular local e cearense.

As culturas temporárias são elementos desse período e que continuam a existir até o momento atual. A pequena produção familiar está presente na atualidade, e, de acordo com as observações e entrevista com moradores que vivem em sítios localizados em Pacajus e Horizonte, ocorre a produção de caju e maracujá. O pequeno trabalhador vende a sua produção de duas formas: a primeira intermediada pelo, atravessador que vai até o sítio em seu veículo próprio ou veículo fretado, compra do produtor e vende a produção no Centro de Abastecimento do Ceará - CEASA⁵. A outra forma é o produtor vender diretamente a sua produção neste Centro, levando em seu veículo, geralmente, uma F-1000 ou em um veículo fretado. Dentre os casos verificados, existe o de um dono de sítio cujo seu genro trabalha com o transporte de passageiros, mas, no final de semana, leva a produção do seu sogro para venda dos produtos na CEASA.

Dessa forma, podemos evidenciar a sazonalidade do trabalhador que acontece de acordo com as condições naturais, uma vez que a produção do caju, o

⁵ A CEASA – CE foi criada o ano de 1972 como empresa mista. Vincula-se à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR. Possui importante papel no mercado atacadista de hortifrutigranjeiros do Ceará.

maior produto agrícola do Corredor, envolve a contratação esporádica dos trabalhadores conforme sua safra.

Após a segunda metade do século, em especial a década de 1970, verificou-se o aumento da população que passou a atuar em dois sentidos. O primeiro sucedeu com a preocupação mais exacerbada de sua área central e, paralelamente, a incorporação do núcleo de áreas próximas pela construção de ruas nos sítios adjacentes; acompanhando, de certa forma, a criação dos conjuntos habitacionais iniciados na década de 1970 nas cidades de Caucaia, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, como as primeiras da região metropolitana a possuir esta criação do capital para abrigar a mão-de-obra, diminuindo despesas com deslocamento e formando um mercado consumidor para os produtos, como destaca Bernal (2004).

Com isso, foram construídas várias unidades habitacionais para atender ao crescimento populacional. Assim apareceram os primeiros loteamentos legais e ilegais que inicialmente aconteceram na direção norte/sul, seguindo a orientação da BR e posteriormente no sentido leste/oeste. Desde então, eles não pararam mais de crescer em toda a Região Metropolitana, pela necessidade de suprir a demanda por habitação, intensificada pelas migrações.

O terceiro momento se iniciou na década de 1990, quando a indústria que organiza o espaço atendeu a uma lógica diferente do lugar e da indústria do período anterior. A indústria que caracterizava o período utilizava subsídios governamentais⁶ e gerou uma grande quantidade de empregos diretos.

Embora o local apresentasse relações espaciais criadas pela atividade agroindustriais, antes realizadas no Corredor, foi com a instalação dessas indústrias, que a organização econômica do Corredor formou uma unidade. O processo⁷ industrial criou outro jogo de relações definido pelo e para o capital, e foi desde então que se reconheceu a existência deste, pois “o processo cria uma dinâmica de complementaridade indispensável à existência do lugar enquanto base para a consolidação da industrialização” (PEREIRA JR.; 2000, p. 183). Dessa forma, os limites municipais determinados por processos políticos-administrativos perderam

⁶ A utilização de subsídios governamentais é uma prática antiga. Foi ainda no governo de Virgílio Távora que começou uma das marcas das políticas de desenvolvimento adotadas no Estado e para o Nordeste: a política de incentivos fiscais, relacionada com a criação de ideologia que situa a indústria como elemento capaz de promover transformação da economia, geradora de emprego e renda.

⁷ O termo processo será utilizado ao longo deste trabalho a partir do que Milton Santos (1985, p.50) define como: “uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.”

sua aplicabilidade diante das necessidades de produção, acumulação e circulação do capital.

Esse período, iniciado em 1990, teve como marco a instalação, em 1992, do primeiro grande investimento, que foi a LAM Confecções Ltda, instalada no Corredor, empregando diretamente cerca de 400 empregos diretos. De acordo com Pereira Jr (2005, p. 114):

A chegada da LAM Confecções Ltda., em 1992, representa a primeira grande inversão subsidiada no lugar, um investimento de cerca de US\$ 18 milhões gerando, já no mesmo ano, uma média de 400 empregos diretos. A partir daí, outros investimentos se materializam, totalizando, em 2000, a presença de 37 empresas responsáveis pela contratação de 7.004 funcionários.

A implantação dessas indústrias não descartou a importância das atividades que anteriormente comandavam a dinâmica econômica do lugar, apenas ocorreu uma diminuição em sua relevância. O IPLANCE aponta que, na mesma década, no ano de 1997, a produção das granjas atingiu o montante de mil dúzias de frangos e galinhas e a produção de 6.121 unidades de ovos no ano de 1998. Em Pacajus, a atividade que se destacava era a produção de caju, no ano de 1997, e 3.318 toneladas de pendúnculo e 3.318 toneladas de amêndoas de castanhas.

Essas eram as principais atividades econômicas, mas também há o setor agropecuário. No mesmo ano, a apicultura atingiu a produção de 80 mil toneladas de mel, e a mandioca ultrapassou o montante de 33.200 toneladas.

Foi, porém, a indústria que comandou a socioeconomia dos municípios. Ela assumiu o comando da economia local e configurou como importante elemento da organização espacial, confirmando a idéia de Carlos (1992, p. 38), ao assinalar que “A atividade industrial assume o papel de comando na reprodução espacial”, fato evidenciado pela dinâmica demográfica que o Corredor apresentou, especialmente, a partir da década de 1990.

A dinâmica demográfica evidenciada dos anos 1990 a 2000 pelo Corredor Horizonte-Pacajus mostra as transformações pelas quais passaram a economia e o espaço urbano. O crescimento populacional, especialmente alimentado pela instalação industrial, propicia uma dinâmica demográfica maior do que o presenciado nas décadas anteriores.

O aumento no crescimento populacional ocorrido na área que atualmente corresponde ao Corredor teve início entre os anos de 1970 e 1980, quando aconteceu a expansão da população, que passou de 33.335 para 46.976. Após esse período, no entanto, houve significativa queda em sua taxa, que passou dos expressivos 40,5% para 5,5%, mas devemos considerar que foi durante a década de 1980 que ocorreu o desmembramento de Chorozinho, até então distrito de Pacajus. Também foi nesse período que aconteceu o desmembramento de Horizonte, como distrito de Pacajus, no entanto, como estamos tratando do Corredor, não sucedem a sua redução por esse motivo.

Apesar da saída de Chorozinho, foi na década de 1990 que o crescimento atingiu seu ápice, ultrapassando o verificado na década de 1970 e chegando ao índice de 56,7%. Conforme o censo 2000 realizado pelo IBGE (TABELA 01), pode ser percebido que a sua população residente passou de 50.083 para 77.860, entre os anos de 1991 e 2000. Essa taxa alcançou 12,64%, a mais alta taxa de crescimento populacional apresentado na sua Região Metropolitana. Essa taxa só ficou aproximada do Município de Itaitinga que, mesmo assim, atingiu apenas 9,92%.

Embora para estudo, consideremos a área do Corredor, devendo ser destacadas as singularidades desses municípios, ao considerar que dois pertencem ao grupo dos municípios cearenses que mais cresceram no período de 1996 a 2000. Se os considerarmos separadamente, segundo os dados do IBGE, Pacajus apresenta aumento de seu contingente populacional de 18,22% e Horizonte o superou, apresentando 33,12%, ou seja, enquanto Pacajus possui o crescimento geométrico de 4,27%, Horizonte apresenta aproximadamente 7,4%. Considerando a área do Corredor, nesse período de quatro anos, ele supera as demais que também possuem atividade industrial.

Assim, podemos perceber a importância que a indústria subsidiada apresenta para o crescimento e dinamização das demais atividades econômicas existentes no Corredor. Nesse momento, ressaltamos que o movimento migratório demonstrado pelas taxas do IBGE, não envolve apenas o Estado, pois extrapolam os seus limites e alcançam diferentes estados no País. No tópico seguinte, trataremos da mobilidade apresentada pelo trabalhador que, em anos anteriores, saiu de sua terra natal na busca de oportunidade de trabalho e que, com a chegada

da indústria, retornou as suas localidades, conseguindo colocação no mercado de trabalho e ficando próximo a sua família.

Neste momento, porém, retornamos à relevância da indústria. Podemos perceber o destaque dessa indústria em relação aos demais setores econômicos, mediante a análise do Produto Interno Bruto do lugar (TABELA 02). O Corredor apresentou no ano de 2002, 73,95% do seu PIB concentrado na indústria. Nesse sentido, ele só perdeu para o Município de Maracanaú, que apresentou 77,81%, o maior exibido neste setor econômico. Assim, o Corredor tem relevância acentuada na indústria cearense.

O alto percentual demonstrado pela indústria repercute no PIB *per capita*, fazendo com que o Corredor se apresentasse como o terceiro mais alto da Região Metropolitana de Fortaleza, ou seja, atingindo o número de 8.312. Embora continue perdendo para o apresentado para Maracanaú, porém, que alcança 10.463, o maior valor encontrado pertence ao município de Euzébio.

MUNICÍPIOS SELECIONADOS	PIB per capita (R\$ 1,00)	Part. (%) no PIB Estadual	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Fortaleza	4.673	42,59	0,26	38,07	61,67
Maracanaú	10.463	7,93	0,10	77,81	22,09
Sobral	5.474	3,62	1,45	63,01	35,55
Caucaia	2.351	2,59	3,20	35,78	61,01
Euzébio	15.615	2,17	1,27	78,14	20,60
Juazeiro do Norte	2.186	1,98	0,73	17,98	81,29
Corredor Horizonte-Pacajus	8.312	1,41	6,08	73,95	19,97
Crato	2.662	1,18	3,59	27,61	68,81
Maranguape	3.061	1,15	4,94	50,26	44,80
Aquiraz	4.263	1,11	16,55	50,55	32,89
Iguatu	2.744	0,99	9,76	19,90	70,34
Itapipoca	2.403	0,97	10,47	35,66	53,88
Cascavel	3.926	0,95	9,26	53,46	37,28
Canindé	3.039	0,89	8,82	47,19	43,99
Ceará	3.182	100,00	6,62	36,03	57,35

Tabela 02 - Quinze maiores municípios, segundo o PIB Total - Ceará – 2002.

Fonte: IPECE / Produto Interno Bruto Municipal / Diretoria de Macroeconomia.

(*) Valores Correntes e Preliminares.

(**) Valores incluem comércio e serviços.

O desenvolvimento da indústria favorece o incremento das demais atividades econômicas, como o comércio e serviços. O setor de serviços revela uma expressividade maior do que nas décadas anteriores e alcançou o percentual de 19,97% no total das atividades. Se compararmos aos municípios que compõem a Região Metropolitana, pode ser observado que ele exibe o menor índice, no entanto,

se observamos o histórico do lugar, podemos compreender que houve significativo aumento.

Figura 04 – Restaurante localizado no Corredor Horizonte-Pacajus.
Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Em conversa com a dona do estabelecimento que aparece na foto acima (FIGURA 04), ela nos contou que faz dez anos que ela abriu aquele comércio, estimulada pelo aumento da população. Como todo estabelecimento que se inicia, ela teve certa dificuldade, mas agora o negócio está indo muito bem. Esse restaurante foi indicado pela gerente de recursos humanos da Santana Têxtil pela proximidade do centro e pela qualidade da comida. Podemos perceber a presença de funcionários do Banco do Brasil e alguns funcionários públicos na ocasião.

Além disso, na análise das atividades comerciais também notamos o significativo crescimento na diversificação e crescimento das atividades. Nas fotos seguintes (FIGURAS 05 a 08), podemos perceber a variedade das atividades, a exemplo da sorveteria, da loja de fotografia que possui xerox, o restaurante, o Banco do Brasil, um espaço para ser alugado para atividade comercial e outros.

Grande parte desses estabelecimentos, no entanto, não possui cadastro na Secretaria da Fazenda, dentre eles, casas comerciais não especializadas, especialmente bares, lanchonetes, mercearias e lojas de objetos diversificados (PEREIRA JR. 2005; p. 129) A situação continua a mesma, mais acrescentamos cabeleireiros improvisados, em gabinetes localizados nas próprias casas dos trabalhadores, a venda de “din-din” e a atividade de manicure que se distribuem no Corredor, inclusive nas mesmas ruas.

Além disso, as empresas que oferecem seus serviços continuam as mesmas das décadas anteriores, ou seja, as que exigem baixa qualificação, a exemplo das empresas de construção e depósitos. De acordo com Pereira Jr. (p.129), “a partir da generalização no uso do computador, a demanda por profissionais e serviços ligados à área vem multiplicando a presença de técnicos, assim como a melhoria na assistência das máquinas.” Fato que em parte pode explicar o aparecimento em vários pontos no Corredor das “Lanhouses”.

Essas lan-houses⁸ (FIGURAS 05 e 06) crescem, pois são atividades que podem ser abertas de forma improvisada na área de suas residências e com poucos computadores. Também há, porém, existem casos de estabelecimentos comerciais sem vínculo com a moradia dos proprietários. Em alguns casos, jovens ganham 80,00 reais por mês para ficar o dia todo trabalhando nestes estabelecimentos.

Figura 05 – Lan-house aberta em residência no Corredor.
Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Figura 06 – Lan-house como estabelecimento comercial no Corredor.
Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Atualmente, embora eles sejam mais bem concentrados e diversificados em Pacajus, também são encontrados em Horizonte, a exemplo do grupo empresarial farmacêutico Pague Menos. Continua, no entanto, sendo utilizada a mesma técnica

⁸ Atividade essa que reproduz-se em diversas localidades, inclusive em comunidades de baixo poder aquisitivo, como a periferia de Fortaleza e facilmente em vários municípios da RMF.

da década anterior, qual seja, são utilizadas as mais diferentes formas de pagamentos para a venda dos produtos, a exemplo do carnê usado pelo crediário próprio das lojas.

Além disso, mais uma prática bastante conhecida na Capital também passou a ocorrer em dimensão bem menor no Corredor. Já são oferecidos empréstimos aos aposentados, pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e funcionários públicos com desconto em folha.

De forma geral, podemos assinalar que, mesmo a reboque da atividade industrial e da dinâmica gerada, o comércio e os serviços estão crescendo (FIGURAS 07 e 08). Uma prova disto é que mesmo alimentando uma economia informal, as áreas que conciliam habitação e negócio foram objeto de uma expansão.

Figuras 07 e 08 – Atividades comerciais desenvolvidas no Corredor Horizonte-Pacajus.
Fonte: Trabalho de campo, 2006.

Embora saibamos que, de acordo com Silva (2000), a capital passou a desconcentrar atividades para outros municípios, o que justifica de certa maneira a inclusão destes na RMF, a proximidade com Fortaleza representa um problema em razão da forte tendência polarizadora da Cidade. Assim, outras atividades relacionadas com um terciário mais moderno e especializado, além de outros grupos empresariais, não acham vantajoso para se estabelecerem.

Para compreendermos a importância da indústria subsidiada temos que examinar as relações que elas envolvem. Assim, faz-se necessário esclarecer algumas questões.

Dentre as unidades empresariais que podem ser consideradas como indústrias, foram selecionados os maiores investimentos industriais que são fruto do processo recente de industrialização cearense. Quanto aos demais empreendimentos do setor secundário, a exemplo das micro ou pequenas empresas, não trataremos delas, embora seja necessário destacar a sua importância para a produção manufatureira dos municípios.

Dessa forma, nos deteremos nas empresas instaladas desde a década de 1990, destacando-se as suas principais características, formas de atuação, o que predomina em termos de produção e gênero e como se diferenciam. Essas empresas possuem como gêneros de atividades predominantes no seu parque industrial o calçadista e o têxtil.

Embora não tenhamos em números precisos a quantidade de funcionários em cada setor, temos indicadores que comprovam esta afirmação. Por exemplo, a Empresa Vulcabrás do Nordeste é a única do gênero calçadista e, no ano de 2000, já era a que mais concentrava postos de trabalho, respondendo por 2.456 empregos, ou seja, 40,3% do número de empregos no Corredor. Essa empresa passou por uma expansão de área física, pelo processo de verticalização de seu setor produtivo, trabalhando atualmente com o setor têxtil e apresentando a soma de 12.000 funcionários no Corredor. No ano de 2005, quando era somente calçadista, já possuía o total de 8.000 funcionários empregados no setor têxtil calçadista.

Dessa forma, conclui-se que o setor, com única empresa, é o que mais emprega, acompanhado do setor têxtil, que, no ano de 2000, já possuía 1.505 postos, ou seja, 24,6% do total e que agora foi ampliado com a verticalização não apenas da Vulcabrás, como da Santana Têxtil (MAPA 01), que também deixou de trabalhar apenas com o processo que envolve a fiação e passou a operar com a parte de criação, passando a promover desfiles. Ademais, os outros gêneros, quais sejam, vestuário, embalagens, veículos e produtos alimentares continuam os mesmos.

Essas indústrias são caracterizadas pela utilização de mão-de-obra intensiva, especializando-se na produção de produtos “tradicionais”, considerando a predominância dos ramos tradicionais, a exemplo do calçadista e têxtil. Elas atuam utilizando-se da abundância da mão-de-obra, pois se caracterizam pela utilização do trabalho intensivo e por possuir baixo nível de automação, característica fundante da empresa calçadista, motivo pelo qual ela emprega muitos trabalhadores. Além dos

benefícios que elas adquirem ao se instalar no Corredor, a exemplo dos benefícios fiscais.

Relativamente ao sistema produtivo, elas utilizam princípios rígidos, por meio da busca em melhorar a forma de organizar e hierarquizar a divisão do trabalho, buscando maximizar a sua produção. Assim, elas não possuem relação de complementaridade, a não ser pela utilização dos mesmos benefícios oriundos pela instalação no Corredor e dos fixos e fluxos existentes no lugar, a exemplo da BR-116, e grande quantidade de postos de combustível que possuem um preço mais barato do que os dos postos da capital.

Além disso, as empresas também se instalam em busca de criar ou expandir seu mercado, aproveitando-se da ausência de grandes competidores no lugar, dos benefícios de economias de aglomeração ou mesmo de um mercado consumidor promissor.

A seguir trataremos dos circuitos espaciais que essa indústria estabelece e que integram o Corredor ao circuito da produção mundializada, abordando os circuitos de relações socio-espaciais da atividade econômica no Corredor.

A expansão espacial das relações estabelecidas entre o Corredor e outros locais ocorre em razão de a matéria-prima vir de outros locais e de a produção não ser destinada ao Corredor. Nesse sentido, adotamos a metodologia proposta por Pereira Júnior (2005), ao selecionar trinta firmas em funcionamento, nas quais apresenta o circuito espacial de compra e venda do insumo/produto industrial, existindo informações essenciais para compreensão da lógica do circuito espacial da empresa Vulcabrás, objeto de estudo. O autor propõe a divisão das empresas em três grupos, de acordo com o destino da produção, nas escalas: regional, nacional e internacional.

O primeiro grupo (QUADRO 01) destaca a produção voltada para os Estados do Nordeste, principalmente para o Ceará, abastecido por todas desse grupo, também destacando o fornecimento de insumos, juntamente com São Paulo. De acordo com Pereira Júnior (2005, p.122), esse grupo “é formado principalmente pelos investimentos de menor envergadura ou por firmas instaladas nos municípios apenas com o intuito de conquistar o mercado regional.”

EMPRESAS	RAMO DE ATIVIDADE	ORIGEM MATÉRIA-PRIMA	DESTINO DA PRODUÇÃO
-----------------	--------------------------	-----------------------------	----------------------------

Pincol Pré-Moldados S/A	Pré-Moldados	PE/SP	CE
Facopel Indústria e Comércio de Pré-Moldados	Pré-Moldados	PE/SP	CE
Tecsenge – Tecnologia Industrial Ltda.	Grupos Geradores	SP	CE/PI
Tubcone Indústria e Comércio Ltda.	Tubos, Cones/ Papelão	PR/CE	CE
Uniflex Industrial Ltda.	Sinal. Rodoviária	SP	CE
Capivara Indústria e Com. Ltda.	Granito	CE	CE/PI/RN
R.L. Indústria Ótica	Produtos Óticos	BR(SP)/EUA	CE
Têxtil Andina Ltda	Têxtil	CE	CE
Reprotex Reciclagem de Algodão S/A	Têxtil (Fio Algodão)	CE	CE
J. Melo Têxtil Ltda.	Têxtil (Fio Algodão)	PE/CE	CE
Enzilav Processamentos Têxtis Ltda.	Lavanderia Têxtil	CE	CE
Shangri-la Indústria e Comércio Ltda.	Prod. Alimentares	CE	CE
Indústria e Com. de Alim. e Bebidas do Nordeste Ltda.	Bebidas	CE/SP/RJ	CE

Quadro 01 - Origem da matéria-prima e destino da produção das firmas de Horizonte-Pacajus (grupo 1 – circuito regional).

Fonte: Informações obtidas nos departamentos de expedição das empresas citadas, em pesquisa realizada entre os meses de agosto de 2000 e março de 2001, por Pereira Júnior (2005, p.123)

O segundo grupo (QUADRO 02) corresponde a firmas com maior poder de mercado, por todo o Território nacional, algumas filiais no Sudeste do País. Elas podem ser filiais ou fazer parte dos investimentos cearenses que buscam expandir os mercados.

EMPRESAS	RAMO DE ATIVIDADE	ORIGEM MATÉRIA-PRIMA	DESTINO DA PRODUÇÃO
Troller Veíc. Especiais S/A	Veíc./ Peças/ Aces.	BR(SE)/EUA	CE/SP/RN/PI/RS
Rigesa do Nordeste S/A	Emb. de Papelão	BR(Sul/SE)	CE/BA/PA/AM
Têxtil Horizonte Etiqu. Ltda.	Têxtil	CE/SP	CE/PE/MG/SP
Etiquetas do Nordeste Ltda.	Etiquetas	SP/CE	CE/PI/SP/RJ
Embordord – Emp. Bordados do Nordeste Ltda	Etiqu. Bordadas	SP/CE	CE/MG/SP/RJ
LAM Confeccões S/A	Vestuário	CE	CE/PE/SP/RJ/MG
Paschoal Calvano S/A	Prod. Alimentares	CE	ES/MT/GO/DF

Quadro 02 - Origem da matéria-prima e destino da produção das firmas de Horizonte-Pacajus (grupo 2 – circuito nacional).

Fonte: Informações colhidas no departamento de expedição das empresas citadas por Pereira Júnior (2005, p.123).

O terceiro grupo (QUADRO 03) corresponde aos “maiores investimentos materializados no lugar.” Envolve empresas de importância nacional e internacional, a exemplo da Troller (FIGURA 9). São portanto as que possuem mais importância no mercado, além dos investimentos cearenses que estão neste grupo em virtude da ampliação das suas relações com outros estados brasileiros.

Empresas	Ramo de Atividade	Origem da Matéria-Prima	Destino da Produção
Petropar Bem. S/A Fitesa Horizonte Ind. Ltda. Vicunha Nordeste S/A Indústria Têxtil Santana Têxtil S/A Fitesa Têxtil Vulcabrás do Nordeste S/A	Embalagem Plástica Petroquímica Têxtil Têxtil Tec. Dec. Calçados/ Têxtil	BR (SP/CE) / EUA BR (SP/BA) / EUA BR (GO) ARG/EUA Paquistão / Rússia BR (GO) ARG/EUA EUROPA / EUA BR (SUL/SE/NE) EUA	BR (NE/SE) / MERC BR (NE/SE)/ EUA/EUR BR / AM. DO SUL EUA / EUROPA BR/ ARG/ MEX/ EUA BR (NE/SE)/ AM. DO SUL MER./ EUA / EUR

Quadro 03 - Origem da matéria-prima e destino da produção das firmas de Horizonte-Pacajus (grupo 3 – circuito internacional)

Fonte: Informações recolhidas no departamento de expedição das empresas citadas por Pereira Júnior (2005, p.125).

Figura 09 – Empresa Troller Veículos Especiais S/A, localizada no Corredor Horizonte-Pacajus.
Fonte: Trabalho de campo, 2007.

As indústrias que nas suas relações extrapolam os limites do Corredor propiciam nova organização econômica que envolve fluxos de ramos diferentes de atividades e variados locais, em diversas escalas, na origem da matéria-prima e no destino de sua produção.

Dentre essas empresas, destacamos algumas para rápida caracterização, quais sejam: Rigesa, SN confecções, Santana Têxtil do Brasil e Tubcone. Essas empresas foram escolhidas, pois cada uma delas representa um dos circuitos que acabamos de abordar. Assim, a Rigesa corresponde ao circuito nacional, a Santana Têxtil do Brasil ao internacional e a Tubcone ao regional. A Vulcabrás do Nordeste não foi incluída, pois, como objeto de estudo, será tratada posteriormente em capítulo específico.

A Fábrica Rigesa (FIGURAS 10 e 11) produz embalagens de papelão ondulado e atende aos mercados de frutas, calçados, produtos químicos, metalúrgico e têxtil, entre outros. Ela possui sua origem em Valinhos, no interior de São Paulo, em 1942, como uma pequena fábrica de papel e embalagens de papelão ondulado. Em pouco tempo, a "Ribeiro Gerin SA", posteriormente Rigesa, começa a se destacar no mercado.

Figura 10 - Fábrica de Embalagens Rigesa, no Corredor em 1996.
Fonte: <http://www.sfiec.org.br>, consulta em maio de 2006.

Figura 11 – Vista da Rigesa no Corredor em 1996.
Fonte: <http://www.rigesa.com.br/empresa/histórico>,
consulta em maio de 2006.

Dez anos após sua fundação, a empresa norte-americana Westvaco Corporation vem ao Brasil procurar terras propícias ao reflorestamento, conhece a Rigesa e decide comprá-la. Um ano depois, em 1953, ela passa a fazer parte desta que decide continuar com a marca devido ao seu reconhecimento no mercado. Ela

possui várias unidades distribuídas pelo Brasil, empregando mais de 2000 funcionários, dentre elas a localizada no Corredor⁹ (FIGURA 12).

Dentre os projetos da empresa, destaca-se a criação de uma pequena escola, aberta originalmente para oferecer educação básica aos funcionários e cidadãos da comunidade. Já foram formados 69 funcionários e 30 cidadãos do Corredor. Essa escola foi responsável por essa fábrica alcançar a meta zero de analfabetismo e atualmente ampliou sua atuação, oferecendo cursos de Informática básica aos seus funcionários, sob o nome de Programa Educacional Rigesa. O programa, até o ano de 2004, passou a incluir também cidadãos da comunidade interessados em ter acesso aos programas básicos de Informática.

A segunda empresa é a Santana Têxtil do Brasil, que apresenta tradição no mercado, pois funciona há mais de quarenta anos. Na sua estratégia de expansão, com a finalidade de conquistar mercado, a empresa resolveu abrir no ano de 1992 mais uma unidade no Corredor.

A Santana Têxtil, assim como a empresa anterior e muitas outras localizadas no Corredor, tem como uma de suas estratégias para o seu desenvolvimento, a

⁹ Ao se instalar no Corredor, a fábrica contratou 260 funcionários. Tem capacidade mensal de produção de 8 milhões de metros quadrados, o que representa uma média de 8,5 milhões de caixas por mês. Recebeu dois prêmios de segurança da MeadWestvaco, em 2000 e 2001, e conquistou a certificação ISO9000 após apenas um ano e meio de operações.

atuação na comunidade na qual está inserida, pelo desenvolvimento de projetos e realização de parcerias cujo objetivo é a melhoria das condições da comunidade.

Desta forma, atua mais especificamente com os trabalhadores, mas os projetos também se estendem à comunidade em geral. Na relação com o trabalhador, a empresa faz o acompanhamento periódico da saúde do seu “colaborador”¹⁰ (médico, fonoaudiológico e psicológico), exige que os trabalhadores utilizem Equipamento de Proteção Individual – EPIs (protetor auricular e máscaras) de Segurança, sinalização em todos os setores do uso do EPI adequado e quadro de risco na entrada do setor, realização de ações educativo-preventivas em saúde (prevenção de acidentes e doenças do trabalho, uso de drogas, DST/Aids, hipertensão, diabetes etc), constituiu atuação que atua na equipe de prevenção de doenças e acidentes do trabalho (CIPA, SESMT, Brigada de Incêndio).

A outra empresa é a Tubcone, que chegou em 1993 ao Corredor. Essa empresa opera com alta tecnologia alemã, na área de fabricação de artefatos diversos de papel, papelão, cartolina e cartão. A falta de formação dos profissionais faz com que a indústria vá buscar, em Fortaleza, trabalhadores capacitados, impedindo que a renda gerada com os salários dos empregados movimentasse a economia do lugar¹¹.

De certa forma, percebe-se como a parceria entre Estado e os capitalistas individuais, como essas empresas, passa a apoiar os processos básicos da reprodução social. Nesse sentido, Harvey (2005, p. 149) afirma que:

Os capitalistas individuais, evidentemente, preferem uma força de trabalho estável e confiável, além de oferta cativa de mão-de-obra (com excedentes adequados de força de trabalho, para assegurar o controle capitalista em relação tanto ao processo laboral como aos índices salariais). Para isso, esses capitalistas talvez apoiem ativamente processos básicos de reprodução social (educação, religião, saúde, serviços sociais inclusive previdência), criados para produção e preservação da força de trabalho de determinada quantidade e qualidade em certo território.

¹⁰ A empresa denomina os seus trabalhadores pelo termo de colaborador, com a finalidade de que eles se sintam com maior importância na empresa e que tirem qualquer noção negativa que o termo trabalhador ou mesmo funcionário possa apresentar.

¹¹ Na época da abertura desta unidade, cerca de 80% da mão-de-obra da empresa era de fora do Corredor. Atualmente, o quadro se inverteu e mais de 80% dos seus empregados são do Corredor Horizonte-Pacajus.

Dessa forma, percebe-se a importância crescente da grande indústria para o Corredor. Ela vem ganhando cada vez mais importância, diante dos outros setores, conforme IBGE. O gráfico (GRÁFICO 01) nos mostra como a indústria de transformação ocupa grande parte da população, ou seja, 70,73% (GRÁFICO 01). Isso demonstra a mudança no perfil da mão-de-obra trabalhadora que expande o número de postos de trabalhos na indústria, atingindo, no ano de 2005, o total de 12.925 pessoas.

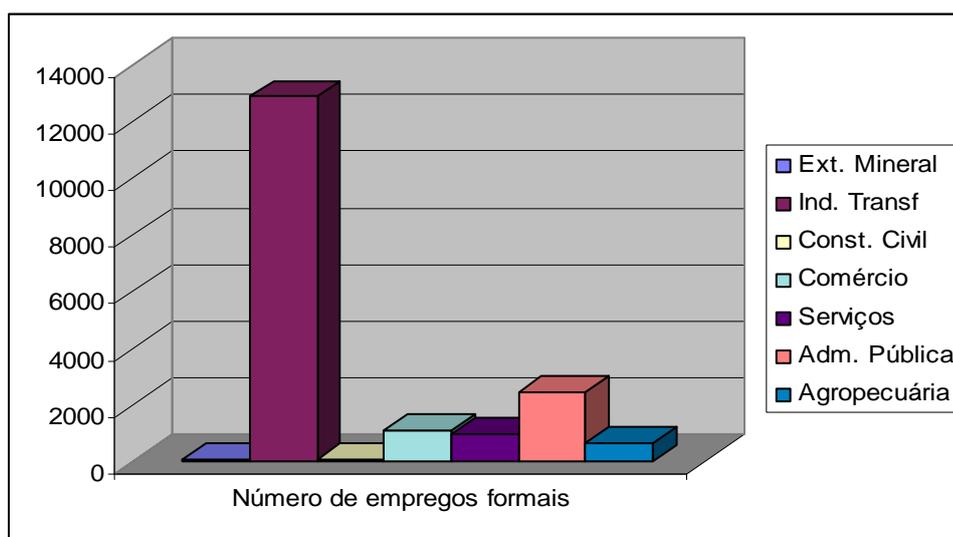


Gráfico 01 - Número de empregos formais nos grandes setores do IBGE no ano de 2005.
Fonte: RAIS.

Já a agropecuária, que nas décadas de 1970 e 1980, ocupou a maior parte da população economicamente ativa do lugar, de acordo com o IBGE, 68,5% e 42,6%, respectivamente, continua em queda, respondendo por apenas 657 trabalhadores. Realidade está também verificada nos demais municípios da RMF. E o setor de serviços, que era praticamente inexpressivo, registra aumento no número de postos de trabalhos, superando inclusive a agricultura, um setor tradicional do Corredor em décadas pretéritas, apresentando 973. A administração pública tem destaque no número de empregos formais, respondendo por 2.462, acompanhada pelo comércio, que é o terceiro setor, possuindo cerca de 1.100 postos. As atividades de extração de mineral e construção civil apresentam poucos postos, respectivamente, 78 e 68. Enfim, no ano de 2005, o Corredor apresentou 18.273 postos de trabalhos com carteira assinada, correspondendo a 2,93% dos postos de trabalho apresentados pela Região Metropolitana de Fortaleza.

A maior parte da mão-de-obra utilizada na indústria atualmente é natural do lugar, pois, na época da instalação das indústrias analisadas, a maior parte dos

trabalhadores eram externos ao lugar. Isto ocorria em virtude do nível de escolaridade apresentado pela maior parte dos trabalhadores. Segundo informações obtidas nas indústrias, as empresas têm que priorizar a contratação de moradores do lugar como parte do seu pessoal, como forma de justificar os benefícios recebidos pelo Governo.

Mesmo assim, os cargos que exigem maior qualificação, em sua maioria, são ocupados por profissionais oriundos de Fortaleza. Todos os gerentes de recursos humanos, os responsáveis pelo SINE e alguns funcionários da gerência são de Fortaleza, e todo dia realizam o deslocamento pendular; além de alguns trabalhadores mais especializados que chegam a vir de outros locais do País, que vêm qualificar, oferecer cursos ou mesmo fiscalizar o padrão de qualidade dos produtos que são feitos pelas filiais das empresas localizadas no Sul e Sudeste.

Ao analisarmos o caso de uma dessas empresas, que denominaremos de empresa A, constatamos o que foi afirmado. Quando a Empresa A chegou ao local, ela queria contratar trabalhadores que tivessem pelo menos, o 2º. Grau completo ou mesmo incompleto. Houve, porém, grande dificuldade em empregar os trabalhadores locais, pois eles não tinham o perfil educacional exigido, mas, hoje, em virtude das alterações promovidas pelas indústrias, o perfil educacional mudou (TABELA 03) e o quadro apresentado passa a ser outro¹², no qual as empresas passam a contratar a maior parte dos seus funcionários no lugar (TABELA 04).

Perfil de escolaridade	Porcentagem
Analfabeto	0,20%
Até 4ª. Série incompleta	3,48%
4ª. Série completa	1,89%
5ª. a 8ª. Série incompleta	15,69%
1º. Grau completo	18,77%
2º. Grau incompleto	11,52%
2º. Grau completo	39,92%
Superior incompleto	4,37%
Superior completo	4,17%

Tabela 03 - Perfil de escolaridade dos trabalhadores no ano de 2005.

¹² Embora não tenhamos os números da época da instalação dessa empresa no Corredor para realizarmos a comparação, isso pode ser verificado pelo depoimento de vários gerentes de recursos humanos que apresentam o mesmo discurso.

Fonte: Pesquisa Direta.

Essa mesma empresa apresenta atualmente grande número de trabalhadores do lugar, onde ocorre o destaque dos moradores do Corredor. Pode ser verificado que cerca de 60% dos trabalhadores da empresa são moradores do Corredor e dos Municípios de Itaitinga e Aquiraz.

Localidades	Percentagem
Corredor	54%
Fortaleza	31%
Maracanaú	7%
Itaitinga	5%
Maranguape	1%
Pacatuba	1%
Aquiraz	1%

Tabela 04 - Perfil de trabalhadores por localidade no ano de 2005.

Fonte: Pesquisa Direta.

Em relação à grande mão-de-obra ocupada no local, pode ser afirmado que o quadro apresentado para a mão-de-obra feminina é semelhante ao demonstrado pela masculina. Nas tabelas a seguir (TABELAS 05 e 06), pode ser observado que o maior percentual da classe trabalhadora de ambos os sexos no Corredor pertence à faixa etária de 18-24 anos, fato que confirma o depoimento da responsável no SINE na unidade de Horizonte, em entrevista realizada em maio de 2007, quando esta declarou que “são os mais jovens os que mais nós procuram”.

Além desses jovens que cada vez mais cedo procuram o primeiro emprego para ajudar na renda familiar, também observamos o número crescente de trabalhadoras que também buscam complementar a renda dos seus maridos ou mesmo sustentar a própria casa após a separação. Assim, observa-se que hoje em dia a renda de um trabalhador assalariado que anteriormente era assumida pela figura de um operário provedor do lar não vigora, pois a classe trabalhadora, em sua maioria, recebe cada vez menos. O que temos verificado atualmente é a entrada cada vez mais rápida no mercado de trabalho de jovens que, tendo baixa escolaridade, favorecem a expansão de atividades informais que ocorrem de forma precária; além da expansão do trabalho feminino, que passa a exercer o papel de provedora do lar e concomitantemente as atividades domésticas.

Meneleu (1996, p. 105) trata da entrada dos jovens e da feminização da mão-de-obra, afirmando que:

A própria entrada precoce de jovens no mercado de trabalho tem estreita relação com o comportamento do mercado, com a expansão do trabalho precário e/ou informal e com a queda da renda das famílias operárias. O raciocínio mesmo se aplica à mão-de-obra feminina, que, além de exercer seu papel de força de trabalho suplementar, vem aumentando sua participação no mercado de trabalho.

Outra questão é que o percentual de mão-de-obra feminina é menor do que a masculina, com exceção do apresentado pelo Município de Maranguape. Considerando a mesma faixa etária, o número de trabalhadores do sexo masculino atinge quase o dobro do evidenciado no feminino (TABELA 05).

Municípios da RMF	Faixa Etária							Total
	Ate 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	
Aquiraz	8	489	546	580	265	109	0	1.997
Caucaia	8	913	918	1.410	701	308	22	4.280
Chorozinho	18	158	103	156	110	49	0	594
Corredor Horizonte-								
Pacajus	5	3.088	2.001	1.978	654	129	1	7.856
Eusébio	41	1.612	1.382	1.623	731	314	16	5.719
Fortaleza	260	7.604	7.257	11.069	7.164	3.522	160	37.036
Guaíuba	0	27	41	32	33	20	0	153
Itaitinga	1	87	71	144	59	39	1	402
Maracanaú	70	3.505	3.469	5.090	2.599	797	30	15.560
Maranguape	7	686	567	605	247	94	5	2.211
Pacatuba	1	379	253	229	67	14	2	945
Sao Goncalo do Amarante	0	103	82	100	47	14	0	346
Total	419	18.651	16.690	23.016	12.677	5.409	237	77.099

Tabela 05 - Número de trabalhadores formais do sexo masculino no setor da indústria segundo faixa etária na RMF em 2005.

Fonte: RAIS.

Em relação à faixa etária de 30 a 39, é a segunda maior em quantidade de trabalhadores do sexo feminino; também é a faixa que ocupa a maior quantidade de trabalhadoras em Maranguape, que possui um número maior de mulheres

trabalhando na indústria. Assim também, é a faixa que ocupa a maior quantidade de trabalhadores em Maracanaú, Fortaleza e Eusébio, tanto em relação ao sexo feminino, quanto ao masculino (TABELA 06).

Municípios da RMF	Faixa Etária							Total
	Ate 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	
Aquiraz	1	266	227	319	109	14	1	937
Caucaia	5	250	329	534	253	44	1	1.416
Chorozinho	1	54	67	89	34	4	0	249
Corredor Horizonte-								
Pacajus	5	1.692	1.382	1.535	480	51	2	5.147
Eusebio	3	561	507	748	249	58	3	2.129
Fortaleza	185	5.169	6.502	11.825	7.771	2.198	32	33.682
Guaiuba	0	3	4	1	2	1	0	11
Itaitinga	0	22	17	37	18	0	0	94
Maracanaú	34	769	985	1.614	799	170	2	4.373
Maranguape	2	835	826	841	294	53	1	2.852
Pacatuba	1	555	473	382	83	5	0	1.499
Sao Gonçalo do Amarante	0	25	22	17	4	1	0	69
Total	237	10.201	11.341	17.942	10.096	2.599	42	52.458

Tabela 06 - Número de trabalhadores formais do sexo feminino no setor da indústria segundo faixa etária na RMF em 2005.

Fonte: RAIS.

Em relação aos salários, prevalecem funções que pagam baixos salários. Uma das razões para esse quadro decorre da grande quantidade de pessoas ocupadas na indústria apresentarem ínfimo grau de instrução. Segundo os dados da RAIS, pode ser percebido que o nível educacional feminino é maior do que o masculino.

Ao analisar o grau de instrução da mão-de-obra feminina no Corredor, em relação às demais localidades da Região Metropolitana, observa-se que o grau de analfabetismo é bastante elevado, só perdendo para a Capital. A escolaridade maior evidenciada é a 8ª. série incompleta, embora também tenhamos um número expressivo de trabalhadores com o segundo grau completo no Corredor, além de apresentar o nível superior completo, com 62 casos. Em Maracanaú, o nível educacional das trabalhadoras é maior, com o grau de instrução de 8ª. série completa. Já em São Gonçalo do Amarante, o destaque vai para as trabalhadoras que têm o 2º. Grau completo (TABELA 07).

RMF	Analfa-Beto	4.Ser Incomp	4.Ser Comp	8.Ser Incomp	8.Ser Comp	2.Gr Incomp	2.Gr Comp	Sup. Incomp	Sup. Comp	Total
Aquiraz	1	37	33	300	161	124	200	21	40	917

Caucaia	4	23	24	99	188	82	252	23	34	729
Chorozinho	10	79	6	16	24	45	26	0	1	207
Eusebio	1	88	49	189	448	166	798	75	149	1.963
Fortaleza	145	1.021	1.846	5.816	9.848	4.103	9.176	542	1.225	33.722
Guaiuba	0	4	0	2	0	1	0	0	0	7
Corredor										
Horizonte-										
Pacajus	39	118	229	1.584	953	693	1.225	41	62	4.944
Itaitinga	2	2	3	8	10	8	82	2	4	121
Maracanaú	7	75	122	551	1.270	372	1.430	140	183	4.150
Maranguape	7	58	106	957	522	591	654	18	25	2.938
Pacatuba	1	7	8	75	387	100	621	27	39	1.265
Sao Gonçalo do Amarante	0	1	0	5	14	3	57	1	5	86
Total	217	1.513	2.426	9.602	13.825	6.288	14.521	890	1.767	51.049

Tabela 07 - Número de trabalhadores formais do sexo feminino no setor da indústria segundo grau de instrução na RMF em 2005.

Fonte: RAIS.

Em relação à mão-de-obra masculina, de forma geral, pode ser verificado que a maior quantidade de trabalhadores têm o 2º. grau completo, no total de 20.618, acompanhado de perto do número de trabalhadores que possuem a 8ª. série completa, com 16.909. Infelizmente no Corredor, a maior parte da mão-de-obra não chega a iniciar o segundo grau, pois a maioria tem apenas a 8ª. série incompleta (TABELA 08).

Já em Maracanaú, o maior número de trabalhadores possui a 8ª. série completa. Em Fortaleza, o maior índice é o dos trabalhadores que possuem o 2º. grau completo. Outro aspecto que destaca a Capital é que é nela onde se encontra o maior número de trabalhadores com nível superior. Dessa forma, não é de se estranhar a quantidade de trabalhadores empregados nos setores administrativos e na parte da gerência no Corredor.

RMF	Analfa-Beto	4.Ser Incomp	4.Ser Comp	8.Ser Incomp	8.Ser Comp	2.Gr Incomp	2.Gr Comp	Sup. Incomp	Sup. Comp	Total
Aquiraz	35	256	82	232	246	172	533	128	86	1.770
Caucaia	103	648	469	604	747	299	699	36	96	3.701
Chorozinho	57	325	86	30	24	6	24	1	1	554
Eusebio	28	271	207	700	1.264	542	1.888	76	121	5.097
Fortaleza	272	2.805	2.524	5.493	8.410	3.874	9.661	734	1.867	35.640
Guaiuba	16	23	36	57	12	3	0	0	0	147
Corredor										
Horizonte-										
Pacajus	68	358	543	2.045	1.457	1.152	1.892	68	91	7674
Itaitinga	17	88	15	36	42	33	69	1	2	303
Maracanaú	70	516	1.005	2.167	4.007	1.545	4.994	259	422	14.985
Maranguape	18	106	111	494	512	350	435	18	31	2.075
Pacatuba	2	26	14	42	109	68	306	37	58	662

Sao Gonçalo do Amarante	8	99	29	32	79	23	117	6	5	398
Total	694	5.521	5.121	11.932	16.909	8.067	20.618	1.364	2.780	73.006

Tabela 08 - Número de trabalhadores formais do sexo masculino no setor da indústria segundo grau de instrução na RMF em 2005.

Fonte: RAIS.

Analisando o exemplo da Empresa A, ela apresenta uma quantidade muito maior de trabalhadores do sexo masculino do que o do feminino (TABELA 09). De acordo com a gerente de recursos humanos, isto ocorre em virtude de as atividades da empresa possuírem etapas da produção que precisam de trabalhadores fortes para arrastar pesadas linhas – carregadores.

Sexo	Porcentagem
Masculino	86%
Feminino	14%

Tabela 09 - Perfil de colaboradores, por sexo, no ano de 2005.

Fonte: Pesquisa direta, obtida por meio de relatório técnico produzido e disponibilizado pela empresa.

Ainda analisando a Empresa A, quase metade dos trabalhadores é de solteiros (TABELA 10). O segundo grupo que apresenta maior representatividade é o dos “outros”, que constitui grande diversidade de trabalhadores não solteiros e não oficialmente casados.

Estado Civil	Porcentagem
Solteiro	46%
Casado	20%
Outros ¹³	34%

Tabela 10 - Perfil de trabalhadores por estado civil no ano de 2005.

Fonte: Pesquisa Direta, obtida através de relatório técnico produzido e disponibilizado pela empresa.

Outro aspecto que nos chama bastante a atenção e que as empresas não destacam envolve o tempo de serviço dos trabalhadores. A Empresa A nos traz alguns indicadores importantes. Analisando o perfil dos seus trabalhadores,

¹³ Esse grupo envolve grande diversidade de trabalhadores que vivem matrimonialmente com seus cônjuges, depois de várias separações, ou mesmo os que estão se separando.

considerando o tempo de serviço, percebe-se que quase 79% são trabalhadores possuem até cinco anos de empresa, dos quais, 24% possuem têm menos de um ano na empresa e 43% são trabalhadores de 2 a 5 anos (TABELA 11).

Tempo de serviço	Porcentagem
Mais de 10 anos	9,60%
6 a 10 anos	11,40%
2 a 5 anos	43%
1 a 2 anos incomp.	12%
Menos de 1 ano	24%

Tabela 11 – Perfil dos trabalhadores, por tempo de serviço.

Fonte: Pesquisa Direta, obtida pela consulta por meio de relatório técnico produzido e disponibilizado pela empresa.

Isso demonstra a alta rotatividade dos trabalhadores e mostra que apenas um grupo seletivo atinge certo grau de estabilidade no emprego, além de obterem conquistas trabalhistas inerentes ao maior tempo de vínculo do trabalhador à empresa.

A questão do trabalho também envolve os deficientes físicos (trabalhadores especiais). A política da empresa possui como exigência para a contratação a educação. Como não encontra trabalhadores especiais com pelo menos a 5ª. série do ensino fundamental no Corredor, acaba por contratá-los da RMF, em virtude da obrigatoriedade de sua contratação pelas leis trabalhistas, sob pena de multa. Na entrevista realizada com a gerente de recursos humanos em agosto de 2006, ela acrescenta que existem deficientes nesta área, no entanto, as famílias, por vergonha, comodidade ou mesmo por não acreditar que algum dia possam ter oportunidade de trabalhar, esconde-os em casa, negando-lhes a educação básica e, por conseqüência, a oportunidade de trabalhar.

Ao longo da década de 1990, e mais fortemente nestes últimos anos, muito se fala e escreve a respeito da relação do trabalho e educação. A idéia passada constantemente pela mídia, em especial a televisiva, é de que o mercado de trabalho está cada vez mais disputado e, para conseguir uma vaga, o candidato com maior nível educacional terá maiores chances de conseguir o emprego. Além disso, quanto maior for o nível educacional, mais alto será o salário conseguido.

Tal relação é cada vez mais divulgada e encontra no Corredor um local apropriado para a sua divulgação. A cada ano, é maior a demanda por vagas escolares e pelo fato de os colégios ampliarem as suas ofertas. Ora são colégios novos, que ampliam as suas ofertas, ora são os novos que abrem vagas no Corredor, estabelecimentos que ampliam seu número de vagas, ora são novos cursos de qualificação que oferecem conhecimento profissional.

Outra questão a ser tratada são os trabalhadores informais. Na atividade agropecuária, muitas vezes, são utilizados trabalhadores sazonais, os bóias-frias, que ganham pela produção e não são contabilizados. Além disso, ainda existe uma grande parte de trabalhadores que ganha suas vidas trabalhando como vendedores ambulantes, comercializando diferentes produtos, desde pequenos objetos (bijuterias, bonés, presilhas de cabelo) até comida (FIGURA 13). Além dos pequenos estabelecimentos que empregam pessoas de uma mesma família, dos trabalhadores domiciliares, dos que trabalham no transporte alternativo de forma irregular.

Figura 13 – Vendedor ambulante em uma das praças do Corredor Horizonte-Pacajus, vendendo seus produtos.
Fonte: Trabalho de campo, 2007

A instalação do capital industrial no Corredor propicia dinamismo na densidade demográfica, gerando maior demanda pela força de trabalho, e propicia a expansão urbana. Esse mesmo capital, no entanto, possibilita somente a certa

parcela desses possíveis trabalhadores se inserirem no mercado de trabalho assalariado, enquanto os outros realizam atividades em ocupações autônomas, informais ou em empregos assalariados sem vínculos empregatícios, sem possuir os benefícios sociais ligados ao emprego legalizado. Assim, também, apenas uma parcela da população possui sua moradia dotada de infra-estrutura de saneamento básico.

1.2 O adestramento dos trabalhadores para a indústria no “Corredor”

A discussão a respeito das transformações do mundo do trabalho nesse momento de crise estrutural do capital é objeto de pesquisas por parte de inúmeros autores de posições epistemológicas diferentes. Muitos desses autores tentam estabelecer qual seria a contradição básica da sociedade capitalista.

Para o estudioso Postone (2000, pág. 88), a contradição básica desta sociedade consiste na substituição do trabalho vivo pelo morto, baseado na idéia de Marx defendida nos *Grundrisse*. Mézáros (2002) também defende esta tese, ao tratar da diferença entre as outras crises cíclicas enfrentadas anteriormente pelo capital, excluindo que elas ocorrem às custas do trabalho intensivo aplicado à produção. Atualmente, o capital passa a atuar mediante a revolução das forças produtivas que envolvem inclusive a moderna Cibernética. É esse o ponto em comum, com o desenvolvimento dessas técnicas e inovações: a força de trabalho tornou-se crescentemente supérflua.

Para esse autor, este é o ponto fundamental, os limites estruturais absolutos foram atingidos com a transformação do exército de reserva em uma força de trabalho supérflua (MESZÁROS; 2002, p. 343). É a partir da descartabilidade do trabalhador ocasionada pela quantidade abundante e cada vez menos utilizável de mão-de-obra que vão ocorrer os demais problemas, os quais o autor denomina de “limites”. Marx já afirmava nos *Grundrisse* que a contradição fundamental da sociedade capitalista consiste na substituição do trabalho vivo pelo morto.

Em meio ao cenário mundial de desemprego estrutural, existem espaços que parecem se contrapor a esta lógica, ao apresentarem uma grande quantidade de empregos em constante expansão. Longe de efetivamente se contrapor a lógica do sistema, esses lugares nada mais representam do que a intensificação de um sistema constituído por contradições.

O trabalho tem muita importância na sociedade atual¹⁴. É por meio dele que somos reconhecidos e que adquirimos uma identidade na atividade profissional desempenhada. De acordo com Gorz (2005, p. 21) ele é

(...) uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho *remunerado*¹⁵ (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma “profissão”), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres. O trabalho socialmente remunerado e determinado – mesmo para aqueles a quem falta trabalho – é, de longe, o fator mais importante da socialização. Por isso, a sociedade industrial pode perceber a si mesma como uma “sociedade de trabalhadores”, distinta de todas as demais que a precederam.

A racionalização econômica foi a tarefa mais difícil que o capitalismo industrial precisou cumprir e ainda realiza. Pesquisa realizada pelo SINE-IDT, a respeito da mão-de-obra do Corredor Horizonte-Pacajus, revela e faz inúmeras formas de resistências apresentadas pelos trabalhadores ou rigidez que o trabalho impunha.

Era necessário adestrar o trabalhador ao ritmo e às necessidades das indústrias. Ele tinha que se tornar uma parte do processo produtivo, sem serem considerados sua personalidade, a singularidade e a cultura e o modo de viver. Ele deveria ser apenas uma força de trabalho que pode ser facilmente intercambiável, podendo ser facilmente substituído por qualquer outro trabalhador.

O adestramento do trabalhador constituiu um esforço constante para fazer que cada um deles se adequasse ao que era exigido pela indústria. Assim, a organização científica realizou um grande esforço para diferenciar o trabalho, atividade econômica quantificável na forma de salário, da pessoa complexa do trabalho.

Dessa forma, foi imposto um ritmo mecânico ao trabalhador. Ele tinha que realizar uma rotina, que se iniciava desde o horário fixo de entrada, de saída, de

¹⁴ Quadro bem diferente do existente nas sociedades pré-modernas. Na Antigüidade, a exemplo da Civilização Grega, o trabalho era relacionado às necessidades e, portanto, as relações servis que não seriam dignas de um cidadão livre e com direitos políticos. Dessa forma, o trabalho era destinado a mulheres e escravos.

¹⁵ Grifo do autor.

alimentação¹⁶, a forma de vestir, que envolve não somente horários, formas de trajar, mais também todo o comportamento.

Para os mais idosos, foi mais difícil o processo, pois muitos desistiram e optaram pela realização de outras atividades, no comércio, por exemplo. Os mais novos foram mais flexíveis às exigências da indústria, mesmo possuindo modo de vida caracterizada como rural. O objetivo principal desse processo era impor e promover a inculcação do mundo da fábrica para esses trabalhadores que realizavam atividades informais, tinham origem rural ou trabalhavam anteriormente no pequeno comércio, nas feiras ou atividades agroindustriais.

Assim, pode ser constatado que houve mudança, alteração no modo de vida, nos valores, nas relações sociais e nas relações com a natureza. De certa forma, representou um novo patamar, pois apresentou mudanças consideráveis que o lugar desconhecia. A atividade produtiva que emprega cada vez mais gente não possui mais as antigas motivações e relações de sociabilidade que anteriormente comandavam os moradores. Agora se trata de um meio de ganhar salário ou, pelo menos, é o que aparenta em princípio.

Realmente ocorre uma separação entre o tempo de trabalho e o tempo de viver. O trabalho, as ferramentas, a matéria-prima e o produto foram separados do trabalhador. Ele passou a não possuir nenhuma habilidade artesanal referente ao trabalho, conhecendo apenas a parcela que envolve o seu trabalho. Assim, ele não tem nenhum domínio da produção e as decisões são externas a ele. Ele perde a noção do todo, e o prazer de realizar aquele trabalho específico é substituído pela possibilidade de acesso aos bens materiais que o dinheiro oferece, o que não se reduz ao salário, mas envolve também a cesta básica, direitos trabalhistas, como a carteira assinada, e não atrasar o pagamento do salário.

Já pode ser percebido, porém, que não é apenas o aspecto financeiro que envolve os trabalhadores, pois há questões mais complexas que precisam ser examinadas. Para isso, têm que ser considerado alguns princípios do que Marx percebeu desde a época dos *Manuscritos de 1844*, quais sejam: “o operário produz o capital, o capital produz o operário, o operário produz, por tanto, a si mesmo, e o homem como operário, como mercadoria, é o produto de todo o movimento, (...)”

¹⁶ Hoje podemos ouvir o toque das sirenes das fábricas controlando os horários dos trabalhadores.

Até o momento, pode ser percebido que o emprego industrial fez com que o trabalhador fosse moldado para o trabalho. Mais; se a fábrica molda o trabalhador, o trabalhador também modifica a fábrica. O estudo de caso da Empresa Vulcabrás do Nordeste comprova e revela aspectos interessantes que demonstram como o modo de vida do trabalhador implica formas de relações, além de confirmar que, embora a instalação da indústria subsidiada tenha modificado, de certa forma, a maneira de viver, continua caracterizada pela existência de sítios e chácaras, além das residências, que possuem em seus quintais a criação de galinhas, e mantêm as relações de vizinhança, que continuam fortes, bem diferentes da individualidade e concorrência que distanciam os moradores.

1.3 As formas de mobilidade e sua relação com o mundo do trabalho

Na sociedade moderna, a mobilidade espacial da população ocorre em virtude das mudanças nas relações sociais e promovem dinâmicas territoriais. As relações de produção agem modificando os padrões demográficos, pois, para a reprodução do capital, é necessária uma força de trabalho móvel. Conforme Becker (1997, p. 341), “Na sociedade capitalista, a mobilidade representa um meio para a reprodução do capital, uma vez que uma força de trabalho livre e móvel torna-se essencial para o processo de acumulação.”

A mobilidade no capitalismo¹⁷ assume outras funções, como a atividade turística, que movimenta pessoas em função do lazer - o movimento pendular, resultado do deslocamento de trabalhadores, e a atual divisão do trabalho, que altera os fluxos populacionais. Além da mobilidade, entendida desde o deslocamento, também existe a mudança profissional, pois trabalhadores podem ocupar melhores lugares na hierarquia dos cargos em uma empresa, ou mesmo a mudança para outros ramos, como do emprego industrial para o comércio e do setor formal para o informal. Dessa forma, a mudança pode representar uma melhora social, modificando o padrão de vida, ou uma piora, implicando a perda dos direitos

¹⁷ A mobilidade existe desde as sociedades primitivas, de acordo com Becker (1997, p.341) “Nas sociedades Assim, pode ser percebido que a mobilidade envolve um conjunto de aspectos de natureza social, econômica, religiosa, política e geográfica.” Embora tratando superficialmente desses vários aspectos, nos deteremos mais na análise geografia, uma vez que e esse olhar deste trabalho utiliza para apreensão da realidade estudada.

antes adquiridos e a queda no padrão de consumo. Como anotam Amora e Guerra (2005, p.02), trata-se da mobilidade descendente.

Foi também na década de 1990 que começou a ocorrer uma inversão no movimento populacional de moradores. Entre os anos de 1995 até 2000, o Ceará alcançou o número de 23,8 mil pessoas que deixavam o Estado, mas entre 1999 e 2004 houve o movimento contrário, ou seja, foram registradas a quantia de 22,8 mil pessoas que se deslocam de outras regiões, especialmente do Sudeste, para o Ceará¹⁸. Assim, além do fluxo migratório de nordestinos para o Sudeste, foi identificado, também, um novo fluxo que sai do Sudeste e vai para o Nordeste, “indicando um possível retorno de migração para a terra natal.” (O Povo, 2007).

Ainda de acordo com a tabulação realizada por este jornal, existem dois grupos - o dos jovens, que retornam pelas dificuldades encontradas e por não conseguirem se manter - e o segundo, caracterizado pelos trabalhadores de maior faixa etária e que conseguiram trabalhar e fixar residência no local, mas, mesmo assim, preferem retornar.

O fluxo do Sudeste para o Nordeste indica um possível retorno dos nordestinos, seja por infelicidade ou por sucesso. Os que estão voltando por fracasso em geral são mais jovens e não encontram boas chances no Sudeste. Há também os que foram bem-sucedidos e estão voltando para a terra natal e são mais velhos.

Como explicar, porém essa mobilidade espacial? Quais são os fatores que impulsionam e são impulsionados por ela? Ela pode abranger diversos aspectos sociais, religiosos, políticos e geopolíticos; assim, não envolve “apenas” o deslocamento realizado pela força de trabalho, mas também compreende as mudanças ocorridas na hierarquia do trabalho ou nos setores de atividades; além da alternância entre a formalidade e a informalidade, que implicam a ascensão ou descensão social, envolvendo não apenas o nível de renda e a capacidade de consumo, mas também questões referentes à segurança de sua sobrevivência e, muitas vezes, de sua família.

¹⁸ Fonte: O Povo, Economia, 11 de março de 2007. Neste artigo, foi utilizado o estudo desenvolvido pela Universidade de Campinas, São Paulo, intitulado Nova geoeconomia do emprego no Brasil. Dentre os estados nordestinos, o Ceará foi o terceiro que mais recebeu os migrantes internos, perdendo para a Paraíba, que passou de um saldo de -61,5 mil para o de 45,6 e o Rio Grande do Norte que passou de 6,6 mil para 37,6 mil nos mesmos períodos.

Ao ser proposta a realização de uma análise geográfica como forma de apreensão da realidade, enfatiza-se a mobilidade espacial da população. Deslocamentos populacionais já é um tema conhecido dos estudos geográficos. Um dos primeiros autores que trabalharam com essa temática foi Pierre George, que aborda os deslocamentos diários realizados pelos trabalhadores, os denominados movimentos pendulares.

Segundo George (1983, p. 190), os movimentos pendulares são um fenômeno característico urbano, que ocorre pelo crescente distanciamento geográfico entre os locais de residência e o de trabalho, nas cidades modernas. Ao destacar o fenômeno como tipicamente moderno e ressaltar sua ocorrência nas cidades caracterizadas pelas inovações técnicas, o autor intenta demonstrar que ela está intimamente relacionada com a modernização e ampliação da infra-estrutura, em especial, a relacionada com o estabelecimento de fixos associados com os transportes e comunicações, que provocam aumento do movimento e maior fluidez ao espaço urbano e rural da região.

Assim, ao ser pensada a redistribuição espacial da população, associada ao dinamismo do mercado de trabalho, pode ser compreendido como as intensas migrações acontecem entre locais e/ou regiões de maior dinamismo econômico, assim como as, que são alto de quedas em determinados setores. Deve ser considerado o fato de que os deslocamentos populacionais promovem mudanças culturais, residências e outras que dependem das condições socioculturais da população que se desloca.

A seguir serão abordados alguns dos deslocamentos realizados e para tratar de algumas das espacialidades ocorridas no Corredor e da relação urbano e rural. Direcionamos o estudo para o entendimento das mobilidades desenvolvidas no Corredor, especialmente as referentes ao trabalho, em decorrência do desenvolvimento da atividade industrial.

O primeiro grande deslocamento populacional ocorrido no Corredor foi realizado em 1940 em virtude de um surto de malária sucedido entre os anos de 1938 e 1940, por parte de muitas pessoas oriundas de Morada Nova, Russas e Limoeiro do Norte, principalmente, e outros locais do Vale do Jaguaribe, conforme nos informa Girão (obra já citada, p. 39).

Como os moradores dessas localidades possuíam hábitos de vida essencialmente rural, eles trazem consigo esses hábitos para um local que também

possui essas características. Nesse momento, não ocorrem mudanças nos hábitos, como a criação de animais para o consumo familiar, e as relações de vizinhanças e solidariedade não se alteram.

É somente com a instalação da indústria subsidiada que as transformações na organização do espaço ocorrem de modo mais intenso do que nos períodos anteriores, em razão, entre outros aspectos, do incremento da dinâmica populacional. O fluxo que os deslocamentos populacionais proporcionaram a partir do ano de 1992 foi crescente e promoveram algumas alterações no modo-de-vida da população e a mobilidade espacial alterada.

Os migrantes representaram parcela significativa da população residente, na sede, Pacajus; no ano de 1996, o IBGE aponta que 12,9% da população eram formados por migrantes. Em Horizonte, a Secretaria de Ação Social afirma que há, nas áreas periféricas, cerca de 200 famílias, das quais, 80% têm origem na região do Sertão Central cearense.

A mobilidade da população, porém, expressa por esses números revela indicadores importantes que só podem ser apreendidos com a realização de entrevistas com os trabalhadores do lugar. Nas conversas, pode ser observado que existe diferença na mobilidade dos trabalhadores do Corredor, que varia de acordo com a faixa etária.

Os trabalhadores com idade mais avançada, ou seja, entre 40 e 50 anos, tiveram que deixar a terra natal em busca de emprego. Mesmo o entrevistado que alegou “querer conhecer o mundo”, assegura, mais adiante, a necessidade de conseguir uma profissão e emprego. Eles, que saem nas décadas anteriores para locais como São Paulo e Piauí, retornam com a instalação da indústria.

Buscam reencontrar o lugar e a família, pois eles alegam com orgulho ser cidadãos dos municípios. Eles retornam buscando emprego na indústria; caso não dê certo, podem trabalhar por conta própria.

Os mais novos não possuem essa necessidade de mobilidade. O deslocamento que eles enfrentam corresponde a pequenas distâncias entre suas residências e o seu local de trabalho, que pode ser realizado andando, de bicicleta, com motocicleta, disponibilização pela indústria, ou por ônibus ou “topics” das empresas.

Assim, verificamos como a experiência vivida com a apropriação do espaço está subordinada à lógica do trabalho e evidencia-se que cada formação econômica

e social corresponde a uma formação espacial determinada, cuja dinâmica é a da acumulação.

O retorno em razão de saudades da família que ficou, vontade de retornar para a sua terra e por não gostar do ritmo de vida dos centros urbanos brasileiros mais desenvolvidos economicamente, como São Paulo, são importantes, mas, apenas por si, não são suficientes para seu retorno. É com a possibilidade de conseguir trabalho nas indústrias do Corredor que eles retornam; e conseguem.

1.4 Os fixos e os fluxos - a BR-116 como elemento de circulação

A expansão do capitalismo mundial ocorreu em grande parte em virtude da criação de sistemas de movimentos diversificados. Nos tempos atuais, essa característica ganha cada vez mais importância pela relevância da ciência, da técnica e da informação. De acordo com Santos (1999, p. 212), “hoje, não basta produzir, é indispensável por a produção em movimento. Em realidade não é mais a produção que prescinde à circulação, mas é está que conforma a produção.”

Assim, a fluidez do território é a questão central, uma vez que o território passa a ser organizado com o intuito de torná-lo cada vez mais fluído, promovendo sua constante aceleração para facilitar e favorecer o escoamento da produção. Ela é promovida mediante a existência de sistemas de objetos técnicos que viabilizaram a circulação, distribuição e consumo final.

Arroyo (2001) garante que estes podem se apresentar na forma de pontos, que envolvem aeroportos, portos e armazéns, entre outros, ou podem ser constituídos em forma de linhas, ou seja, vias que permitem o escoamento de mercadorias e pessoas, como as rodovias, ferrovias, hidrovias, aerovias e caminhos marítimos.

No caso do Ceará, para que possam ser permitidas a “livre” circulação e a expansão continuada do capital, faz-se necessário que seja elaborado um conjunto de sistemas técnicos, que possam permitir a articulação de fluxos de mercadorias, capitais e informações que possibilitem acompanhar e se integrar ao movimento mais amplo do capitalismo mundial.

O papel estatal, como elemento promotor, facilitador e de fortalecimento do parque industrial do Estado e dos interesses do capital, constitui elemento de grande importância para a compreensão do quadro analisado. Fazemos uma ressalva, no

entanto, para a qual nos apoiamos em Harvey (2005), que trata da importância do Estado, mas deve ser destacado o fato de que não podemos esquecer a concorrência entre capitais, os processos espontâneos.

Nesse sentido, utilizamos Santos (2004, p. 247), ao assinalar que “os lugares se distinguem pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade dos investimentos.” Assim, acreditamos que, para a concretização do capital no território, é preciso que sejam efetivadas parcerias locais que disponibilizem os alicerces e garantias de retorno dos grandes investimentos.

Assim, nos últimos vinte anos foram construídos e articulados diversos sistemas técnicos¹⁹ no Estado, dentre eles, os rodoviários, principalmente as rodovias, a exemplo da federal BR-116, que corta o Corredor Horizonte-Pacajus (FIGURA 14) e é um importante elemento ordenador de seu crescimento, com importância histórica. Ela liga os municípios à Capital (direção norte) e ao interior do Estado (direção sul). Esta via de acesso é de extrema importância para a ligação do Corredor e deste com sua Região Metropolitana, para o deslocamento das pessoas (mão-de-obra) e para o próprio escoamento da produção que passam a ser comprometidos.

¹⁹ O período coronelista teve importantes contribuições para o quadro econômico e a organização espacial do Estado, pois ofereceu as condições necessárias para o terceiro período modificar o perfil da economia cearense e implantar um conjunto de fixos e fluxos, até então desconhecidos do território. No governo de Virgílio Távora, foram implantadas importantes obras infra-estruturais, a exemplo do sistema Pacoti-Riachão e da conclusão do I Distrito Industrial do Ceará e a energização rural. Além de promover a construção de rodovias ligando as cidades do interior, do Baixo Jaguaribe que, algumas décadas mais tarde, tornam-se um “novo espaço da produção globalizada¹⁹” no Estado do Ceará e atraiu grandes grupos industriais, como a Grendene.

Figura 14 – Trecho da BR-116 que corta o Corredor
Fonte: Trabalho de campo, 2006.

O Corredor é um dos locais no Estado que tem reestruturado o seu espaço para atender a lógica mundializada da produção, que passa a atuar em seu território. Nesse processo, a presença do Estado como agente promotor das transformações espaciais não pode ser ignorada, uma vez ser ele que dota o Estado de infraestrutura e cria os planos estratégicos que visam à atração de indústrias.

O fluxo que os deslocamentos populacionais proporcionaram a partir do ano de 1992 foi crescente e promoveu algumas alterações no modo de vida da população. A demanda que envolve o Corredor é realizada apenas por uma empresa de ônibus, a empresa São Benedito, que parte de Fortaleza e tem como destino a Rodoviária Naíde Costa Menezes, em Pacajus. Essa empresa pertence a um nativo de Pacajus, que monopoliza a linha há mais de trinta e cinco anos, dificultando que outras firmas de transporte se estabeleçam no lugar.

No quadro (QUADRO 04), podemos observar o movimento desta rodoviária, mediante a observação das empresas que realizam o transporte de passageiros que fazem o deslocamento de Fortaleza até o Corredor. Devemos ressaltar que existem mais empresas que transitam pelo Corredor, no entanto, elas não fazem escala nessa Rodoviária.

EMPRESAS	DESTINO
Penha/Itapemirim	Rio de Janeiro/São Paulo
Guanabara	Natal
	Recife
	Goiânia
Nordeste	Natal
	Mossoró
	João Pessoa
	Assu
Redenção	Quixadá/Senador/Pompeu
Rio Jaguaribe	Vale do Jaguaribe
<i>São Benedito</i> ²⁰	Pacajus
São Geraldo	Belo Horizonte
Expresso Icapuí	Aracati
<i>Morada Nova</i>	Morada Nova
Vale do Jaguaribe	Vale do Jaguaribe

Quadro 04 – Empresas de transporte que realizam a rota de Fortaleza e fazem escala na Rodoviária Naíde Costa Menezes no Corredor.

²⁰ As empresas São Benedito e a Morada Nova pertencem atualmente ao mesmo grupo empresarial, embora mantenham sua individualidades.

Fonte: DERT, 2006.

Embora o lugar possua apenas uma linha de ônibus, existe grande quantidade de motoristas de transportes alternativos (“vans”, “topics”, peruas, entre outros), os popularmente conhecidos “topiqueiros”. Eles surgem da necessidade de veículos que realizem o trajeto Horizonte/Pacajus/Horizontal e, posteriormente, Fortaleza.

O deslocamento realizado entre o Corredor e a Capital já é fato conhecido de grandes redes empresariais e agora passa a ser utilizado. Em trabalho de campo realizado em maio de 2007 e podemos visualizar vários jovens representantes da C&A (FIGURA 15), abordando a população na rua para fazer seu cartão de crédito. No momento em foco, observa-se um ônibus da Santana Têxtil, que transportava seus trabalhadores, realizar uma parada e deixar seus trabalhadores. Eles foram abordados por esse grupo de jovens que oferecia crédito fácil para eles realizarem a compra em lojas do grupo em Fortaleza, a exemplo da que vai abrir no Shopping Benfica, também divulgada pelos jovens.

Figura 15 - Representantes da C&A no Corredor, oferecendo crédito “fácil” e “rápido” aos trabalhadores.

Fonte: Trabalho de campo, 2007

Esse fato nos leva a indagar até que ponto a proximidade com Fortaleza seria um indicador responsável pelo moderado crescimento econômico do setor de serviços e do comércio. Em conversa com uma moradora do Corredor, em setembro

de 2006, ela afirma que prefere deslocar-se para fazer suas compras em Fortaleza devido a maior variedade de produtos existentes na capital e pela facilidade no deslocamento realizado no trajeto que é bastante rápido. Embora essa maior variedade seja questionável pelos lojistas que possuem suas lojas nessas localidades.

Na entrevista realizada no mesmo período com o vendedor de uma loja pertencente a uma importante cadeia comercial de Fortaleza, foi-nos informado que os produtos que estavam sendo ofertados no Corredor eram os mesmos da capital, no entanto, uma boa parte da população, principalmente, a de maior poder aquisitivo prefere se abastecer em Fortaleza. Fato que estimula o deslocamento e gera formas de conflitos.

A disputa por passageiros entre os topiqueiros e a empresa ocorre em virtude de a empresa alegar que é a única que possui direito a atender àquela localidade, pois cumpre todas as obrigações legais e paga em dias seus impostos. A empresa já conseguiu proibir o trânsito de transportes alternativos por meio de medida liminar, mas a empresa não conseguiu atender com número de ônibus disponível, ocasionando congestionamentos, atrasos e revolta por parte da população que passou a defender os transportes alternativos.

Eles fazem parte do cotidiano do lugar e pode ser observada a disputa por passageiros na área central, em torno das igrejas matrizes dos municípios que compõem o Corredor. Eles rivalizam-se, ocupando a mesma área da praça central, fenômeno que implica uma disputa no momento de demanda de passageiros, principalmente por parte dos topiqueiros que os abordam, oferecendo a possibilidade de parada em vários pontos. Além disso, eles realizam paradas constantes e oferecem seus serviços para qualquer transeunte aos gritos; mas alguns passageiros preferem os ônibus, pois esse transporte é mais confortável e pagam o mesmo preço.

Como forma de reivindicar seus direitos, os topiqueiros se organizaram em uma associação - a "Coopter". Esta surgiu como forma de barrar a concessão de liminares, com a normatização de seus associados. Assim, os integrantes dessa cooperativa possuem suas "topics" pintadas com a cor laranja e utilizam um colete. Nem todos, porém, aderiram à cooperativa e agora criou-se a disputa entre os próprios topiqueiros. Os "oficiais" alegam que seus transportes estão dentro das normas de segurança e que se preocupam em levar o passageiro seguramente,

afirmando que os “piratas” transportam os passageiros de qualquer jeito, lotam o transporte e andam muito rápido, sem se preocupar com a segurança²¹.

Além deles, também existe a categoria dos mototaxistas, mais uma opção de transporte intra-urbano que ocorre em vários pontos do Corredor. Além da praça central, eles também se encontram nas proximidades de postos bancários e em ruas paralelas, que têm expressividade em estabelecimentos comerciais. Eles atendem a uma população diversificada, mas principalmente a população urbana. A esse respeito, Pereira Júnior (2005) assinala que,

Mesmo realizando corridas entre os municípios de Horizonte e Pacajus ou entre a sede destes e seus distritos, o mototáxi é, sobretudo, um meio de transporte urbano, tendo em vista que, diante da ausência de linhas regulares e ônibus nas duas cidades, o deslocamento das pessoas entre bairros se agiliza graças ao seu uso.

Assim como os topiqueiros oficiais, os mototaxistas também tentam se diferenciar de outros que realizam esta mesma atividade. Eles utilizam uniformes padronizados, localizando-se em pontos movimentados do Corredor, como as igrejas matrizes dos municípios, o posto do Banco do Brasil e outras ruas próximas que possuem intenso fluxo comercial. Eles expressam uma territorialidade que é formada diariamente e constituem um grupo organizado e unido.

Assim, o transporte intraurbano passou a se diversificar em razão do crescimento urbano, do maior deslocamento realizado entre os bairros e da procura por empregos. O movimento diário realizado por grande parte da população também tem como elemento característico a bicicleta.

Em razão da proximidade entre o trabalho e a residência, além das condições topográficas favoráveis, muitos moradores utilizam-se de bicicletas, ou mesmo, vão andando para o trabalho, algo recorrente há zona rural cearense e as pequenas cidades. É visível a existência de vários ciclódromos nas diferentes empresas localizadas no Corredor, pois muitos trabalhadores foram incorporados ao sistema industrial.

Dessa forma, reconhecendo a complexidade da realidade, e não querendo desconsiderar seus vários aspectos, neste momento, ressaltamos o papel do Estado para a industrialização no Corredor, atuando como agente da acumulação do capital,

²¹ Entrevista realizada no dia de 2007, com topiqueiro “oficial”.

por meio da política de incentivos fiscais, dotando o território de infra-estrutura e demais formas de estímulo à industrialização.

Assim, o Estado possibilita a reprodução de importantes investimentos que chegam ao Corredor provenientes de outras partes do Brasil e do mundo, uma vez que a rentabilidade e a competitividade das empresas dependem das infra-estruturas, dos fluxos locais e do aparato político-organizacional. Para isso, é necessário que o governo dote o Estado de infra-estrutura para permitir a “livre” circulação e a expansão continuada do capital.

As indústrias buscam trabalhadores da RMF, em especial da Capital, em virtude de um discurso que expressa a necessidade de qualificação para que os trabalhadores possam ser empregados. A “qualificação” exigida possui como critério que o candidato ao trabalho tenha pelo menos o segundo grau completo. Longe de constituir uma necessidade, este fato demonstra a própria lógica de exclusão do sistema capitalista, uma vez que, em virtude da incapacidade de absorver as pessoas como mão-de-obra, ele expulsa cada vez mais trabalhadores do sistema. Este fator é apenas uma forma de mascarar a própria lógica.

Não é somente na Capital que essas indústrias “recrutam” seus trabalhadores. Também ocorre em outras localidades da RMF, a exemplo de Maranguape, e que pode ser constatado pela disponibilização de ônibus das empresas para realizar transporte dos seus funcionários do *locus* da produção para seu lugar de vivência, através do deslocamento diário realizado em seu transporte urbano entre empresas da área de entorno da RMF e da sua Capital.

Podemos também destacar o fato de que a má conservação das estradas implica maior tempo de deslocamento, tanto dos produtos, quanto de seus produtores (mão-de-obra). Isto significa maiores gastos do capital das empresas. Nesse sentido, podemos compreender o quanto é importante a malha viária para as indústrias. Pensando em um Corredor industrial, esta lógica torna-se ainda mais clara, uma vez que o seu principal meio de ligação deste com sua RM constitui uma estrada, a BR-116, e que sua caracterização ocorre por meio da circulação.

Na foto (FIGURA 16), podemos perceber a dificuldade que a demora na reconstrução da BR representa para o capital e para os moradores. Além dos gastos já citados, temos a danificação nos veículos que realizam o transporte. Os moradores, dos que realizam o percurso com seus veículos próprios, também danificam seus carros e motos, colocando em perigo suas vidas.

Figura 16 – Trecho da duplicação da BR-116 em reconstrução no Corredor.
Fonte: Trabalho de campo, 2006.

Dessa forma, podemos compreender que a paralisação das obras de duplicação da BR-116, que foi iniciada na época do governo do Fernando Henrique Cardoso, é prejudicial aos interesses os grandes investimentos realizados no Corredor. Dessa forma, podemos entender o protesto dos moradores desta localidade e dos empresários, realizado na manhã do dia 27 de abril na rodovia BR-116. O protesto objetivou chamar a atenção de esferas governamentais para a necessidade de continuação das obras, fato que beneficiará os investimentos e indústrias existentes e possibilitará a incorporação de outros a este circuito de produção, neste local privilegiado da produção.

Destaca-se, ainda, comprovando os interesses envolvidos, que este momento de paralisação foi liderado pela delegada da FIEC (Federação das Indústrias do Estado do Ceará), Verônica Perdigão, que acumula nos seus cargos a função de diretora da Santana Têxtil, além dos prefeitos de Horizonte e Pacajus, e do até então vereador Inácio Arruda (FIGURA 17). Vemos claramente os interesses hegemônicos do capital manifestando-se no lugar.

Figura 17 – Figuras da política em protesto dos moradores e dos empresários no Corredor pela busca de investimentos para a duplicação da BR-116.
Fonte: <http://www.sfiac.org.br/noticias/br070604.htm>, consulta em junho de 2006.

Em entrevista realizada com Verônica Perdigão, na Santana Têxtil, ela nos revela que a reconstrução da BR-116 tem grande importância para o lugar, pois,

além de acreditar que isto representa um problema para a vinda de novas indústrias, nos chama a atenção para o fato de a BR representar grande perigo para os trabalhadores que têm de realizar aquele percurso. Dentre eles, os que realizam o percurso entre o Corredor e a Capital, diariamente, como os gerentes de recursos humanos de várias empresas.

Relata-nos que constantemente ocorrem desastres com vítimas fatais na BR e ela se sente sensibilizada por esta situação, uma vez que se considera como membro daquela comunidade e deseja a melhora para a vida dessa população.

As obras de duplicação da BR-116 (FIGURA 18), que compreendem do Km 26 ao 50, foram retomadas com a liberação da verba de R\$ 39 milhões para a realização de obras infra-estruturais para o Ceará; desta, 17,5 destinam-se à duplicação, no entanto, o diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes (DNIT), José Vanks Menezes assinala que, para que isto ocorra (duplicar todo trecho no percurso de 10 km, mais dois anéis viários), é necessário o investimento no valor de R\$ 60 milhões.

Figura 18 – Reconstrução da duplicação da BR-116 no trecho que liga Fortaleza à entrada do Corredor Horizonte-Pacajus.

Fonte: Trabalho de campo, 2006.

Atualmente, parte da obra de duplicação da BR-116 no trecho que liga Fortaleza ao Corredor foi concluída antes do Carnaval de 2007 (FIGURA 19). No trecho da BR que passa dentro do Corredor, porém, dentro da cidade de Horizonte, a obra não foi sequer iniciada (FIGURA 20) e no dia 25 de abril de 2007 os moradores organizaram uma paralisação neste trecho durante uma hora,

acompanhada da presença da Polícia Rodoviária Federal e um representante do DNIT. Esse manifesto foi veiculado na imprensa, demonstrando a indignação dos moradores que se queixavam do mau estado de conservação da BR (FIGURA 21), a exemplo de buracos no local, prejudicando o comércio local, além de promover uma grande quantidade de acidentes.

Figura 19 – Trecho concluído da obra de duplicação da BR-116 que liga Fortaleza à entrada do Corredor Horizonte-Pacajus.

Fonte: Trabalho de campo, 2006.

Figura 20 – Trecho da obra de duplicação da BR-116 no Corredor que não foi iniciada.

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Figura 21 – Trecho da BR-116 no Corredor demonstrando a péssima condição da estrada.

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Embora alguns trechos já tenham sido concluídos, após a estação chuvosa, voltaram a ficar novamente esburacados e em outros podemos perceber a existência de um retalho no asfalto, demonstrando que o poder público não tem realizado os devidos investimentos e nos levando a questionar o material que é utilizado para realizar a manutenção das estradas.

O estado de conservação da BR-116, no entanto, não parece ser um empecilho para a chegada de novos investimentos industriais de grande porte, a exemplo da cervejaria Schincariol (MAPA 01), que está em fase de construção (FIGURAS 22 e 23). Ela já possui relevância no Corredor, pois em maio de 2007 houve a seleção dos futuros empregados, o que ocasionou a realização de vários dias de entrevistas realizadas no turno da manhã e a tarde na unidade do SINE em Horizonte pelas psicólogas da Empresa.

Figura 22 – Placa de construção da cervejaria SchinCariol que destaca a criação de 160 novos empregos diretos, 900 empregos indiretos e valor de investimento de R\$ 135 milhões.

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Figura 23 – Canteiro de obras de construção da cervejaria Schincariol.

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

2.0 O MOVIMENTO DO CAPITAL NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A década de 1970 tem grande importância em razão da crise estrutural sofrida pelo capitalismo, a qual muitos autores consideram a mais longa na história deste sistema e que ainda está presente nos dias de hoje, sendo uma de suas características o desemprego estrutural.

As mudanças tecnológica e organizacional que oferecem vantagens aos capitalistas individuais em relação aos seus concorrentes, a luta de classes, o surgimento de novos setores econômicos e as novas formas de organização do trabalho não foram suficientes para a superação desta crise. Embora as crises sejam uma das características do sistema capitalista, uma vez que elas são inevitáveis, em decorrência das contradições internas nas quais é fundado este modo de produção, têm sido historicamente superadas.

A crise que se apresentou, porém, na década de 1970 propicia que novos elementos sejam buscados, na tentativa de recuperar o crescimento econômico conhecido na fase de expansão capitalista. Assim, um elemento que até então era desconsiderado ou apenas era tratado como um mero obstáculo à circulação do capital, passou a ter crescente importância para o capitalismo: o espaço é apreendido pelo capital.

A crise do capital fez com que a expansão de mercados se tornasse um imperativo cada vez mais urgente. Assim, o capital vai em busca de espalhar-se no território e busca novos segmentos de atuação, procurando adquirir mais mercados e ampliar seus investimentos. Dessa forma, ele vai buscar quebrar qualquer barreira a sua expansão e buscar a conquista das economias consideradas periféricas como forma de estabelecer-se mundialmente.

Mészáros (2000, p.13) nos fala da atual racionalidade do capital, ao tratar da sua expansão, no globo e da sua constante necessidade de expandir-se:

Devido a irrefreabilidade de suas partes constitutivas, ele (o capital) não pode considerar-se completamente realizado a não ser como um sistema global totalmente abrangente. E por essa razão que o capital procurou demolir todos os obstáculos que permaneciam no caminho de sua plena expansão e porque ele deve continuar a fazê-lo enquanto o sistema perdurar. (P. 13).

Muitos acreditavam que o espaço era apenas um obstáculo a ser superado para o desenvolvimento do capitalismo e que, com o desenvolvimento das novas tecnologias e conexões, este seria suprimido pelo tempo. Neste sentido, Marx (1979, p. 539 *apud* HARVEY 2005, p. 145) assevera que,

Do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência uma barreira a ser superada. O capitalismo, conclui Marx, em um notável insight, é caracterizado necessariamente por um esforço permanente da superação de todas as barreiras espaciais e da “anulação do espaço pelo tempo.

De certa forma, a valorização do tempo em sobreposição ao espaço ocorre em razão da importância do tempo de rotação socialmente necessária, ou seja, a necessidade de fazer o capital circular em um determinado tempo em relação ao padrão de lucro aceito no momento, em condições normais de produção e circulação.

Mesmo assim, deve-se considerar que, mesmo havendo esta constante necessidade de acelerar a taxa de giro, há uma parte do capital que necessariamente deve ficar imóvel, as configurações espaciais fixas, que possibilitam a mobilidade da sua outra parcela do capital, ou seja, oferecem as condições para a circulação do capital.

Dessa forma, nos deparamos com outra contradição do capitalismo, qual seja, para superar o espaço, se faz necessário organizá-lo. Podemos perceber a importância da organização do espaço na medida em que a mobilidade do capital e de sua força de trabalho depende da existência de infra-estruturas físicas e sociais fixas. De acordo com Harvey (2005, p. 148), “toda forma de mobilidade geográfica do capital requer infra-estruturas espaciais fixas e seguras para funcionar efetivamente.”

Dessa forma, o espaço deixa de ser um obstáculo e passa a ser uma forma de superar as contradições internas do capitalismo, mediante sua expansão ou da reestruturação geográfica. Pensando a longo prazo, as crises são inevitáveis e o seu adiamento as torna mais globais e faz a geopolítica cada vez mais importante, tornando-se vital na formação e superação da crise. De acordo com Harvey (2005, p.142):

Por intermédio de mudanças e reestruturação geográficas, existem todos os tipos de possibilidades para protelar as crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes. No entanto, o resultado final, devo concluir, é que as crises se tornam mais globais em escopo, enquanto os conflitos geopolíticos se tornam parte dos processos de formação e solução da crise.

É neste cenário que podemos observar como o sistema do capital vai ampliando seu domínio no processo de produção e entender a importância que as revoluções organizacionais e tecnológicas tiveram para que isto ocorresse, uma vez que o modelo taylorista-fordista não conseguia resolver os problemas surgidos a partir da crise. Assim, aflora o modelo de produção toyotista²² ou produção flexível como forma de tentar atender as necessidades vigentes do sistema produtivo.

Desde de então, a mundialização do capitalismo ocorre mediante a explosão tecnológica, a retomada do antigo ideário do liberalismo em uma nova roupagem, o neoliberalismo, uma nova forma de organizar a produção e o trabalho, que envolve a flexibilização, a polivalência e a automação dos meios de produção. Isso, a partir da hierarquia, na qual as decisões são tomadas nos países mais ricos e envolvendo os países mais pobres.

A mundialização do capital constitui nova etapa do desenvolvimento capitalista. De acordo com Alves (1999), surgido na década de 1980, o termo constitui uma forma mais precisa para a “globalização”. Este momento se caracteriza por novos padrões de produção fundamentados nas revoluções técnico-produtivas, surgimento de setores econômicos e incorporações de espaços ao ciclo de produção-consumo-circulação do capital (espaços produtivos).

Nessa fase de transição para um novo modelo produtivo, o Estado tem papel primordial para criar a nova base de acumulação e redefinir as relações entre sociedade e mercado. O Estado Neoliberal surgiu de algumas medidas, como a

²² Teixeira (1998, p. 214) acentua ser nesse momento que “assiste-se a partir de então, a uma erosão crescente do compromisso entre capital e trabalho, da chamada *relação salarial fordista*”. O toyotismo se caracteriza por ser o modelo justo à constituição de novas bases de valorização, que proporciona a expansão do capital sem limites ou fronteiras e a obtenção da lucratividade em escala mundial. A estrutura organizacional passa a ser mais enxuta, menos burocrática, com alta capacidade de adaptação às transformações e demandas de mercado. As novas tecnologias, em especial as microeletrônicas, tornaram possível aumentar a produtividade da força de trabalho, sem maiores investimentos em contratação, também “deram novos níveis de flexibilidade para o capital”. Desde aí, as inovações ocorridas na gestão da produção e do trabalho (CCQ, Just in time, *Kanban*, *Benchmarking*, *Empowerment*, terceirizações, fusões, Joint ventures, etc) e também as questões políticas como a ascensão do neoliberalismo²², o incentivo ao livre mercado, as políticas anti-sindicais e a flexibilização dos direitos trabalhistas foram medidas essenciais à nova estratégia de acumulação e expansão do capital (ALVES, 2000, p. 16 a 18).

saída de suas funções sociais essenciais, por intermédio da privatização e desmontagem do seu aparato produtivo e inúmeras outras medidas. Antunes (1999, p.31) nos fala da gênese do Estado neoliberal, acentuando que,

Com a resposta à sua própria crise, inicia-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal da qual a era Thatcher/Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

Assim, o Estado, que em momentos anteriores apenas criou as condições propícias para a reprodução do capital industrial, agora auxilia o capital financeiro por meio dos benefícios concedidos às transnacionais para investir em novos setores e lugares que ofereçam maiores vantagens para acumulação, como mercado consumidor abundante e mão-de-obra, além de pouco ou mesmo nenhum conhecimento das leis trabalhistas. Devemos destacar o fato de que as medidas que o Estado adota acontecerão em virtude da diferença da divisão internacional do trabalho e que esta vai ser alterada.

Assim, podemos garantir que o espraiamento no território ocorre à mediante uma busca de intensificar a quantidade de mais-valia obtida pelo alcance e intensificação de objetos e atividades, propiciando a intensificação da divisão territorial e, conseqüentemente, ampliando a especialização produtiva dos lugares.

Com efeito, a materialização da lógica do capital no lugar em cada momento histórico passa a possuir determinados elementos de modernidade, assim como a não abrigar outros. Foi dessa forma seletiva que cada escala geográfica respondeu diferentemente à ação dos agentes hegemônicos da economia mundial que transformaram os diferentes lugares de acordo com as peculiaridades da história de cada um, assim como da sua organização espacial, das relações estabelecidas e de muitos outros aspectos.

É pela existência desse sistema de produção, que possui um mesmo sistema técnico, base da mundialização, que está pautada em conteúdos crescentes de ciência, tecnologia e informação, que ocorre uma dissociação geográfica da produção e consumo em escala mundial. É essa dissociação a fazer com que alguns

autores questionem o espaço e o tempo, em virtude da sensação de um encurtamento das distâncias geográficas e aceleração no tempo²³.

É também está mesma base técnica que permite diferentes atores hegemônicos do capital internacional, senhores das técnicas modernas²⁴, apropriarem-se da maior parte dos fluxos de comércio, capitais, investimento e trocas comerciais. Assim, os grandes conglomerados econômicos pertencem aos Estados Unidos, Japão e União Européia, que dominam as transações comerciais e financeiras.

A distribuição espacial dessas técnicas e o papel do Estado promovem a fragmentação do processo produtivo na escala internacional, que, conseqüentemente, reorganizam as economias do mundo, o que as torna cada vez mais interdependentes, podendo estar presente em todos os lugares, de acordo com as vantagens de mercado.

Assim, as produções do espaço e da própria vida cotidiana na atualidade só podem ser evidenciadas considerando as condições econômico-sociais do sistema capitalista no século XX, quando o espaço se torna elemento fundamental para compreensão da sociedade contemporânea. Dessa forma, o espaço deve ser entendido como pensa Martins (2001, p. 25), ou seja,

O espaço não é mero receptáculo das coisas produzidas pelas atividades humanas. Como meio e objeto de trabalho universal que é, constitui-se como necessidade e condição prévia de toda atividade prática, econômica, logo, da manifestação da própria vida. Ele próprio constitui uma força produtiva, da qual o capital também se apodera para criar as condições gerais de sua reprodução.

²³ David Harvey (2005) trata no livro *A condição pós-moderna* dessa sensação que nós temos de uma supressão do espaço e de uma aceleração do tempo. Ele utiliza a expressão “compressão espaço-tempo” que nos dá a impressão de encurtamento do espaço e do tempo e que podemos encontrar os diferentes objetos em diferentes lugares, o que levou à criação de vários mitos, a exemplo do que Santos (2001) em seu livro *Por uma Outra Globalização* trata, quais sejam, os mitos da aldeia global e do espaço e do tempo contraídos. Se analisarmos a obra de Santos, podemos evidenciar isto em vários aspectos - a idéia de aceleração e unicidade técnica.

²⁴ As técnicas têm um papel central no desenvolvimento capitalista. Segundo Santos (1996), foram condicionantes nas mudanças que houve na humanidade e permitiram novas significações às relações sociais. Cada conjunto de técnicas estava associada a uma etapa da história mundial. Assim, elas são o resultado de acúmulo historicamente produzido socialmente. Permitem que a aceleração do comércio mundial, o que Santos (2001, p. 07) chama de *convergência dos momentos*. O local está cada vez mais intrinsecamente relacionado com o global. Além disso, Santos (1996) também nos esclarece que as antigas técnicas não vão desaparecer, pois passam a ser apropriadas pelos países de economias periféricas.

O espaço é o elemento primordial para apreensão das contradições da sociedade contemporânea, pois está inserido nas regras de mercado, na industrialização e jogo de interesses, em que o Estado assume papel de suma importância. Embora ele represente o jogo de poderes e abrigue diferentes redes, constituindo uma das forças produtivas de que o capital se apropria, também representa o lugar da vivência, onde pessoas estabelecem laços de solidariedade e exprimem sua sociabilidade, extrapolando o valor econômico.

Pensando as mudanças espaciais, porém ocorridas em diferentes escalas, a desde a nova configuração do ciclo produtivo do capital, constatamos que “as mudanças geográficas dos espaços de produção coincidem com mutações maiores da organização da produção, que são por sua vez provocadas pelas exigências do novo regime de acumulação.” (BENKO; 1999, p. 30).

É assim que podemos compreender como o Brasil desde a década de 1970, foi selecionado pelo capitalismo mundial como forma de minimizar ou mesmo superar a sua crise estrutural. O capital busca novos territórios e mercados para a sua expansão, selecionando áreas no território brasileiro para participar do novo patamar da produção e consumo, alterando as relações sociais. Esse processo se deu, considerando as particularidades do mercado de trabalho brasileiro, profundamente marcado pelo alto índice de concentração de renda, que na origem de sua industrialização e urbanização tardias, promovidas essencialmente pelo Estado, tem como herança uma força de trabalho predominantemente constituída a partir da crise da economia agrária-exportadora em 1930.

A dinâmica sócio-espacial passa a intensificar a modernização da produção agrícola e industrial, a expansão do comércio e dos serviços. É mediante as inovações técnicas, científicas e informacionais que as relações sociais de produção alteram o espaço geográfico, intensificando as desigualdades presentes no Brasil, uma vez que os sistemas técnicos vão selecionar determinadas regiões, grupos sociais e econômicos para integrar a composição técnica (sistema de engenharia) e composição orgânica (biotecnologia, inovações químicas, cibernética, informática, etc.) do território.

É nesse sentido que podemos compreender os atuais arranjos espaciais, superando barreiras e limites, estabelecendo redes, com a única finalidade de atingir um novo patamar de circulação. Isso demonstra a mobilidade ocorrente por meio de

de fluxos materiais e imateriais realizados em redes, na busca constante de maximização de lucros.

As estratégias espaciais de locação industrial ocorrem, como a transferência de indústrias tradicionais para locais onde o capital não tinha se incorporado e, portanto, sem tradição sindicalista. Ele espacializa a produção dividindo as várias etapas do processo produtivo e/ou estabelecendo um mesmo investimento em diferentes localidades para comandar certo mercado. Assim, regiões consideradas anteriormente como periféricas, pobres ou mesmo espaços de reservas transformaram-se em pólos industriais.

Uma vez que o desenvolvimento do capital ocorre de forma desigual, possuindo a contradição como característica inerente, a transferência de indústrias promove no lugar a concentração e a dispersão, a mundialização e a fragmentação e muitos outros pares dialéticos que encontram expressão no arranjo espacial.

A década de 1990 foi singular quando se trata da evolução do sistema produtivo. Desde então, a antiga divisão do trabalho foi modificada, alterando o planejamento econômico e regional, pela transferência de capital. Entre as regiões entendidas como espaços de produção e consumo, entre outros, precisamos acompanhar as mudanças por que passa a sociedade. O espaço ganha uma dimensão cada vez maior e se realiza pelos meios de conexões e telecomunicações, que possibilitam a criação de redes de investimentos e financiamentos que superam qualquer descontinuidade geográfica, mediante mudanças nos fluxos de investimentos. Assim, cada tipo de capital vai buscar as melhores condições para conseguir elevar sua taxa de lucros.

Pensando o espaço com base o desenvolvimento das técnicas, dentre elas as infra-estruturas de transporte e das comunicações, percebemos a interligação de pontos que se espalham por todo o Planeta, de forma desigual, segundo as diferenças entre os diversos lugares que formam o espaço geográfico. Assim, cada lugar estabelece uma troca constante de produtos, matérias-primas, energia, capital e até mesmo de pessoas. As redes são exatamente esses fluxos que possibilitam a circulação entre os vários lugares. Elas dependem do desenvolvimento tecnológico e este também é impulsionado por elas.

Essas redes são fundamentais para a realização da economia, pois funcionam como elemento possibilitador das informações e dos grupos hegemônicos. As indústrias sempre buscam desenvolver novas estratégias para

obter mais lucros e diminuir custos. A estratégia atual é utilizar a mobilidade do capital para incorporar as antigas áreas periféricas com o objetivo de redução dos custos; a questão de ordem no momento é flexibilizar. Lima (1998, p.02) explica o processo, afirmando que

A flexibilidade passa a responder às necessidades de crescente competitividade entre empresas numa economia internacionalizada onde a palavra de ordem é a redução de custos. A mobilidade do capital incorpora regiões periféricas em busca de mercados desregulados com baixos encargos sociais e mão de obra barata.

Assim, o deslocamento espacial das indústrias brasileiras pode ser explicado com o fim do protecionismo estatal à indústria nacional e abertura do mercado que impôs a necessidade de reestruturar a organizar a produção, tendo como elemento característico a terceirização. Ela representa a possibilidade de redução nos custos, na medida em que implica uma redução nos gastos no salário dos trabalhadores, o não-pagamento de custos salariais diretos e indiretos ou sua redução. Lima (1998, p.03) nos dá alguns indicativos do que ocorre no País, assinala que,

Se nos anos 80 o discurso da modernidade estava, pelo menos no Brasil, na adoção de novas tecnologias e formas de gestão, a reestruturação produtiva dos anos 90, tem na terceirização um de seus elementos distintivos, terceirização que tem por base a pressão por rebaixamento de custos com redução da força de trabalho ocupada e a pressão pela flexibilização dos custos salariais diretos e indiretos, através da redução ou eliminação dos encargos sociais.

É nesse sentido que, embora a desconcentração espacial da indústria tenha se iniciado na década de 1970, foi na década de 1990 que ganhou maior amplitude, tornando-se um marco para a migração das empresas de vários setores para locais sem tradição industrial. Dentre estes setores, está o calçadista que transferiu suas empresas. Dessa forma, a migração das empresas calçadistas do Sul e Sudeste para a Região Nordeste ocorreu por vários fatores, como destacam Silva (2005), Pereira Jr. (2001), Sabóia (2001), Lima (1998), a exemplo do baixo custo de mão-de-obra abundante, dos incentivos dos governos estaduais e da necessidade de

uma produção destinada ao mercado externo. O último aspecto é de extrema importância para as indústrias cuja produção se destina prioritariamente ao mercado externo, a exemplo da calçadista.

Em escala nacional, a concorrência com outros países fez com que fossem reduzidos os custos de produção e transporte, cenário no qual o Nordeste possui vantagens competitivas em decorrência da sua localização privilegiada em relação aos Estados Unidos da América, principal importador, e da infra-estrutura de portos e aeroportos.

2.1 A Desconcentração da indústria brasileira e sua repercussão no Ceará

O deslocamento espacial e a reconcentração industrial que ocorreram no Brasil fazem parte da crise estrutural do capital e ocasionaram uma forte redução no número de empregos, havendo, paralelamente, o aumento de empregos industriais em lugares até então sem tradição industrial, criando aglomerações ou pólos industriais decorrentes das estratégias espaciais da produção.

Sabóia (2001, p. 05), ao tratar da descentralização industrial no País, exprimem a contradição entre o aumento do desemprego, na maior parte do País, e a existência de locais onde a razão é contrária, representando a nova lógica de acumulação capitalista.

Alguns estados têm se destacado, beneficiando-se do processo de descentralização industrial. Enquanto o emprego se reduz na maior parte do país, estados como o Paraná na região Sul, o Ceará no Nordeste e os vários estados da região Centro-Oeste mostram um grande dinamismo, recebendo novas empresas industriais e apresentando forte crescimento do emprego.

Este aspecto da realidade indica bem o sistema capitalista, que apresenta a contradição como principal característica. O Ceará foi, entre os estados nordestinos o que mais recebeu empresas que migraram dos estados do Sul e Sudeste, motivados pelos incentivos promovidos pela guerra fiscal, pela mão-de-obra abundante, sem tradição sindical, e que aceita receber baixos salários, a sua localização geográfica e seu sistema de objetos e ações, a exemplo de dois portos -

o Mucuripe, em Fortaleza, e do Pecém, a 60 km da capital (São Gonçalo do Amarante), o aeroporto reformado e adaptado para vôos internacionais.

Essa interação permanente do Ceará ocorreu com outros lugares do mundo na desconcentração espacial da indústria nacional na década de 1990, em razão das taxas elevadas de crescimento econômico. A partir da segunda metade da década de 1990, o Ceará vem superando o crescimento econômico da região Nordeste, assumindo, desse modo, novo papel na divisão social e territorial do trabalho nacional. A esse respeito, Elias (2002, p. 11) expressa que

O Estado do Ceará assume novo papel na divisão social e territorial do trabalho no Brasil e deve ser considerado como uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberto as influências exógenas e aos novos signos contemporâneos. Como objeto e sujeito da economia globalizada, é um espaço que pouco possui de autônomo, pois não existe por si mesmo, de forma independente do resto do mundo, com o qual interage permanentemente no processo de acumulação de capital. No entanto, nos últimos quinze anos, é visível sua reestruturação econômica com objetivos claros de inserir-se no circuito da produção e consumos globalizados.

É nessa interação do Ceará com outros lugares que temos de considerar o papel da indústria na economia, podendo ser evidenciado pelo aumento do PIB e do número de empregos. De acordo com a FIEC, em relatório de 2004/2005, a indústria apresenta destaque no cenário econômico do Estado e seu papel cresce nos indicadores econômico e social, pois promove a geração de empregos, como pode ser constatado a seguir:

A indústria tem apresentado uma relevante contribuição para a economia cearense. Nos últimos 20 anos, foi o setor que mais cresceu, dobrando de tamanho. Outros indicadores atuais também refletem a importância da indústria no cenário econômico estadual: contribuiu com 67,5% para o total das exportações, respondeu por 55,8% da arrecadação do ICMS, participou com 41,0% do PIB, respondeu por 28,1% do consumo total de energia elétrica, contribuiu com 21,4% da geração de empregos formais (com carteira assinada) e por 20,3% do pessoal ocupado.

Nesse mesmo diagnóstico, é constatado que o setor calçadista foi o mais importante no aspecto da geração de empregos formais, respondendo por 24,79% do total da indústria manufatureira estadual. Juntamente com as indústrias de

vestuário (20,39%), produtos alimentares (15,94%) e têxteis (9,14%), representavam 70,26% do emprego formal da indústria cearense.

É no setor calçadista que concentramos nossa análise, pois além de este setor ser responsável por grande número de empregos, em decorrência do caráter de utilização intensiva de mão-de-obra, estas empresas é que possuem mais expressividade dentro os ramos industriais que migraram para o Ceará. Dentre as do setor de calçados que se transferiram do Sul e Sudeste para algumas cidades cearenses, umas na Região Metropolitana de Fortaleza, citamos as do Grupo Grendene, que conta com três unidades, sendo uma no Corredor Horizonte-Pacajus e as demais em Sobral e Crato. A Musa, a Dalli e a Dakota são outras empresas do ramo calçadista instaladas no Ceará, cujas plantas industriais localizam-se nos Municípios de Maranguape, Iguatu e Russas. O Ceará foi um dos estados que mais cresceu no número de indústrias e conseqüentemente, na quantidade de trabalhadores empregados nos últimos anos, mudando o seu perfil e passando a possuir expressividade no contexto nacional.

Além dos fatores já expostos para a indústria em geral, no entanto, na fabricação de calçados, o Ceará destaca-se na produção brasileira também pela importância dos seus fatores políticos que o tornam atrativo à produção. Nesse sentido, podemos citar Milton Santos (2001, p. 137) ao tratar do destaque do Estado na produção de sapatos no País, que confirma isto, expressando que

Graças a seus dados políticos, o Ceará desponta como um lugar de alta produtividade espacial para a produção de sapatos. A partir de custos de produção bastante inferiores aos de outras regiões brasileiras, esse Estado pôde aumentar sua participação nas exportações.

A capacidade dos produtores locais na produção de calçados com custos reduzidos é de extrema importância como fator de atração de novos investimentos ou mesmo de deslocamentos de empresas de outras áreas, no caso, Sul e Sudeste, para o Ceará. Outros fatores que tornam o Estado atrativo são a demanda doméstica e a política cambial favorável, na medida em que as exportações respondem por uma parcela significativa da produção, pois representa 14% do total produzido. Se considerarmos a Grendene, que responde pelo maior número na

pauta de exportações, estas vendas correspondem a 10% da produção e as empresas como a Paquetá e a Aniger exportam toda a sua produção.

Essas indústrias vindas do Sul e Sudeste têm grande importância na expressividade que o Estado possui atualmente na produção de calçados do País, pois responsáveis pelo fato de o Estado ocupar o terceiro lugar na exportação brasileira de calçados, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul e São Paulo.

Além disso, essas indústrias respondem pela maior parte dos empregos, ou seja, 80% dos empregos gerados, pois, embora o parque industrial cearense seja composto principalmente por micro e pequenas empresas de origem local, são as indústrias que migraram do Sul e Sudeste para o Ceará que geram a maior quantidade de empregos. Como exemplo disto, podemos citar o caso da indústria Grendene, instalada na cidade de Sobral. Coelho (2000, p. 313) ressalta que a “Grendene, com 10.300 empregados, quebra qualquer padrão, e já que as indústrias remanescentes da fase de industrialização dos anos 60-70 que subsistem, nenhuma dela oferece mais de 200 empregos, (...)”.

Este exemplo demonstra que as indústrias migrantes calçadistas caracterizam-se pela utilização expressiva de mão-de-obra, o que indica a presença de indústrias de trabalho intensivo, demonstrando também que elas possuem baixo nível de automação e, conseqüentemente, elevado contingente humano, caracterizado pelo pagamento de baixos salários a uma parte expressiva dos trabalhadores.

Convém reforçar a noção de que o Ceará realiza uma política agressiva de concessão de incentivos fiscais para atração de indústrias, havendo também uma corrida entre os municípios cearenses pelos investimentos industriais financiados pelo FDI – Fundo de Financiamento da Indústria, com o PROVIN – Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas, que constitui um importante elemento para operacionalização do FDI.

Os municípios pertencentes à Região Metropolitana foram os primeiros a disponibilizar para a instalação dos novos investimentos. Além deles, outros municípios cearenses vão contar com unidades industriais do ramo calçadista e têxtil, a exemplo de Crato, Sobral, Russas e Iguatu. Esses municípios fazem parte do projeto de interiorização da atividade industrial incentivada pelo Estado.

O benefício mínimo que essas empresas possuem corresponde a 25%, mas pode chegar até 75% de desconto dos impostos. Em outras palavras, qualquer

empresa que possua a intenção de se implantar na Região Nordeste já possui como contrapartida, no mínimo, 25% de isenções.

O Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (2003) estabelece um sistema de pontuação na distribuição dos investimentos do Estado, sendo que, quanto maior for a quantidade de pontos que os municípios apresentam, maiores são o beneficiamento e as facilidades que a empresa vai obter. O benefício concedido envolve o período de 5 a 15 anos, mas pode ser prorrogado por mais anos, dependendo do papel “social” que as organizações exercem nas comunidades, ou seja, a quantidade de emprego e a geração de renda.

Os benefícios adicionais são concedidos a partir dos pontos atribuídos às variáveis que as empresas apresentam, a exemplo do volume do investimento; setores e cadeias produtivas; geração de renda; impactos sobre a demanda de matérias – primas, insumos (inclusive energia elétrica e serviços locais); responsabilidade social, cultural e ambiental; e, por último, a localização geográfica (CEARÁ, 2003).

A localização geográfica, ao abranger duas escalas, quais sejam, a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior do Estado, o Corredor vai contar com incentivos de áreas consideradas como interior e os benefícios em razão da proximidade da Capital. No Governo de Lúcio Alcântara, no entanto, mais precisamente em 2003, este critério foi modificado e passaram a ser adotadas seis áreas: o Complexo Industrial do Porto do Pecém, com a pontuação de seis; as Cidades Médias (Sobral, Limoeiro, Morada Nova, Russas, Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Iguatu) com cinco; o interior com quatro, a RMF para EBTs com três e RMF exceto para a Capital com 01 e a Capital nada possui.

Mesmo com esses incentivos do programa de descentralização da atividade industrial, os investimentos industriais ainda preferem se localizar na Região Metropolitana de Fortaleza, à qual o Corredor se integrou desde 1999. De acordo com O povo “somente em 2005, 84 indústrias cearenses, nacionais e internacionais anunciaram R\$ 600,6 milhões de investimentos no Estado e a abertura de 21,3 mil postos de trabalho diretamente em 37 municípios”.

Assim, podemos afirmar que a RMF constitui o território por excelência para a instalação de grandes plantas industriais. Nesse contexto ocorreu a migração de grupos industriais que possuem visibilidade nacional, em especial no ramo calçadista, atuando de duas formas: abrindo ou transferindo grandes fábricas para o

território do Ceará, por exemplo, a Grendene em Sobral, a Dakota em Maranguape no ano de 1995²⁵, e a Vulcabrás do Nordeste, em 1996, no Corredor.

Os benefícios que as empresas recebem não se limitam apenas a uma renúncia fiscal do Estado, pois envolvem uma mão-de-obra sem tradição sindicalista, na grande parte dos quadros, sem qualquer conhecimento profissional, e o fato de que um emprego na indústria com um salário mínimo representa grande conquista para essa população.

Para mostrarmos como isso ocorre mais detalhadamente, vamos nos deter nas vantagens oferecidas em uma área específica, o Corredor Horizonte-Pacajus, para ter maior clareza do processo.

Em relação aos benefícios do Corredor, o apoio político e administrativo do Governo ocorre mediante incentivos aos investidores, que envolvem diversas escalas, fixos e fluxos. Em escala municipal, ele oferece a isenção por 10 anos do IPTU e do ITBI, de taxas municipais, de 1% do ISS por 5 anos e de 20% por mais 5 aos; e doação de terreno para implantação da empresa. No plano estadual, pode ser citado o acesso à água bruta ou potável ou ponto de água, rede elétrica compatível com o projeto e cabeaçoão telefônica externa, além do financiamento parcial de até 48% do ICMS por 10 anos ou 120 parcelas. Já em escala federal, é oferecida a isenção total do IRPJ por um prazo de dez anos.

Além disso, o Corredor ainda oferece, como condição para produzir a localização as margens da BR-116, a 40 quilômetros de Fortaleza, o cabeamento de fibra óptica, o City Gate do gasoduto Guamaré/Pécem, a proximidade com o Complexo Portuário do Mucuripe, Complexo Portuário do Pecém e Aeroporto Internacional Pinto Martins, a posição estratégica para travessias do oceano Atlântico e a facilidade de acesso às Américas do Norte e Central.

Também é divulgado o fato de que o destino prioritário de investimentos ocorre na educação, saúde, transportes, abastecimento de água, esgotamento

²⁵ A primeira empresa a instalar-se em Maranguape foi uma fábrica de calçados do grupo Dakota S/A no ano de 1995. Ela tem papel singular na industrialização, que foi promovida neste lugar, pois, além de representar o primeiro grande investimento industrial no contexto de “Modernização do Ceará”, inserindo-o na presente organização produtiva do Estado, ela possui o papel de atrair outras empresas componentes de sua cadeia produtiva, além de empreendimentos de outros ramos. De acordo com o PGU-ALC (2001), no ano de 2000, Maranguape possuía 18 indústrias, das quais apenas 2 eram anteriores a essa industrialização. As demais não são originárias do Ceará e o papel do Estado foi fundamental em razão dos incentivos que elas tiveram do Programa de Promoção e Incentivo à Atividade Industrial – PIAI, mais um programa criado concomitantemente aos planos estratégicos do “Governo das Mudanças” criados para subsidiar a industrialização.

sanitário, drenagem urbana e limpeza pública, por meio do PROURB; e a existência do Distrito Industrial com infra-estrutura especialmente adequada às necessidades do setor, com terrenos planos, serviços de drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, energia elétrica, gasoduto, iluminação pública, telefonia, comunicação por fibras óticas e sistemas viários.

2.1.1 O Ceará na rota da produção calçadista

Com a atuação das políticas fiscais, a localização privilegiada em relação ao mercado exportador, a construção de infra-estruturas e as características da sua mão-de-obra tornam o Ceará um local privilegiado para a instalação da indústria, dentre estas, a indústria calçadista, que no ano de 2005 apresentou o total de 205²⁶ empresas, além de apresentar a terceira posição na exportação calçadista da indústria brasileira no *ranking* dos exportadores.

A indústria de calçados no Ceará possui grande diversidade, pois conta com empresas de porte pequeno, médio e grande, que se encontram dispersas neste território. O setor é responsável pelo maior índice de empregos formais, apresentando 24,79% do total da indústria manufatureira do Estado. Em ordem decrescente de importância, temos as indústrias do vestuário, que respondem por 20,39%, a dos produtos alimentares, com 15,94%, e o têxtil, com 9,14%. Essas indústrias são responsáveis por 70,26% de todo o emprego formal da indústria cearense.

Isso demonstra que a maior parte do emprego manufatureiro do Estado está concentrada nas indústrias leves e intensivas em mão-de-obra, que são justamente as características das grandes empresas que migraram desde a década de 1990 do Sul/Sudeste para o Ceará. Considerando o universo das indústrias do Estado, as empresas de grande porte apresentam 27.353 empregos, ou seja, respondem por 80% dos empregos formais oferecidos por essas empresas migrantes.

Tais organizações encontram-se dispersas no Ceará, concentrando-se fortemente na área que compreende a Região Metropolitana de Fortaleza, especialmente na capital, no Corredor Horizonte-Pacajus e em Maranguape. Juntas,

²⁶ De acordo com os dados obtidos no relatório da FIEC para os anos de 2005 e 2004.

respondem pela maior contratação de mão-de-obra, ou seja, 7.048 funcionários em 63 estabelecimentos.

O outro local corresponde aos municípios do interior, especialmente a região do Cariri, onde se destacam os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Este pólo é caracterizado pela grande concentração de micro e pequenas empresas do gênero, empregando 1.759 pessoas em 66 estabelecimentos.

Dentre essas empresas de grande porte do setor de calçados, destacamos Grendene Nordeste, Aniger do Nordeste, Dakota-Nordeste, Vulcabrás do Nordeste, HB Betarello, Democrata, Musa Calçados e Dilly. Essas empresas situam o Ceará no circuito nacional do setor calçadista, possuem visibilidade nacional e realizam sua migração atuando por meio da abertura ou transferência de suas fábricas para o Ceará, a exemplo da Grendene em Sobral, de Dakota em Maranguape, no ano de 1995, e da Vulcabrás do Nordeste, em 1996, no Corredor.

Dentre os exemplos citados, nos deteremos no caso da empresa Vulcabrás, que transferiu as filiais de Franca, no Estado de São Paulo, para o Corredor Industrial de Horizonte-Pacajus no Ceará, criando a Vulcabrás do Nordeste S/A. Para compreendermos, entretanto, a importância dessa organização para o Corredor, necessitamos realizar um resgate histórico para entender como ocorreu a criação dessa empresa em São Paulo, como passou a realizar o papel de contratada no processo de terceirização da produção de outras empresas, demonstrando que este não é um processo novo, mais sim intensificado, e que aufere nova roupagem, além da própria criação da marca Vulcabrás.

Destacamos que não constitui objetivo da análise o estudo da empresa em si, muito menos de sua marca. Interessa para nós neste trabalho compreender o papel de uma unidade desta empresa em um lugar específico, ou seja, objetivamos destacar a importância da Vulcabrás do Nordeste, no Corredor Horizonte-Pacajus, e, a daí, tratarmos da relação entre empresa e trabalhador, enfatizando essa relação específica que apresenta elementos frutos do lugar e da cultura desse trabalhador. Cabe salientar que muitas características apresentadas por esses trabalhadores também são comuns ao universo dos trabalhadores cearenses.

Esse breve histórico constitui apenas uma apresentação sobre o sistema a que a Vulcabrás do Nordeste pertence, fazendo-se necessário mencioná-lo para esclarecer como ocorre essa migração específica e para compreendermos como acontecem seus desdobramentos no mundo do trabalho, no Corredor. Dentre esses

desdobramentos, damos ênfase à centralidade do emprego, destacando o seu enorme poder de concentração.

Na medida em que a Vulcabrás do Nordeste se utiliza da flexibilização da sua produção mediante uma estratégia que utiliza o espaço como elemento essencial para sua viabilidade, ela também traz flexibilização do trabalho. A flexibilização do trabalho constitui outra estratégia importante da empresa que amplia o seu controle do trabalho.

A instalação da Vulcabrás amplia o movimento de trabalhadores que se deslocam no Corredor, que não envolvem apenas o movimento dos trabalhadores residentes na zona rural para o seu local de trabalho, mas também verificamos a ocorrência de uma mão-de-obra oriunda de outros municípios próximos, dentre eles, o da Capital. Isso demonstra como essas indústrias se utilizam da transferência de setores produtivos marcados pelo caráter de trabalho intensivo para “postos de serviço” da mesma empresa situados em municípios do interior dos estados, tornando complexo o trabalho. Assim, a seguir, trabalhamos a flexibilização do trabalho no Corredor Horizonte-Pacajus.

2.2 As empresas terceirizadas e “terceirizantes”: a problematização do trabalho no Corredor Horizonte-Pacajus

A terceirização²⁷ consiste em ampliar a prestação de serviços de “terceiros”, pois muitas tarefas, até então executadas/computadas nos setores primário e secundário da economia, passam a ser desempenhadas pelas empresas chamadas de “prestadoras de serviços”. Consiste na descentralização da produção que ocorre intensamente no momento atual de reestruturação produtiva, resultado de uma tendência mundial, que tornou a terceirização um dos fatores explicativos da crescente expansão do setor terciário (“terciarização”) no PIB, do crescimento do setor financeiro e da administração pública.

²⁷ A terceirização ganha essa denominação, pois embora já ocorresse nas décadas anteriores, foi na década de 1990 que passou a ocorrer em escala mundial, a envolver um grande montante de recursos financeiros. Como exemplo das empresas no Brasil que terceirizaram de variadas formas a sua produção, desde o final dos anos 80, temos: V/W, Ford, Mercedes, Scania, Maxion, Van Leer, Cofap, Semco, Metal Leve, Mangels, Riocell (aliás uma das pioneiras), Petrobrás, Philips, Springer, Rhodia, Bayer, Brastemp, Cibíé (líder na fabricação de faróis para automóveis), Lupo, Telemig, Cesp, CPFL, Telesp, Bancos, indústrias de informática etc.

A flexibilização da produção implica também a flexibilização do trabalho, uma vez que as empresas, ao se apropriarem do que cada lugar tem a oferecer ao capital, buscam reduzir os encargos com a força de trabalho. Uma dessas formas consiste na utilização da transferência de setores produtivos marcados pelo caráter de trabalho intensivo para “postos de serviço” da mesma empresa situados em municípios do interior dos estados.

No Brasil, essa tendência mundial passou a suceder, precarizando ainda mais as formas de trabalho ou mesmo acentuando e tornando mais perceptível a da informalidade, os direitos trabalhistas, o sindicalismo e a própria sobrevivência. Assume um aspecto mais cruel do que em outros locais, em razão da forma de predatória, excludente, fraudulenta, que ocorre pelas especificidades sócio-históricas do país. Navarro (2006, p. 218) explica como a terceirização no Brasil tem ocorrido e destaca as suas principais características:

Em meio à aceleração do processo de reestruturação produtiva, a partir dos anos de 1990, assistimos a um crescente movimento de descentralização da produção, que passa a ser denominado pelo neologismo *terceirização*, cujo padrão adotado no Brasil tem sido referenciado como “fraudulento”, “espúrio” ou “predatório”, por buscar a redução de custos através da exploração de relações precárias de trabalho que se objetivam em diferentes formas: na subcontratação de mão-de-obra; nos contratos temporários de trabalho, na contratação de mão-de-obra por empreiteiras; no trabalho em domicílio; no trabalho sem registro em carteira, mecanismos esses que buscam neutralizar a regulação estatal e a sindical e que colocam em risco uma série de direitos sociais e trabalhistas, duramente conquistados.

Com efeito, percebe-se então, mais do que em qualquer momento anterior, a existência de um grupo de trabalhadores caracterizados pela formalidade e outros que não possuem nenhuma espécie de direito trabalhista - os informais. Devemos enfatizar, porém, que esses dois grupos não são dissociados, pois integrantes de uma mesma estrutura, e não representam um antagonismo ou dualidade, pois são elementos complementares de uma estrutura social.

Embora enfatizemos que a terceirização representa a intensificação de um processo que começou há muito tempo, queremos enfatizar que ele não é apenas mais um modismo, muito menos mera intensificação de um quadro. Queremos enfatizar com isso que ele representa uma produção sócio-histórica e

que, por tanto, tem começo, meio e fim. A atual fase representa nova etapa que foi construída com a intensificação dos processos que tornam complexos as relações sociais.

Como a terceirização pode ser aplicada em diversas atividades, buscando-se obter vantagens econômicas e (re)estabelecer e/ou fortalecer o controle do processo de trabalho e de produção, mais recentemente, ela se tem estendido a escolas, transporte público de passageiros, restaurantes e muitos outros.

A terceirização apresenta várias formas de ser realizada. Verifica-se que essas atividades podem ser realizadas dentro ou fora do espaço físico da empresa contratante. Em alguns casos, as atividades realizadas fora da área física da empresa são exercidas por ex-funcionários ou por pessoas que possuem reconhecimento no desempenho desta atividade, por já prestarem seus serviços para outras empresas.

Embora traga inúmeras vantagens para as empresas contratantes, a terceirização apresenta alguns problemas. Existem casos como o da Brassinter, que terceirizavam parte de suas atividades e depois de constatar prejuízo, volta ao seu modelo anterior; problemas como a quebra de sigilo ou de a contratada repassar os serviços para outros, conseqüentemente, sofrendo uma queda na qualidade; além da existência de empresas que estão direcionando suas ações para verticalização da sua produção, como é o caso da Santana Têxtil do Nordeste, localizada no Corredor Horizonte-Pacajus.

Mesmo assim, a terceirização passou a ser comum nos setores industriais que utilizam mão-de-obra intensiva e assumiu diferentes formas, desde a formação de circuito de empresas envolvidas na produção, ou mesmo uma só fabricando o produto e colocando a marca de outra; além de um processo que se torna mais freqüente que envolve a terceirização de atividades que não envolvem diretamente o processo produtivo, como a limpeza, segurança e preparo das refeições, dentre outras atividades indiretas.

O processo que se intensificou na década de 1990 tornou mais perceptível a não-existência de uma dualidade, mais sim várias formas de sobrevivência em um sistema que se torna complicado em virtude da complexidade. Assim, surgem novas formas de organização da produção e do trabalho, dentre elas, a transferência de serviços, tarefas, partes, ou mesmo de toda a produção para outras empresas, ou materializar-se, na grande maioria dos casos, dentro da empresa-cliente, o que está

evidenciado pelas pesquisas do DIEESE²⁸, ou fora delas, assumindo diferentes formas, dentre elas, o trabalho domiciliar, as cooperativas de produção, os ambulantes, confeccionistas terceirizadas e diversas outras.

O SINE reconhece a existência da terceirização das empresas abertas no Ceará, tanto na empresas que têm o capital de origem local, como nas de fora. O SINE/CE trata da terceirização como relação entre empresas e nos chama a atenção para a diversidade de relações que envolve não somente a função de realizar parte da produção, mas são estabelecidas condições expressas em cláusulas, que envolvem os prazos, formas de pagamento, verificação de qualidade dos produtos, dentre outros. O SINE/CE (1996, p. 88) afirma que

(...) um processo de interação entre empresas, no qual uma assume a condição de cliente e outras, a de fornecedoras de componentes ou de prestadoras de serviços. As relações entre a empresa cliente e as empresas fornecedoras se estabelecem com base em contratos, nos quais é especificada a natureza das atividades a serem desenvolvidas por estas últimas. Assim, são firmadas cláusulas de produção, de qualidade, de prazos, de formas de pagamento e até mesmo de participação conjunta na discussão do projeto e na elaboração do produto. Atente-se para o fato de que tais atividades podem assumir diferentes formas. A empresa fornecedora pode desenvolver suas atividades no interior da empresa cliente, ou fora dela.

A terceirização representa na indústria brasileira uma redução de custos com o trabalhador ocupado, pela transferência de encargos sociais da mão-de-obra para as empresas terceirizadas, com os contratos temporários, ou mesmo utilizando a mão-de-obra sem encargo e nenhum vínculo empregatício: por exemplo, o trabalho em domicílio. Esse trabalho precário emprega grande quantidade de trabalhadores em diferentes formas, por vezes, contraditórias, formal e informal, grande empresa e trabalho em casa, trabalho artesanal e na grande indústria moderna, ou mesmo empresa que fabrica todo o produto e um conjunto de empresas que dividem a produção.

É nesse quadro que situamos a “terceirização” no Ceará, sua abrangência e particularidades, como parte de um conjunto de variados frentes de ação e estratégias do capital e os desdobramentos daí decorrentes para os trabalhadores

²⁸ Cf. Pesquisa do DIEESE, n.7, maio de 1993.

que buscam a sobrevivência, demonstrando o que essa indústria representa para as suas vidas.

No Ceará, a implantação de indústrias terceirizadas representa o crescimento de postos de trabalho, a inclusão de considerável contingente feminino e a expansão do emprego em tempo parcial. O que acontece no Estado mostra representa o que Antunes (2005, p. 49) denomina de múltipla processualidade no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, ou seja,

De um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a *sociedade dual* no capitalismo avançado, (...).

Longe, porém, de representar a degradação e a negação do trabalhador como resultado do estranhamento do objeto do trabalho, o emprego, mesmo em tempo parcial, significa importante conquista para o trabalhador. Mesmo vendendo a sua força de trabalho²⁹ como mercadoria para sobrevivência, a valorização do trabalho ocorre na medida que o trabalho passa a ser condição de acesso aos bens materiais, principalmente, o de sustento seu e de sua família. O importante é estar trabalhando, seja de que forma for.

A abertura ou transferência de filiais de empresas de calçados do Sul e Sudeste para o Ceará propiciam a possibilidade de trabalho a indivíduos que nunca trabalharam, jovens que buscam o primeiro emprego, para mulheres que buscam complementar a renda familiar ou que sustentam a casa, desde a ausência do cônjuge, ou mesmo, para homens e mulheres que trabalham na agricultura, de sol a sol, sem nenhuma garantia de retorno. Caso possuam a carteira assinada, vão ter acesso ao crediário, podendo ter mais facilmente os bens de consumo.

²⁹ De acordo com Harvey (2005; p. 84), a força de trabalho no sistema capitalista “é uma mercadoria, o que significa que também é uma forma de propriedade privada, sobre a qual o trabalhador tem direitos exclusivos de venda.”

Nesse sentido, podemos entender o crescimento de cidades no interior, que passam a concentrar serviços de grupos industriais, como a Pague-Menos. Assim, cidades do interior, com economia movimentada apenas pelas aposentadorias, vão ter o incremento das suas atividades com a chegada das indústrias subsidiadas. Isso ocorre, pois essas indústrias normalmente são caracterizadas pela abertura de postos de trabalho, concentrando grande número de funcionários do lugar e da proximidade e por exigirem pouca ou nenhuma qualificação.

Como exemplo, mencionamos a empresa SN confecções (FIGURA 24), localizada no Corredor Horizonte-Pacajus. Nela não existe qualquer identificação de qual seja a empresa ou do seu ramo. Esta empresa possui contratos com importantes grifes que destinam sua produção para o mercado interno e para o externo. Iniciou sua atuação de empresa terceirizada com as marcas estrangeiras no ano de 1998 e representa a norte-americana Abercrombie & Fitch, sendo homologada pela Levi's. No ano de 2005, no mês de novembro, recebeu uma encomenda da marca de *jeans* italiana Diesel, a primeira leva dessa marca fabricada no Brasil.

Figura 24 - Unidade da Empresa SN Confecções, instalada no Corredor Horizonte-Pacajus, às margens da BR-116.

Fonte: Trabalho de campo, 2006.

A primeira encomenda da Diesel ultrapassou um pouco mais de 10 mil peças e a fábrica no Corredor recebeu como pagamento o total de US\$ 200.690,91 dólares. As peças são de quatro modelos de calças em sarja, cada uma com valores de US\$ 12,37 (R\$ 26,80) e US\$ 22,57 (R\$ 48,85). Depois de acabamentos, como aplicação de *silk-screen*, as peças são vendidas nos grandes centros comerciais locais, a partir de R\$ 620,00 e, em São Paulo, entre R\$ 700,00 e R\$ 1.200,00. São exportadas para vários destinos - Itália, Estados Unidos e Canadá - e direto para o Oriente Médio e a Ásia. Toda a produção é destinada à exportação.

Ao mesmo tempo, visando ao mercado interno, esta empresa produz peças para Esplanada, Otoch, Riachuelo e outras lojas que atendem a classes populares da Capital e da Região Metropolitana de Fortaleza. Ela possui a capacidade de produzir 4.000 peças por dia, o que equivale a mais de 450 por hora, com 250 costureiros contratados, entre o seu quadro de 450 funcionários.

A SN paga aos costureiros entre R\$ 320 e R\$ 500, no máximo, de acordo com sua produção, fazendo com que a mão-de-obra e a sua localização em um Corredor facilitem o escoamento da produção e a proximidade com o mercado consumidor, no caso da produção para o mercado interno. Elas barateiam o custo e fazem com que o Ceará se torne lugar atraente para confecções norte-americanas e européias de luxo.

Em visita à fábrica, pode ser verificada a quantidade de trabalhadoras que se destacam entre o número de funcionários do chão-de-fábrica, embora a gerente de Recursos Humanos da empresa não tenha disponibilizado o número de trabalhadores. A gerente é um exemplo de trabalhadora contratada da Capital para trabalhar no setor administrativo da empresa, por não existir trabalhadores moradores do Corredor que tenham nível superior. O seu deslocamento é realizado diariamente com veículo próprio, trabalhando 8 horas, diariamente.

Em relação aos trabalhadores, pode ser notado que a maior parte deles reside no Corredor, o que pode ser constatado na verificação de um ciclódromo (FIGURA 25), comum nas empresas que utilizam mão-de-obra na proximidade de onde se instalam. A empresa possui apenas um galpão, onde é realizada toda a produção, e o setor administrativo da empresa fica em uma instalação separada.

Figura 25 - Ciclódromo da Empresa SN Confecções, no Corredor Horizonte-Pacajus.
Fonte: Trabalho de campo, 2006.

Assim, pode ser notado que as novas formas de organização do trabalho remetem à discussão da flexibilização das relações de trabalho e, conseqüentemente, da crescente precariedade do trabalho. Evidencia-se que a

redução e/ou eliminação dos direitos sociais são justificadas pela necessidade de minimizar os custos de produção, mas oferecem a possibilidade de trabalho para uma população cuja possibilidade de conseguir emprego é mínima, o que garante somente a sobrevivência.

A terceirização do trabalho envolve enorme diversidade de formas. Trataremos a seguir do trabalho domiciliar, em duas variantes, ou sejam: a trabalhadora que enfeita as roupas e a costureira faccionista. Realizamos a análise da entrevista realizada com duas trabalhadoras residentes no Corredor Industrial Horizonte-Pacajus que, em seus depoimentos nos demonstram como ocorre a precarização do trabalho e do trabalhador.

Esse tipo de trabalho é realizado por trabalhadores desempregados temporariamente ou que nunca tiveram uma ocupação e que encontram nessa atividade uma forma de garantir o complemento na renda familiar ou a alternativa temporária enquanto não arranjam um emprego fixo. Eles sabem apenas o necessário para desempenhar a sua função.

Mas também existem outros casos, como o profissional que é contratado de acordo com suas habilidades distintas, essa atividade constitui seu trabalho permanente, pois ele não desempenha outras atividades, só mudando de empresa para a qual presta o serviço, buscando melhores condições de trabalho ou maior pagamento. Esses trabalhadores aprenderam seu ofício por meio de “herança familiar”, é o caso dos trabalhadores artesanais que fazem sua produção para grandes empresas.

Eles têm em comum a precarização: a utilização do espaço doméstico para a produção, a ausência de limites à jornada de trabalho e a utilização do grupo familiar, crianças jovens e velhos, no trabalho em casa, e a transferência de gastos como a energia para os trabalhadores, além do imperativo de cumprir os prazos acordados sob a pena de comprometer outros futuros pedidos.

Entrevistamos duas trabalhadoras domiciliares, a primeira das quais trabalha para um pequeno estabelecimento comercial e tem a função de enfeitar blusas, bolsas e sandálias. É sua missão valorizar os produtos. De acordo com a entrevistada, ela pega uma blusa sem nenhum atrativo e, com os enfeites, duplica o valor da peça. A segunda é uma costureira que trabalha como faccionista para uma empresa reconhecida no mercado. A seguir trataremos da especificidade de cada uma.

A primeira trabalha por encomendas, geralmente em sua própria casa, sem horários estabelecidos, no intervalo das suas atividades diárias. No primeiro caso, realiza suas atividades referentes a sua casa, aos filhos e ao seu marido. A encomenda é realizada de acordo com a sua produção. Assim que ela entrega a sua produção, pode pegar mais peças. A “demora” na entrega das peças implica repreensão e sua substituição, significando a não-complementação da renda familiar do marido. Ela possui apenas 22 anos e não tem nenhuma experiência no ramo da costura, sendo que, após o nascimento de seu primeiro filho, ela, que exercia a função de doméstica, queria trabalhar, mas, sem ter com quem deixar seu filho, e optou por tentar achar alguma atividade que pudesse desenvolver em sua casa. Assim, foi indicada por uma amiga que exercia a mesma atividade para a loja.

Ela diz que a atividade paga muito mal. Por peça, que demora várias horas para fazer, recebe apenas 0,20 centavos e quando a peça fica mal feita, tem que desmanchar tudo e refazer novamente, pois na loja a funcionária examina bem cada peça e devolve caso ache que esteja mal feita; no entanto, nos informa que no início demorava mais e tinha que prestar mais atenção no que estava fazendo. Atualmente, faz bem mais rápido e dificilmente erra. Mesmo assim, se queixa de que esta atividade cansa muito e recebe muito pouco e que gostaria de achar outra atividade mais lucrativa.

Outra questão é que ela mesma compra as miçangas e outras peças decorativas para costurar nas peças. Diz que não tem problema porque elas são baratas e vêm em grande quantidade e agora ela mesma enfeita algumas de suas peças de vestuário.

Já o segundo caso, a costureira domiciliar entrevistada também trabalha por encomenda, em sua casa e não possui horários estabelecidos. Diferentemente da anterior, ela dedica grande parte do seu tempo a nesse trabalho e o seu descanso depende da quantidade de encomendas e do prazo que ela assume para entregar a produção.

Ri quando perguntamos sua idade, mas diz que não tem problema em dizer sua idade: 49 anos. Tem experiência em costura, pois já trabalhou em uma pequena loja de confecção, além de sua mãe ser costureira e de suas filhas saberem costurar. Embora apenas uma das suas três filhas trabalhe no ramo de costura em outra empresa do local, a Vulcabrás do Nordeste S.A., a filha dela destaca que, mesmo assim, o seu pouco conhecimento ao iniciar o trabalho na empresa citada

não era necessário, uma vez que muitos trabalhadores entram sem nenhuma experiência e na prática adquirem uma profissionalização.

A mãe sustenta os gastos com a casa, uma vez que afirma não ter muito com o que gastar. De uma das filhas, já tem uma neta. Também nos informa que não tem vontade de ir procurar trabalho com carteira assinada, e nos pergunta “para quê?”. Quando falamos a respeito da aposentaria, responde que ganha o suficiente e “está bom como está!”. A aposentadoria ela vai receber com o avanço da idade, pois o governo aposenta todos os idosos de mais de 65 anos.

Elas reproduzem momentos determinados da reprodução do ciclo familiar, quando a mulher se retira do mercado de trabalho para cuidar dos filhos. As dificuldades da vida urbana, contudo, impedem que continuem apenas nas lidas domésticas. Entre voltar para a fábrica ou trabalhar em casa, optam pelo que consideram mais viável para conciliar vida profissional e vida doméstica, sem considerar os custos desta opção.

A organização do trabalho no espaço doméstico utiliza a sala de estar, que passa a funcionar como um ateliê, com uma máquina no local, onde a família assiste à televisão e recebe qualquer visita. A entrevistada alega que, além da máquina de costura ficar próximo à janela, favorecendo que ela enxergue melhor a costura durante o período diurno, (pois já não enxerga tão bem), também pode ficar conversando com seus familiares e escutando os seus programas, a exemplo da novela.

Os ganhos salariais da costureira são semelhantes aos de algumas trabalhadoras de fábricas, variando em torno de dois salários mínimos, como já expressei. O problema é a não-existência de encomendas, havendo períodos sem ganho algum, mas, como já está estabelecida há algum tempo, é conhecida no mercado e dificilmente passa um período considerável sem renda. Como duas das filhas trabalham e ele afirma que seus gastos são poucos, mesmo nesses períodos, assinala que “sempre dá para dar um jeitinho. Deus ajuda! Além do mais, eu sei costurar qualquer coisa, posso montar peças e sair para vender na feirinha! Passa fome, nós num passa!”

Além disso, fala que, para obter essa renda, tem que pegar uma grande quantidade de peças e que se não dedicar a maior parte do seu tempo à produção de suas peças, a renda cai. Além disso, foi trabalhando e cumprindo os prazos que

ficou conhecida e que agora pode ter o “luxo” de ter sempre trabalho, “o que não é pra qualquer um não! Eu nunca tive medo de trabalho.”

O trabalho de costura se imbrica ao cotidiano familiar, pois o espaço da produção passa a ocupar o *locus* doméstico. A costureira vai buscar e entregar o serviço. A jornada de trabalho adequa-se às necessidades impostas pelos prazos de entrega das peças e da organização interna da casa. Dependendo da encomenda e da necessidade das suas filhas, algumas vezes ocorre de ter de trabalhar durante a noite e mesmo na madrugada.

Além disso, o pó levantado por máquinas de overloque e o cheiro de determinados tecidos dentro da casa foram apontados como elementos perturbadores da vida familiar, causando alergias e doenças correlatas nas crianças e adultos.

Ambas são oriundas de famílias de baixa renda e percebemos que ocorre uma modificação na divisão do trabalho familiar, uma vez que a matriarca da casa passa apenas a dar alguma assistência às filhas. A escolaridade das entrevistadas é semelhante, pois possuem apenas o antigo primário incompleto. Ao perguntamos sobre se têm vontade de retomar os estudos, existe uma variação. A mais nova fala que tem vontade de aprender mais, até porque tem certeza de que, com maior nível educacional, teria oportunidade de obter um trabalho que paga melhor para ajudar o seu marido. Acredita que os melhores salários são conseguidos com mais tempo de estudo. Ambas apontam, no entanto, que as operárias de fábricas ou de pequenas confecções não precisam ter um nível educacional muito elevado, “é bom ter, mas não precisa!”.

Por esses casos, percebemos como a flexibilização das relações trabalhistas leva à precarização crescente das relações capital e trabalho, mas também representa a possibilidade de sustento das famílias ou mesmo o complemento da renda familiar. As transformações por que o mercado de trabalho passa e sua dinâmica diferenciam o trabalhador de acordo com o acesso ou não aos direitos trabalhistas, o que é caracterizado prioritariamente pela condição de possuírem carteira assinada.

A seguir, vamos tratar de uma das formas que promove significativas transformações no mercado de trabalho do Ceará e do Corredor Horizonte-Pacajus, ou seja, abordamos a Vulcabrás do Nordeste S. A. como indústria geradora de

arranjos espaciais, de mobilidades relacionadas ao trabalho e transformadora da paisagem e do cotidiano da população.

3.0 A VULCABRÁS DO NORDESTE - INDÚSTRIA CALÇADISTA E TÊXTIL

Este capítulo constitui o ponto central do nosso trabalho, quanto às relações sociais que a criação da Vulcabrás do Nordeste S.A. engendrou. Inicia-se com uma apresentação geral da Vulcabrás do Nordeste S. A., constando dos fatores que ocasionaram a criação desta empresa no ano de 1996, no Corredor Horizonte-Pacajus. Em seguida, tratamos do processo produtivo do setor calçadista, o mais antigo da empresa, abordando os aspectos produtivos referentes ao setor têxtil, após tratar da expansão da empresa ocasionada pela verticalização. É nesse momento que destacamos a grande quantidade de funcionários contratados pela empresa.

É com base no destaque do número de trabalhadores que tratamos da fábrica e de sua extensão. Entenda-se o percurso realizado pelos trabalhadores nos ônibus da empresa como elemento de socialização. Abordamos também a relação entre trabalhadores e empresa, enfatizando as técnicas de incorporação do trabalhador à empresa, além de tratarmos das mobilidades engendradas pela Vulcabrás no Corredor e as conseqüências desta relação para os trabalhadores.

3.1 A localização da indústria Vulcabrás do Nordeste no Corredor Horizonte-Pacajus, seu processo produtivo e expansão

A Vulcabrás do Nordeste S.A. surgiu no ano de 1996, no Corredor Horizonte-Pacajus (MAPA 01), ao sul da Capital do Ceará, como resultado da dispersão espacial da indústria calçadista brasileira, ocorrente na década de 1990 e como estratégia de expansão de seu grupo, que passava por mudanças administrativas e operacionais.

Na época de sua instalação, a empresa Vulcabrás do Nordeste (FIGURA 26), pertencendo ao ramo calçadista, atuava no segmento de calçados destinado à prática de esportes e lazer (sapatos masculinos de couro e botas de borracha e PVC). Nesses mercados, a Companhia é líder no setor, destacando-se com a comercialização de botas e com a modalidade do sapato social 752.

A escolha da localização no Corredor ocorreu por diversos fatores, em especial, a presença da BR-116, que corta esta área, constituindo a principal via de escoamento da produção no Estado do Ceará, pela necessidade de utilização intensiva de mão-de-obra, a qual o Corredor possuía de forma abundante e crescente, sem tradição sindicalista e desejosa por uma oportunidade de emprego.

Figura 26 – Entrada da Vulcabrás do Nordeste, no Corredor Horizonte-Pacajus.
Fonte: VULCABRÁS DO NORDESTE, 2006.

Além disso, outro elemento de atração consiste nos mecanismos e apoios realizados pelo Estado, mediante programas de desenvolvimento, que foram importantes não só para instalação de indústria, como também no sentido de fortalecimento de relevantes parceiras.

A Vulcabrás foi uma das empresas que contou com os incentivos do Provin para sua instalação no Corredor, mecanismo de financiamento parcial do Imposto de Circulação e Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS). Além do Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais (PROAPI), criado no ano de 1995, que tinha como finalidade incentivar as exportações das empresas calçadistas e no ano de 1996, o Programa de Desenvolvimento do Comércio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará (PDCI), oferecia incentivos para a importação de componentes para tênis esportivos e calçados fabricado no Estado.

Os incentivos do Governo não cessou por aí, pois também contou com outros financiamentos para realizar sua expansão no Corredor. Dentre estes, podemos destacar aqueles concedidos pelo BNDES - Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social, que aprovou o financiamento no valor de R\$ 5,7 milhões para esta empresa, como forma de apoiar parte³⁰ do projeto de expansão da fábrica e possibilitar o desenvolvimento de *software* para gerenciamento da automação dos processos industriais, além da readaptação do atual *software* corporativo.

Em relação à Reebok Internacional (USA), em setembro de 1998, esta assinou contratos de licenciamento, com o direito de produzir e de ter exclusividade de distribuição dos produtos desta marca para o Brasil e Argentina, assim como, passou a ter preferência nas exportações ao Mercosul.

Atualmente, a Vulcabrás do Nordeste³¹ trabalha com diversos modelos de tênis, com licença das marcas internacionais Reebok-ADIDAS, com exclusividade de atuação nos países do Mercosul³², além da produção de vários tipos de botas profissionais de PVC. Os produtos são comercializados no Brasil, mas destinados principalmente ao mercado externo. Além disso, trabalha com diversos modelos de tênis, agasalhos, blusas, camisetas, calções e, embora já tenha terminado o contrato, chegou a produzir sapatos dessa marca no Corredor.

A unidade é uma das mais modernas do grupo, desde a época de sua instalação. De acordo com Pereira Júnior (2005, p. 85), “Essa empresa dispõe de equipamento sofisticado e as máquinas mais avançadas são adquiridas principalmente na Itália e nos Estados Unidos, enquanto a assistência técnica fica a cargo de funcionários treinados pela própria firma.” A utilização de novos equipamentos tem como objetivo a ampliação do mercado, mediante novos contratos que buscam ampliar as vendas. A lógica é aumentar a produção sem mudar a organização clássica do processo produtivo.

³⁰ O investimento total para essa expansão da empresa envolve a soma de R\$ 8,7 milhões. Destes, a empresa arca com R\$ 3 milhões e o restante vem do BNDES, mostrando a continuidade do apoio do Estado.

³¹ A Vulcabrás do Nordeste pertence atualmente ao grupo Grendene, desde 2004, quando a Grendene comprou mais de 15% das ações desta empresa. Fato facilitado pelo parentesco dos donos, os irmãos Pedro e Alexandre Grendene. Fato semelhante, mas sem o parentesco, foi realizado na compra da Calçados Azaléia em julho de 2007, por esta subsidiária da Vulcabrás, a Vulcabrás do Nordeste, na qual a Vulcabrás passou a deter 51,28% do capital total da Azaléia.

³² Em setembro de 1998, a Vulcabrás assinou contratos de licenciamento com a Reebok-Internacional para ter o direito de produzir e de ter exclusividade de distribuição dos produtos desta marca para o Brasil e Argentina, assim como passou a ter preferência nas exportações para o Mercosul.

O processo produtivo envolve a integração vertical em que a montagem e a divisão do trabalho correspondem à técnica de produção em escala, em ambos os setores. No organograma 1, podemos observar a organização e integração dos setores do ramo calçadista.

Organograma 1 - Linha de montagem do setor calçadista da Vulcabrás

Fonte: Pereira Júnior (2005), coletado em pesquisa direta.

A fábrica produz todo o calçado, com exceção dos cadarços e das palmilhas. “Após sair do almoxarifado, depósito de maior dimensão na empresa, a matéria-prima segue por dois caminhos: os setores responsáveis pela preparação do solado – Injetora e Entressola/Vulcanização – e o departamento de corte e pesponto do cabedal³³. (PEREIRA JR.; 2005, p. 85).”

Isso se faz no primeiro dos três galpões, onde se concentra o maior número de funcionários. Embora existam trabalhadores de ambos os sexos, é maior o

³³ O autor esclarece que equivale a parte superior do calçado.

número de mulheres trabalhando em máquinas de costura industrial, fato repetido no setor têxtil.

Quanto ao solado, o setor mais importante é o de pré-fabricado. É nele que se tem o traço característico do sistema fordista de organização produtiva: a esteira. Para Pereira Jr. (2005, p. 86), “Existe um número considerável de funcionários, cerca de 300, trabalhando numa linha de montagem exclusivamente manufatureira na qual a atividade predominante é a colagem da sola no E.V.A. (Parte superior do solado).”

Então, pode ser constatado o caráter de utilização de mão-de-obra intensiva (não qualificada e semiquificada), demonstrando por que a mão-de-obra abundante consiste em um dos fatores locacionais para a atração das indústrias subsidiadas que adotam o modelo produtivo analisado.

Outra característica desse modelo é um processo artesanal - a esteira, característica do modelo fordista - regulando a velocidade da produção e do trabalho/trabalhador. Sua utilização pode ser divisada nas palavras de Pereira Júnior (2005, p. 85):

A esteira e o processo artesanal de produção não se encerram ali. Depois da passagem pelo setor de arint, depósito de armazenamento do solado e do cabedal, chegamos ao setor de montagem, departamento onde os diferentes componentes do calçado – cadarços, palmilha, solado e cabedal – são finalmente reunidos para formarem o produto final. Mais uma vez temos um trabalho quase exclusivamente manual, orientando a partir da velocidade imposta pela esteira.

Após a produção do sapato, ocorrem a avaliação do controle de qualidade e a expedição do produto, na fábrica de Horizonte-Pacajus, reponsável pela elaboração da peça-piloto e pela produção. Não é responsável pelo fechamento de contratos e a venda da produção, o que é feito pelo escritório administrativo da empresa, localizado em São Paulo. Este fato demonstra mais outro aspecto relacionado à descentralização da produção, qual seja, a unidade desta empresa no Corredor é responsável por fazer e a unidade em São Paulo é por pensar, ou seja, a propaganda e o *design* do produto.

Outra característica que remete ao modelo fordista é o parcelamento das atividades do trabalhador, com a perda do vínculo entre o trabalhador e o produto,

que só é reestabelecido na montagem, operação na qual o trabalhador passa a ver realizado o produto de seu trabalho e restabelece o vínculo perdido. A operadora-líder mostra este quadro: “Na montagem é tão bonito. Eu é (que) faço pedaço, você nem sabe o que é. Você deve ir lá (na montagem) ver, é maravilhoso.”

Dessa forma, observamos que, embora o trabalhador não saiba identificar essa perda, ele sente em sua vivência na fábrica como isso ocorre e se sente maravilhado em ver o produto do seu trabalho concretizado.

Assim, as etapas no setor de corte (o mais importante no processo produtivo) podem ser visualizadas a seguir (ORGANOGRAMA 02):

Organograma 02 - Etapas no Setor de Corte.
Fonte: Vulcabrás do Nordeste, 2006.

Os trabalhadores podem desempenhar diferentes funções na operação de corte. Caso queiram modificar sua função neste mesmo setor, podem realizar cursos

internos, no entanto, isso é um processo demorado, que envolve muito mais de um ano para ser concretizado.

As características mencionadas anteriormente, quais sejam, o caráter de utilização de mão-de-obra intensiva (não qualificada e semiquificada), o parcelamento das atividades do trabalhador, com a perda do vínculo entre o trabalhador e o produto, os trabalhadores podem desempenhar diferentes funções, são características que também são adotadas na expansão da empresa que ela verticaliza sua produção, passando a trabalhar também roupas de marcas esportivas.

Embora, na época de sua instalação no Corredor, a Vulcabrás já trabalhasse com essas roupas, ela era contratante de outras empresas que as produziam. Foi somente no ano de 2004 que ela assumiu o papel de fabricante do ramo têxtil, com o objetivo de aumentar seu faturamento, ampliando sua atuação.

A ampliação do setor produtivo desta fábrica ocorreu como a verticalização da empresa, que ampliou os setores produtivos, passando a atuar também no ramo têxtil. Anteriormente terceirizava a produção têxtil, então passou a assumir essa produção, que teve como conseqüências o aumento de sua área física e a expansão do número de trabalhadores.

O setor têxtil iniciou a primeira linha de produção com a confecção de camisetas, regatas e *short*, com etiquetas da marca esportiva norte-americana Reebok. Em entrevista, o diretor comercial e de marketing da Vulcabrás, Túlio Formicolla Filho, afirma que: “Vamos começar com uma única linha e depois avaliaremos a viabilidade da produção.”

Outra característica compartilhada entre os ramos calçadista e têxtil e que encarece a produção é o custo da matéria-prima; em roupas, é a utilização de fio importado, conhecido como Hydromove, que possibilita a passagem de suor da pele, facilitando a secagem do corpo.

No ano de 1998, a empresa assumiu as operações da marca norte-americana no Brasil, fabricando tênis Reebok³⁴, com o aval de um técnico contratado pela multinacional e terceirizando a produção de roupas esportivas. Com o objetivo de aumentar a produção de roupas esportivas e aumentar sua parcela no

³⁴ No mercado brasileiro, a Reebok constitui atualmente a 2ª. marca de tênis mais vendidos. No restante do mundo, ela ocupa o terceiro lugar, perdendo apenas para a Nike e Adidas. O Brasil é um local privilegiado no circuito espacial da produção da Reebok, pois a marca americana lança simultaneamente, aqui e nos EUA, calçados em dois modelos.

setor têxtil e, conseqüentemente, seu faturamento, a Vulcabrás deixou de terceirizar a produção de roupas, com o objetivo de expandir 15% o negócio das roupas e aumentar 40% o faturamento da Reebok do Brasil.

A Vulcabrás, ao ampliar o mercado e realizar sua verticalização, aumentou a demanda por funcionários, contratando um grande número de trabalhadores semiqualeificados ou não qualificados. Os números são significativos. A tabela (TABELA 12) demonstra aumento de 750% no período de dez anos de atuação da empresa.

Anos	Número de funcionários
1997	1.600
2001	2.400
2005	8.007
2007	12.000

Tabela 12 - Número de funcionários contratados pela empresa Vulcabrás do Nordeste localizada no Corredor.
Fonte: Pesquisa Direta, 2006.

Paralelamente, a empresa ampliou o volume de capital constante, buscando aumentar sua produtividade, melhorar o produto e atender os critérios de qualidade exigidos pelas marcas que representa.

3.2 A fábrica e sua extensão - locus da produção e da socialização

O local de trabalho e o emprego representam grande fonte de identidade e um dos seus espaços de socialização, pois é ali que são realizadas as relações de cooperação, comunicação e troca. Além de abrigar familiares e parentes, possuir variados tipos de festas e palestras, as relações de socialização envolvem outros ambientes que extrapolam o limite físico da fábrica, mas que também a envolvem.

A fábrica representa o local de encontro entre o capital e a força de trabalho que possibilitam a produção. Ela representa importante elemento propiciador da urbanização, oferecendo as condições de oferta de mão-de-obra, mercado consumidor (mesmo que seja destinado à exportação), minimizar custo e tempo. Nesse sentido, Harvey (2005, p.146) afirma que

A fábrica é um ponto de reunião, enquanto a forma industrial de urbanização pode ser vista como a resposta capitalista específica à necessidade de minimizar o custo e o tempo de movimento sob condições da conexão interindústrias, da divisão social do trabalho e da necessidade de acesso tanto à oferta de mão-de-obra como aos mercados dos consumidores finais.

A fábrica representa o local de encontro dos trabalhadores que se reúnem nos momentos mais variados, como no horário das refeições e ocasião de deslocamento até a fábrica e dela para suas residências. Nesses momentos, são verificados aspectos da socialização do trabalhador, que encontram seus compadres, comadres, vizinhos e parentes, enquanto buscam simplesmente sobreviver ou mesmo conseguir a tão almejada ascensão social.

É nesse sentido que trabalhamos a seguir a relação entre os trabalhadores e a empresa, envolvendo questões pertinentes à obtenção de um emprego na Empresa Vulcabrás do Nordeste, como projeto de melhoria de vida ou de ascensão social para os trabalhadores da empresa, ou mesmo para aqueles que ainda sonham trabalhar na organização pesquisada.

Além de tratarmos da valorização da empresa, que ocorre pela atuação da direção da empresa que se utiliza de uma série de esforços para marcar sua individualidade, mediante utilização da prática de um conjunto de técnicas de relações humanas e de integração do operário, é com base nesses fatos que vamos abordar a seguir: os trabalhadores e a empresa, as técnicas de incorporação do trabalhador à empresa e as conseqüências para ambos os membros desta relação.

3.3 Os trabalhadores e a empresa

A obtenção de um emprego na Empresa Vulcabrás do Nordeste representa um projeto de melhoria de vida ou de ascensão social para os trabalhadores ou mesmo para os jovens que possuem o sonho de trabalhar. Para os entrevistados, a empresa representa basicamente a oportunidade de conseguirem entrar no mercado formal de trabalho, ou seja, a garantia de arranjar um emprego com carteira assinada, obtendo minimamente a própria sobrevivência e, às vezes, a da família.

Isto ocorreria, pois o trabalhador teria acesso a pelo menos um salário mínimo mensal, que permitiria que ele pudesse cobrir as despesas básicas suas e em alguns momentos de sua família. Além disso, a assinatura da sua carteira também garantiria o seu ingresso no INPS, dando-lhe a certeza de uma aposentadoria quando chegasse ao tempo de trabalho, podendo receber os salários devidos, não necessitando esperar até a idade mínima estabelecida pelo governo para conceder um salário mínimo ao trabalhador.

Teixeira (1979, p.212) nos fala, a respeito do acesso a pelo menos um salário mínimo mensal, que

A importância que é atribuída á obtenção de um emprego com carteira assinada, advém principalmente da percepção de que isto significa assegurar de uma maneira mais efetiva, condições mínimas de sobrevivência. Nesse sentido o acesso a pelo menos um salário mínimo mensal e o ingresso obrigatório ao INPS, são vistos como sendo de extrema relevância para consecução destas necessidades mínimas.

De um modo geral, o emprego nesta empresa é preferido em relação a outras fontes, pois representa um desejo para os trabalhadores estão desempregados, para os jovens que buscam seu primeiro emprego e, conseqüentemente, buscam uma profissionalização ou mesmo para os trabalhadores de outras empresas do Corredor e de municípios vizinhos que têm o seu salário atrasado praticamente todo mês, além de representar motivo de orgulho para seus funcionários, que relatam as vantagens de se trabalhar na Vulcabrás, a exemplo, as premiações realizadas.

Eles indicam que a empresa contrata com carteira assinada, paga horas extras, sem os atrasos que são bastante conhecidos dos trabalhadores, que já atuarão nas mesmas funções em outras empresas do Corredor, fato que os trabalhadores afirmam ocorrer desde a abertura da sua unidade no Corredor. Além disso, eles também destacam a quantidade de empregos oferecidos por ela e a quantidade de empregos que ela ainda poderá oferecer com futuras expansões que ocorrerem se o trabalhador se dedicar à empresa. Quando perguntamos a um trabalhador da linha de calçados o que ele quer dizer com o trabalhador se dedicar à empresa, ele nos respondeu que o trabalhador tem que executar sua tarefa direitinho, não sujar, cuidar do seu ambiente de trabalho, não faltar eu seu trabalho

por “besteira”, só faltar por motivo de doença e tudo o que o trabalhador puder fazer para ajudar a empresa.

Além disso, os trabalhadores também apontam a existência de uma cesta básica, que é concedida todo o mês, a disponibilização do tratamento odontológico básico, oferecido pela empresa, e a parceria com duas farmácias (uma na Sede municipal de Horizonte e outra em Pacajus). Por esse convênio, a empresa arca com a metade do pagamento dos remédios de que os trabalhadores necessitam.

Embora possuir um emprego com carteira assinada, mesmo ganhando apenas um salário mínimo seja melhor do que nenhum, e a possibilidade de crescer hierarquicamente na empresa sejam importantes elementos de valorização da empresa para o trabalhador, existe outro fator apontado por todos os entrevistados, tanto os que trabalham, quanto os que desejam futuramente estar empregados. Todos os entrevistados destacam que a principal vantagem de se trabalhar na empresa é o salário, que nunca atrasa. O pagamento em dia também é apontado como fator decisivo para jovens que ainda não entraram no mercado de trabalho, mas que estão concluindo seus estudos no ensino fundamental, mas que já têm na Vulcabrás a esperança de conseguir um trabalho formal, que paga em dia.

Dessa forma, pode ser percebido que um direito do trabalhador de receber seu salário no dia certo passa a ser fator de reconhecimento dessa empresa, perante as outras existentes no lugar e dos seus trabalhadores, que se diferenciam dos demais, em razão do não-cumprimento da legislação trabalhista.

Os entrevistados relatam que, além disso, a empresa também oferece uma profissionalização ao trabalhador que começa a trabalhar ali sem ofício. De acordo com eles “entra sem profissão e lá se profissionaliza”. E esse é o próximo ponto da nossa discussão. A seguir vamos tratar do nível de escolarização e da sua profissionalização na empresa Vulcabrás do Nordeste.

Pelas entrevistas, verifica-se que a escolaridade da força de trabalho não é um critério tão representativo para a contratação, na medida em que existem trabalhadores de escolaridades diferentes na mesma função. A variação ocorre, por exemplo, do ensino fundamental incompleto ao ensino médio incompleto, em ambos os setores da empresa. Assim, o nível de escolaridade é um indicativo para a função a desempenhar.

Relativamente à qualificação, a exigência da empresa é menor ainda, pois, de acordo com as entrevistas com os funcionários, nem é feita uma seleção rigorosa

com os futuros funcionários para saber do conhecimento profissional que eles possuem e muitos trabalhadores vão aprender os seus ofícios trabalhando, o que ocorre tanto no ramo têxtil como no calçadista.

No setor têxtil, as “aprendizes” de costureiras começam atuando ao lado de profissionais experientes, em atividades que não exigem muita habilidade, praticando e, paralelamente, tendo aula nas escolinhas de costura, com monitora, em horário alternativo ao turno de trabalho.

Quando nas escolinhas, já estão ganhando, e, com a aprendizagem, começam uma operação e aprendem outras. Há funcionárias que levam 10 dias para fazer novas operações. Com o domínio das operações, têm condição de passar para a confecção. Nesse setor, a costureira pilotista³⁵ tem de saber todas as operações de confecção da peça para poderem explicar, para as outras costureiras, como deverá ser a construção das peças.

Na própria empresa, as costureiras possuem a oportunidade de conseguir aprender a profissão e melhorar sua posição hierarquicamente, podendo chegar à função de pilotista. Isso é um processo demorado e que leva anos de trabalho e empenho, mas pode ser realizado. De acordo com entrevista realizada com uma pilotista da Vulcabrás, as costureiras da linha de produção que aprendem aquelas determinadas funções são obrigadas a fazer a peça com rapidez. O que conta lá é a habilidade que deve ser desempenhada com a máxima velocidade. Quando passam para o setor de confecção, “elas vêm tudo doidas, parece não sei nem o que e a gente (as funcionárias mais experientes do setor) tem que ficar falando para elas, calma, devagar, você não tá mais na linha de produção, você tem que fazer o trabalho devagar, ter paciência, se não você vai perder o dia todo e não vai fazer nada. A gente fala, tem que ter paciência, se errou, tem que desfazer e fazer tudo de novo, é assim mesmo quando ta começando, mas elas não têm paciência e ficam doidinhas”.

No início, o setor contratava costureiras com melhores salários, mas, por contratar, com bons salários, pessoas inexperientes, que diziam saber costurar, acabou por fazê-lo com um salário mínimo. Depois, com o tempo, o salário vai aumentando até corresponder a quatro vezes o mínimo, informação obtida por meio

³⁵ A pilotista é a costureira responsável por montar a peça mais importante de todo o processo produtivo, a peça-piloto, de onde deriva o nome de sua função. A peça-piloto é a mais importante, pois ela é o modelo para as demais: se sair qualquer erro nela, todas as demais peças saíram defeituosas.

de entrevista com a pilotista, o cargo de costureira mais alto que essas funcionárias podem exercer.

No setor de calçados, os trabalhadores sem nenhuma experiência são colocados pelos operadores-líderes em máquinas mais complexas que exigem mais do trabalhador. Embora pareça contraditório, um funcionário auxilia e fiscaliza a atuação do trabalhador que está iniciando o treinamento, não havendo desperdício de tempo.

Para a ascensão profissional, os trabalhadores fazem cursos, dentre eles, de Operador de Máquina e Brigada de Incêndio, com a finalidade de qualificar-se para ocupar outros cargos hierarquicamente mais altos, conseqüentemente, aumentar os salários. Os cursos duram apenas um semestre, em horário alternativo ao trabalho.

De certa forma, porém, os funcionários são motivados a continuar seus estudos, pois a idéia repassada e que algumas vezes ocorre é a de que, quanto maior o nível de escolaridade, maior será a possibilidade de lograr subir hierarquicamente sua função e conseguir melhorar o salário. Pode-se avançar etapas por meio da seleção interna.

Para isso, os funcionários têm que apresentar os cursos exigidos, o nível de escolaridade adequado e para serem então entrevistados pela psicóloga. Atendidas as exigências da empresa, o trabalhador pode exercer a nova função, no entanto, continuam ganhando o mesmo salário da função anterior, pois existe o tempo de experiência, ou seja, oito meses é o mínimo de desempenho na nova função para que o trabalhador passe a ganhar o salário.

Depois, o trabalhador é submetido à nova avaliação pela psicóloga, que avalia o seu desempenho na função e a possibilidade de efetivação no novo cargo. Aprovado, o funcionário passa a receber de acordo com a função já exercida, fato que nos remete ao que Harvey (2005, p. 149) destaca em relação às melhorias dos salários dos trabalhadores, ao assinalar que “se não puderam escapar inteiramente do sistema salarial, provavelmente se dedicarão a melhorar seus salários reais, condições de trabalho etc.” É isso que em parte é verificado com os trabalhadores da Vulcabrás. Como o emprego nessa empresa é a maior garantia de estabilidade para suas famílias, é pela melhoria nas condições existentes que o trabalhador busca ascender socialmente.

Além disso, ele também muda a cor da sua bata. E esse é outro ponto de análise que demonstra aspecto interessante para análise - a cor da bata. A mudança

representa grande conquista para os trabalhadores, pois evidencia perante o grupo que esse funcionário, por esforço próprio e, é claro, pela oportunidade que a empresa propicia, que ele conseguiu, por esforço e dedicação, galgar uma nova posição hierárquica na companhia. Mais do que isso até, representa que ele desempenhou bem o seu papel perante a empresa e ante os demais colegas que trabalham para o crescimento dessa grande família que representa a Vulcabrás.

A trabalhadora que atua como operadora-líder e ganha como uma simples operária da linha de produção fica constrangida quando perguntamos se ela já mudou a cor da bata. Ela demonstra ficar chateada e nos fala que não, que continua ainda com a bata azul. Embora nesse momento de ascensão dessa funcionária possa ela ficar constrangida por utilizar a bata azul, esta é motivo de orgulho dos funcionários que não apresentam constrangimento algum em retornar para do seu trabalho vestindo esta bata.

Nos ônibus que realizam o transporte dos trabalhadores, praticamente a maioria retorna aos seus lares, vestindo a bata, que poderia ser facilmente retirada no momento de saída da fábrica ou em qualquer outro momento de seu retorno. Este fato nos fez crer (e posteriormente foi verificado em conversas com trabalhadores nos pontos de espera pelo transporte fornecido pela empresa para realizarem seu deslocamento) que esta parte da vestimenta tem grande importância como elemento para diferenciação desses trabalhadores em relação aos demais. É uma forma de fragmentação dos trabalhadores que a indústria cria, para promover rivalidades.

Embora seja um elemento obrigatório do trabalho na empresa, os trabalhadores demonstram orgulho na sua utilização e não apresentam nenhum constrangimento em seu uso no deslocamento até a fábrica e dela para sua residência. Nesses momentos, também é verificada a socialização do trabalhador, que encontra seus compadres, comadres, vizinhos e parentes no ônibus. Os momentos da realização do transporte dos trabalhadores e de chegada na empresa e nas paradas para se deslocarem às suas residências correspondem a ocasiões de festa e de encontro, caracterizado pelo barulho dos trabalhadores que conversam, riem e brincam.

Outro aspecto também relevante do relacionamento entre a empresa e os trabalhadores envolve as seleções. A empresa prefere contratar funcionários da empresa para cargos mais elevados, o que representa eles a possibilidade de

ascender profissionalmente, alimentando os sonhos, tornando-os mais dedicados ao exercício do desempenho da sua atividade da melhor forma. Há na ideologia da empresa, uma valorização do trabalho como fonte de êxito pessoal, que pode ser evidenciado nos seus depoimentos.

De acordo com o relato de uma funcionária do setor calçadista, operadora-líder de cursos, com o objetivo de crescer na profissão, a seleção interna é uma forma de a empresa favorecer o trabalhador que possui vínculo empregatício e demonstrar que qualquer trabalhador pode crescer dentro da empresa, desde que se empenhe, faça os cursos fora de seu horário de trabalho, enfim, o plano individual é mais uma vez o responsável pelas conquistas que o trabalhador poderá obter. Ela diz: “Meu gerente hoje já foi supervisor. (...) Eu gosto de lá, de onde eu trabalho. (...) Por que eu comecei de baixo e tô crescendo, tô mudando pelo meu esforço. Eu entrei por que minha irmã me indicou, ela trabalha com roupa. (...) Só depende de mim³⁶.”

O tempo de experiência representa economia para a empresa, uma vez que, com a seleção externa, ela seria obrigada a pagar o salário correspondente no momento da contratação, fato que representa mais uma economia nos gastos, além de passar uma falsa sensação ao funcionário de que ele é prioridade para a empresa e representar mais uma forma de precarizar o trabalho assalariado.

Os cursos passam a idéia de que a melhoria profissional do trabalhador está na sua dependência e uma série de condições são desconsideradas, passando para o nível individual; além de valorizar a empresa do ponto de vista das vantagens imediatas que pode proporcionar, quanto do prisma das possibilidades futuras para o progresso profissional.

Além disso, ao darem idéia de que eles podem melhorar e crescer profissionalmente e, conseqüentemente, socialmente, fazem-no pensar que podem conquistar cargos elevados na empresa. No trecho a seguir, vê-se a intenção do funcionário: “O senhor está pensando em fazer cursos dentro da Empresa? Tô, com certeza, minha intenção é crescer muito lá dentro.”

Dessa forma, difunde entre os funcionários a ideologia de um progresso individual acessível a todos e que depende basicamente dos esforços empreendidos da parte de cada um, independentemente de sua origem social, do grau de instrução

³⁶ Grifo da autora.

formal, uma vez que é exigido apenas um mínimo na educação escolar, das relações familiares e outros. Assim, as possibilidades de ascender na hierarquia da empresa está no alcance do mais simples trabalhador, desde que revele aptidões e empenho para isso. O que pode ocorrer em alguns casos, mas respeitando os limites, como o grau de escolaridade.

Para os entrevistados, a empresa preenche totalmente as expectativas que presidiram a procura de emprego. Os trabalhadores valorizam muito a possibilidade de trabalhar nessa empresa. A qualificação dos cursos de capacitação dos trabalhadores deve ser considerada com algumas restrições. Ela não tem nenhum papel na melhoria da educação (além da simples motivação pessoal do trabalhador), consiste no simples repasse de técnicas, o que pôde ser verificado quando uma trabalhadora do ramo calçadista mostrou a apostila do curso realizado no semestre anterior. Ao tentar explicar o processo produtivo, fala da prática das máquinas e do trabalho organizado, sem entender sistemas de cores, normas de segurança e outros. Entende do saber-fazer, e não do pensar.

Questão interessante é a facilidade do trabalhador que pode facilmente ser realocado no processo produtivo em outras funções. A rotatividade no emprego é grande e ocorre, entre outras coisas, pela necessidade de mão-de-obra com pouca ou nenhuma experiência e que pode ser facilmente substituída.

Oferece ao trabalhador a opção de troca quase imediata de profissão ou firma, caso ele não se adeque ao seu trabalho, em razão de doenças, por exemplo. Em outras palavras, a instalação da indústria subsidiada não oferece grande mudança no perfil da força de trabalho.

Qual cargo o trabalhador que inicia como mero operador pode ocupar? De certa forma, já se tem a resposta com a afirmação de que a seleção interna da empresa tem como critério, além da realização dos cursos, o nível educacional. Como uma boa parte da população, em idade ativa, tem escolaridade variando entre nível fundamental incompleto ao ensino médio incompleto e ensino médio incompleto, não pode ocupar tais funções.

Outra questão a ser investigada envolve as formas de contratação e o perfil dos trabalhadores contratados. A contratação por indicação, o recrutamento de trabalhadores sem experiência, a realização de cursos para ascensão profissional, a seleção interna e a contratação crescente de deficientes auditivos são alguns dos aspectos que envolvem a admissão dos trabalhadores. Eles fazem com que todos

os trabalhadores entrevistados gostem e se sintam valorizados por trabalharem nesta empresa.

Dessa forma, analisando os depoimentos, observamos que, dentre os critérios da empresa para seleção da força de trabalho, o mais importante para quem trabalha é o histórico funcional do trabalhador. É relevante a indicação dos empregados da empresa para contratação de novos trabalhadores. Todos os entrevistados tiveram a indicação de algum parente (esposa, irmã) ou amiga.

Isto funciona como considerável elemento de coesão, garantindo que o trabalhador zele pela empresa, uma vez que esta garante apenas o seu emprego, mas o de sua esposa, de seus pais, cunhados e cunhadas. Assim, também temos um importante mecanismo de proteção para a empresa, uma vez esta fica em uma posição confortável na negociação de acordos trabalhistas ou ao despedir o trabalhador, pois ele tem que pensar primeiramente no bom funcionamento da Empresa e nos empregos dos seus componentes familiares.

Além disso, pode ser evidenciada uma nova orientação “gerencialista”, no sentido de realizar pequenas mas significativas alterações no processo produtivo, implicando a adoção de elementos rurais para aumentar a intensidade do trabalho, conseguir eficiência na limpeza e na organização da produção.

Essa forma de recrutamento é a mais usada, mas há também os contratados pelo SINE (unidades de Horizonte e Fortaleza) e pela entrega de currículo na própria fábrica, recrutamentos que representam economia de tempo e gasto da empresa na contratação de funcionários.

Neste sentido, o SINE/ CE (1996, p. 57) afirma que

(...) essas formas de recrutamento, ao que tudo indica, são uma importante fonte de economia de custos para as empresas. Com efeito, o SINE/CE, através de seu programa de intermediação de mão-de-obra, dispensa as empresas de (1) perderem tempo recrutando seus quadros de trabalhadores, (2) contratarem pessoal especializado para o trabalho de recrutamento; e, (3) investirem recursos para adequar o trabalhador ao perfil exigido pela empresa.

O mesmo estudo acrescenta outra questão: o fato de os contratados terem sido indicados por outros trabalhadores faz com que a mão-de-obra contratada “sinta-se na obrigação moral de não trazer problemas para quem a indicou e, assim,

indiretamente para a própria empresa.” (SINE/ CE; 1996, p. 57). Isso faz com que o trabalhador, que já valoriza o emprego, se torne ainda mais dedicado ao trabalho, uma vez que se acaba endividado com quem o indicou e com a própria empresa que lhe oferece a oportunidade.

Dessa forma, a empresa dispensa gastos com o recrutamento dos trabalhadores, pois ela faz parte daquelas que recrutam trabalhadores pelas informações de cadastro próprio, ou seja, “mercado interno de trabalho”.

O mercado interno não possui ligação com uma possível ascensão profissional, que pode ocorrer somente pela capacitação (qualificação) dos trabalhadores.

Outro aspecto é a contratação de funcionários portadores de deficiência, em especial, a auditiva. Deficiente físico é definido como pessoa que tem anormalidades de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, com incapacidade para desempenho de atividade, no padrão considerado normal para o ser humano. De acordo com os funcionários, a contratação de trabalhadores com deficiência é cada vez maior: é uma exigência às empresas que possuem grande número de funcionários.

Outra questão envolve a segurança do trabalhador, ou seja, o seguro-desemprego. O seguro-desemprego funciona como uma poupança forçada dos trabalhadores que, na maioria das vezes, estão em busca de outro emprego. Longe de representar uma garantia, a família de trabalhadores que possuem poucos membros trabalhando ou mesmo recebendo aposentadoria fica em situação desesperadora, quando demoram arranjar um emprego. Pode ser destacada a utilização do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – recurso indispensável para o trabalhador que perde seu trabalho formal até sua recolocação no mercado de trabalho, seja em qual setor for.

O emprego representa a segurança para a família dos trabalhadores que dependem dos seus salários para sobreviver. Assim, Beynon (1984, p. 211) explica a importância do emprego para os trabalhadores, afirmando que “o que a maioria dos trabalhadores quer de um emprego é que ele ofereça uma segurança. Homens casados e com filhos valorizam um salário regular mais do que qualquer outra coisa em seu trabalho.”

3.4 As técnicas de incorporação do trabalhador à empresa

A valorização da empresa ocorre em virtude de a direção da empresa realizar uma série de esforços para marcar sua individualidade, enquanto procura pôr em prática um conjunto de técnicas de relações humanas e de integração do operário. Trata-se de apresentar o operário como uma grande família, onde cada qual tem que cumprir suas funções com o objetivo de zelar pelo bem-estar de toda a comunidade que se beneficia dos empregos.

A Vulcabrás do Nordeste, a exemplo de outras empresas modernas, mantêm parcerias com farmácias, fornece a condução, refeitório, celebrar as datas comemorativas da comunidade na empresa e outras medidas. Estas representam mais uma das vantagens que a empresa oferece aos seus funcionários. Neste momento nos deteremos nas festas e premiações.

A Empresa reapropria as tradições locais, incentivando os trabalhadores. Utiliza-se das festas tradicionais para agradar trabalhadores, do espetáculo circense, das feiras, dos hábitos de criar animais nos quintais e terreiros, como galinhas. Enfim, propicia e canaliza tais atividades para suavizar a intensidade do trabalho, conseguir um retorno efetivo das mensagens transmitidas e com o objetivo de torná-los mais integrados à fábrica, ao empregar trabalhadores que possuem tradição relacionada ao campesinato trazidas do Corredor ou das áreas próximas, como os Municípios de Itaitinga, Chorozinho. Essa reapropriação das tradições locais torna-se um aspecto peculiar e conhecido da empresa no Corredor, conforme verificado em conversas com moradores que estão concluindo seus estudos no ensino médio, desempregados.

A reapropriação de feriados, como o Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Mulher e festas juninas, além de serestas e pagodes, no horário das refeições, constitui uma das facetas desse tipo de manipulação dos trabalhadores, incentivado e subvencionado pela empresa, como atividades relacionadas à prevenção de doenças, como o câncer de mama, por exemplo. O estímulo a tais ações ocorreu com a contratação temporária dos artistas ou dos médicos.

A empresa realiza pequenas comemorações nessas datas festivas, quando cada trabalhador tem disponível uma hora, havendo três refeições diárias. Em dias de festas, o cardápio é modificado. Nesse momento, o funcionário que normalmente passa de 10 a 15 minutos almoçando, é agraciado com palestras sobre saúde,

danças (nas festas juninas, apresentação de quadrilhas), apresentações circenses e outras formas de distração do trabalhador, em telões.

A data de aniversário na empresa também representa um momento de festas para os trabalhadores. De acordo com uma entrevistada, no aniversário de 10 anos da empresa no Corredor, no ano de 2006, foi realizada uma grande festa na empresa e fizeram um grande bolo de vários metros para celebrar a abertura da organização. Nesta festa, não só a empresa foi celebrada, como também os funcionários que faziam juntamente com a empresa 10 anos de trabalho. Dentre as formas de homenagem nesse dia, eles foram aplaudidos pelos demais funcionários, uma forma de destacá-los perante o grupo.

As festas funcionam como momento de distração do trabalhador que realiza um trabalho cansativo e repetitivo, diariamente, e traz para o espaço da produção elementos da vivência e do convívio social dos trabalhadores para a empresa. A festa é utilizada por esta empresa para desvirtuar o tempo de trabalho, o que representa um subterfúgio de várias empresas.

As premiações ocorrem todos os meses. Os trabalhadores podem ganhar tênis, roupas, sandálias e sapatos do grupo Grendene, que pertencem ao mesmo grupo de controle. Essas premiações acontecem como forma de estimular o funcionário a desenvolver um bom trabalho.

Essas premiações ocorrentes no curso do ano perdem em número de presentes e para a festa ao Natal. As festas de Natal são destacadas pelos entrevistados por serem divertidas e pela quantidade de prêmios que têm a possibilidade de adquirir. Nessa ocasião, o refeitório é todo decorado com enfeites alusivos à quadra natalina, ocorrem muitos sorteios, jogos e brincadeiras, todos podiam conversar, brincar e ganhar prêmios.

A cada ano, a empresa modifica a forma de presentear os funcionários. No ano de 2006, deram ao trabalhador vales com diferentes cores. Cada um representava um tipo de produto e quantidade deste. Nessa data, além dos vulquinhos, os trabalhadores também podem conseguir eletrodomésticos, como geladeira; é o espaço da fábrica tornando-se o local de encontro, de festa e de sociabilidade entre os trabalhadores.

Esta festa em especial parece ser a mais importante, não só porque todos os entrevistados fazem referência a ela, mas também porque é nela o momento em que os funcionários podem adquirir os produtos que eles fabricam, ou mesmo ter

acesso a outros produtos fabricados por outras lojas do Grupo Empresarial Grendene, como as sandálias. Nesse sentido, cita-se Gorz (2003, pág.30) para explicar, com arrimo no referencial de Marx, que o trabalhador não consome o que produz e não produz o que consome. Nas palavras dele

O indivíduo social que não produz nada do que consome e não consome nada do que produz; o indivíduo para o qual a finalidade essencial do trabalho é ganhar o suficiente para comprar as mercadorias produzidas e definidas pela máquina social em seu conjunto.

É nessa festa que ocorre a quebra disso, pois, por meio das premiações, dos “vulquinhas” ou outro tipo de *kit*, o trabalhador tem acesso aos produtos finais fabricados por ele, mas o seu baixo poder aquisitivo não lhes permite possuir, em razão de necessidades existenciais que têm suprir. Estes produtos configuram-se como artigo de luxo, o qual o trabalhador pode possuir ou dá-los aos seus filhos e netos com as premiações, que representam o reconhecimento de um trabalho bem feito e realizado em cooperação de cada trabalhador em sua linha de montagem.

O trabalhador reconhece isto, pois, em entrevista realizada com uma trabalhadora na área de sua residência, ela faz questão de buscar o tênis que ganhou no último Natal (dezembro de 2006) e mostrá-lo, toda orgulhosa, dizendo que aquele tênis era um dos últimos modelos lançados da Reebok e que custava R\$ 420,00 reais nas lojas. Ela ainda acrescenta que, nas premiações, tênis mais caros do que aquele são sorteados e que se poderia observar outros tênis com os demais trabalhadores utilizando a empresa, no dia-a-dia.

Outra trabalhadora também comenta sobre os tênis, dizendo que trocou os tênis que ganhou por outros do mesmo modelo, mas de numeração menor para dá-los aos seus netos como presentes natalinos. Outro trabalhador também realiza a mesma prática, acrescentando que, além de ser presente de natal, ele vai ser utilizado como calçado para ir à escola, representando menos um item a ser comprado.

Os *kits*, além de serem motivo de orgulho para os trabalhadores que agora utilizam produtos de qualidade e alto valor, também vão preencher alguma necessidade desse empregado. O momento de festa transcende o local da fábrica e

amplia-se na direção da vivência do trabalhador que comemora a chegada dos *kits* na época natalina.

Com isso, a empresa busca propiciar um “espírito de família na empresa” ao repassar a idéia de que ela está presente em todas as datas comemorativas da vida e que ela está atenta para os seus gostos e desejos, ao selecionar grupos circenses e seresta. Vê-se claramente como a empresa procura fazer parte da vida do trabalhador, indo além da mera produção.

Outra característica pertinente ao relacionamento da empresa com seus funcionários e que demonstra, mais uma vez, a apropriação de elementos culturais dos trabalhadores, são as brincadeiras que alertam os funcionários para a limpeza nos setores. Embora com um encarregado geral da limpeza, são os funcionários os responsáveis pelo serviço. Ficando sujo o setor, é solto um porquinho e o supervisor passa dizendo que os funcionários são porquinhos e gostam da sujeira.

A passagem do porquinho em um setor traz problemas para os seus funcionários, pois, ao ser solto em um setor, ele implica a diminuição na premiação a cada funcionário do setor. Assim, foi introduzido na indústria o porquinho. Com isso, cada trabalhador passa a funcionar como uma espécie de “gerente”, vigiando os outros funcionários do mesmo setor, controlando a eficiência e agilidade, a assiduidade dos outros e se o companheiro de trabalho mantém o ambiente limpo. Pode ser percebido que o trabalhador é vigiado constantemente na sua atividade, inicialmente pelo colega, que pode ser prejudicado com a diminuição das premiações ou com o assédio moral do grupo que forma determinada linha de produção perante os demais setores.

Dessa forma, o fato chama a atenção para o trabalho em grupo e para que cada trabalhador seja fiscal do outro para a empresa, visando a não ser prejudicado. O trecho da entrevista de um trabalhador de calçados ilustra o fato:

Geralmente, as pessoas tem que se corrigir, eu gosto de falar, se eu ver um cara sujando eu falo, ei macho olha a sujeira, por que se o porquinho vai lá, vai prejudicar o setor. Porque se um porquinho vem para um setor ele prejudica. São três galpões grandes. Se um lado do galpão suja, o outro acusa.

A fiscalização ocorre de várias formas. Os trabalhadores como são amigos, parentes e/ou compadres conversarem entre eles nas seções, próximos às máquinas. Esse comportamento é desaconselhado, mesmo que o assunto não seja

do âmbito pessoal e seja de interesse da Empresa. Quando os trabalhadores são abordados nesta situação, eles imediatamente repreendidos verbalmente e ao se justificarem, alegando que estavam comentando assuntos de trabalho, o trabalhador (pode ser outro trabalhador da linha de produção, o operador-líder ou mesmo o gerente), que o repreendeu afirma que eles não devem ter esta atitude, pois, mesmo que seja assunto de trabalho, os demais não tem como saber o que eles estão conversando.

De certa forma, todos os funcionários passam a vigiar tudo o que ocorre no interior da jornada, controlando até mesmo as saídas momentaneamente de seus postos de trabalhos para ir ao banheiro ou mesmo a duração do horário de refeições. Assim, podemos observar os detalhes em que se revelam a praticamente à onipresença da vigilância e da repressão subjetiva que utiliza elementos presentes na cultura do lugar e que são utilizados de forma cuidadosa, apelando para brincadeiras para controlá-los.

O processo produtivo é a grande finalidade do sistema e, portanto, não pode ser interrompido. Não é apenas vigiando a todo o momento os trabalhadores que ocorre a intensificação da mais-valia (FIGURA 27). É pela criação de funções complementares que as funções essenciais do sistema produtivo oferecem as condições necessárias para que haja uma contínua produção.

Figura 27 - Trabalhadores da Vulcabrás do Nordeste no Corredor, demonstrando a intensificação da mais-valia.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento de Horizonte, 2007.

Assim surgem funções no processo produtivo que vão além do trabalho braçal na produção. Nesse sentido, selecionamos as funções que envolvem a

operação de corte no setor calçadista (QUADRO 04) da empresa para explicitar como isso tal acontece.

Operador-líder é uma dessas funções que possui grande importância no processo produtivo. Ele é o responsável por informar a cada trabalhador a produção do dia. Dessa forma, ele tem que chegar mais cedo na fábrica do que os outros funcionários para pegar a instrução do dia e fazer o levantamento do material a ser utilizado e fazer o pedido ao depósito. Quando os outros trabalhadores chegam, tudo deve estar pronto pra a produção, pois eles não têm tempo a perder.

Além do Operador-Líder, que tem essa função na organização, existe outro funcionário o “encarregado”, cujo trabalho é fazer com que os demais trabalhadores não fiquem parados nenhum momento; pois, é colocado por vários trabalhadores na realização das entrevistas, realizadas em 2007, que “o funcionário não pode parar”³⁷. O trabalho deste funcionário torna explícito a intensificação do trabalho do empregado, que não ocorre com o prolongamento da jornada de trabalho, mas com a intensificação do ritmo deste, configurando o que Marx chamou de mais-valia relativa e que é característica da realidade estudada.

³⁷ Fala conseguida na entrevista com um dos encarregados.

Função	CBO	Descrição da Atividade
Auxiliar de Produção	784205	Prepara materiais para alimentação de linhas de produção; organiza a área de serviço; abastece linhas de produção; alimenta máquinas e separa materiais para reaproveitamento. Auxilia o operador a finalizar as atividades desempenhadas, como amarrar pacotes de componentes, destacar apliques, recolher material silcado, prepara os lotes para o pesponto.
Controlador de OF	411005	Controla e executa as rotinas administrativas de controles da produção, imprime e controla planos de trabalho destinados aos operadores de máquina, executa atividade administrativa de controle de produção, emitindo documento de acompanhamento dos lotes de produção.
Encaixista de Lectra	764205	Prepara máquinas e peças para o corte de componentes de calçados; mantém máquinas e equipamentos em condições de uso, executa operações de ajuste de componentes a ser cortado na máquina programável-Lectra. Separa componente cortado e prepara os lotes para a etapa seguinte.
Inspetor de Qualidade	391205	Inspecciona o recebimento e organiza o armazenamento e movimentação e insumos; verifica conformidade de processos; libera produtos e serviços; trabalha de acordo com normas e procedimentos técnicos, de qualidade e de segurança e demonstra domínio de conhecimentos técnicos específicos da área executa atividades de controle dos componentes que são cortados, serigrafados, frequenciados no setor de corte. Atividade de inspeção antes da costura (Pesponto).
Instrutor de Treinamento	764005	Prepara materiais, acompanha o processo de treinamento dos empregados novatos, orienta os empregados quanto às questões de qualidade, produção e segurança do trabalho. Atua em vários processos da produção de calçados, treina empregados do setor de corte.
Monitor	760405	Efetua atividades de controle dos empregados, controla o ritmo da produção. Distribui tarefas em todo o setor de produção, controle de atividades e mão-de-obra.
Operador de Corte	764105	Corta e organiza as peças para a confecção de calçados e separa as peças cortadas. Prepara peças do cabedal. Executa atividades de corte de componentes para a fabricação de calçados, opera máquinas e equipamentos do setor.
Operador de Máquinas	764205	Prepara máquinas e peças para o corte de calçados; corta peças para a fabricação de calçados; monta os componentes antes da costura, mantém máquinas e equipamentos em condições de uso. Opera máquinas e equipamentos do setor de corte.
Operador Especializado	764205	Prepara as máquinas e peças para o corte de calçados; distribui as tarefas para o corte de componentes; prepara máquinas e peças para a montagem e serigrafia dos componentes e montam. Mantém máquinas e equipamentos em condições de uso. Relata anomalia de máquinas e equipamentos ao supervisor.
Operador de Lectra	764205	Prepara a máquina de corte programável, efetua ajustes para o corte de componentes de calçados, mantém máquinas e equipamentos em condições de uso; efetua limpeza e retirada de materiais e retalhos.
Operador Líder	764205	Prepara e inspeciona as atividades de grupo de operadores de corte de calçados, definido tarefas e prioridades de trabalho, estabelecendo os modelos a serem cortados, os materiais a serem utilizados no processo.
Supervisor de Produção	760405	Efetua controles de produção e qualidade, efetua controle de empregados na execução das tarefas, orienta os empregados nas operações de máquinas e equipamentos. Determina aos empregados a execução de tarefas e controla os seus resultados. Estabelece planos de trabalho e avalia os seus resultados. Prepara escala de trabalho.

Quadro 05 - Funções envolvidas nas operações de corte.

Fonte: VULCABRÁS DO NORDESTE, 2006.

Além do operador-líder, outra função aparece no momento das entrevistas com um operador-líder, que é o encarregado. Ele possui a função de auxiliar o operador-líder. É responsável por abastecer constantemente os funcionários com a matéria-prima, deslocando-se constantemente do galpão de trabalhado ao depósito ou realizando o que for necessário para o andamento contínuo da produção.

A partir disso, pode ser afirmada a importância da produção. Outro elemento que confirma o fato está presente no depoimento da operadora-líder, as tornar explícito que o único objetivo do trabalho é a produção, ou seja, pagar³⁸ 19.600 mil pares durante um dia de trabalho, das 0 a 24 horas. “As pessoas vão almoçar em diferentes horários, de acordo com o operador-líder. O supervisor não quer saber se eu deixo todo sem almoçar, ele quer saber da produção.”

No depoimento, a operadora-líder se refere ao fato de que é ela quem decide qual operador de linha de montagem vai almoçar, almoçar às 9h15min, 10h15min ou 11h15min. Dependendo da quantidade dos pedidos, ela pode realizar a rotatividade de trabalhadores na tarefa mais difícil, propiciando maior rendimento do trabalho.

Sem banco de horas para a saída do trabalhador no horário, para que não ocorra o desconto de um dia de trabalho, é preciso conversar com o Supervisor: se ele julgar importante e a produção não estiver atrasada ou com grande quantidade de ordem para ser realizada, pode liberar, sendo necessário bater o cartão na entrada e na saída para não haver desconto do sai de trabalho. “Se tiver um problema, fala com o supervisor geral e se for um problema sério, ele libera, por que se não o pessoal ganha uma falta inocentemente e a firma, como é que vai saber.”

Os supervisores de produção, encarregados de setores e gerentes, têm a tarefa de disciplinar o trabalho. São os responsáveis pelo controle de faltas, com descontos salariais, perda de prêmios individual, no setor correspondente, ou mesmo outras possíveis gratificações que possam ocorrer, chegando em último caso à demissão do faltoso.

A Vulcabrás aceita atestado para dispensar o trabalhador - mais uma vantagem para o operário - de acordo com este depoimento:

Tem empresa que não aceita atestado. A Vulcabrás aceita o atestado. Eu não acho que a firma seja exigente não, pagamento quinzenal, vamos dizer

³⁸ Termo utilizado para designar a fabricação do calçado.

que eu receba pagamento quinzenal que nunca atrasa. Depende do profissional para ajudar a empresa, não faltar.

Os trechos analisados demonstram o quanto o funcionário se sente ligado à empresa e deve ajudá-la no seu crescimento, por ser bom funcionário, sem falta e sem trazer nenhum problema para aquela que lhe deu a oportunidade de trabalhar e ainda pode empregar parentes e amigos. “Você refletindo bem, a empresa que mais emprega gente no Ceará é a Vulcabrás e tem oportunidade de empregar muito mais gente.”

Além disso, é na esfera do trabalho, no interior da fábrica, que encontramos elementos de sustentação para a empresa, que toma por base a diretriz “trabalho para todos” no interior da fábrica. Isto começa com a ampliação do número de empregos, inicialmente com o aumento do setor calçadista e posteriormente com a criação do setor têxtil. Isto propiciou o aliciamento de famílias de trabalhadores mediante a contratação por indicação dos componentes familiares dos que já estavam trabalhando.

A abundância de empregos e a contratação de funcionários por indicação, mediante seleção de parentes e familiares, e de certa forma, a propaganda realizada pela empresa e reproduzida pelos funcionários, funcionam como elemento de aliciamento para outros futuros trabalhadores. É uma importante propaganda para uma empresa que utiliza mão-de-obra intensiva e deve ter um “mercado” sempre disponível, propício e que acredita ser esta uma grande chance para eles conseguirem um emprego em uma firma como a Vulcabrás, que não pára de crescer e que oferece emprego para muitas famílias.

Não pode ser esquecida, porém, outra característica do processo de trabalho que envolve os trabalhadores do chão-de-fábrica (FIGURA 28), ou seja, as atividades com remuneração baixa, em muitos casos, exigem maior esforço físico dos trabalhadores. Em alguns casos, doenças resultantes de esforço repetitivo realizado em certa profissão, costureira, por exemplo, manifestam problemas à frente, como o caso de entrevistada, que passou anos trabalhando “no pesado”. Agora exercendo a mesma profissão, em atividades mais leves, apresentou problemas no braço, necessitando de cirurgia.

Figura 28 - Trabalhadores na linha de produção da Vulcabrás do Nordeste, no Corredor.
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento de Horizonte, 2007.

Até nesse caso percebemos como a trabalhadora defende a empresa em questão. Ela afirma que o seu atual problema, que ainda não a impede de trabalhar, não é responsabilidade da empresa onde trabalha atualmente, pois é fruto dos anos de trabalho e que tem muita sorte de estar trabalhando ali, pois agora tem a facilidade de ter desconto nos remédios e se precisar mesmo, pode apresentar um atestado.

Mesmo que a intensidade do trabalho anteriormente realizado tenha conduzido a esses problemas, a continuação desse esforço físico, mesmo de forma menos intensa implica o agravamento de sua condição. A entrevistada não mostra, no entanto, estar preocupada com o quadro. A filha fala que ela já deveria estar se tratando, mas a entrevistada não tem a menor intenção de parar de trabalhar, afirmando, através de sua religiosidade, que Deus não deixará que nada de ruim aconteça.

Outro caso ilustrativo é o de um antigo funcionário dessa indústria calçadista que pegou vírus na garganta, deixou a empresa para ser vendedor de outro grande grupo empresarial de móveis que abriu uma unidade no Corredor. Esse é o seu quarto emprego e ele afirma que agora encontrou um bom emprego, pois ele já conseguiu uma promoção e não trabalha mais pegando no pesado.

3.5 A Vulcabrás como geradora de fluxos - a mobilidade dos trabalhadores

A chegada da Vulcabrás no corredor promoveu alterações na dinâmica deste e na relação do Corredor com outros municípios. Os fluxos gerados envolvem não somente as matérias-primas e o destino dos produtos circunscrevem também fluxos mais diretamente relacionados ao local, a exemplo da mobilidade dos trabalhadores.

A mobilidade dos trabalhadores envolvem os fluxos intrametropolitanos (FIGURA 29), que representam os deslocamentos realizados diariamente pelos operários dessa empresa entre as suas residências e a Vulcabrás. É nela que nos deteremos para realizar a análise.

Figura 29 – Trabalhadores da Vulcabrás sendo deixados em um dos pontos de parada da rota dos ônibus da Empresa.

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

A unidade do Corredor é evidenciada com a ampliação do movimento de trabalhadores ao se deslocar dentro do Corredor, entre os municípios ou distritos para as Sedes e também dos seus lugares de moradia em Fortaleza, Itaitinga etc. A unidade concretiza-se diariamente, reforçando o caráter interdependente dos municípios que a compõem.

Alguns trabalhadores também vêm de Fortaleza, Chorozinho e Itaitinga, no entanto a maior parte da mão-de-obra desta empresa é originária do Corredor. Dessa forma, resolvemos elaborar um mapa (MAPA 02) demonstrativo de algumas rotas, que envolvem desde a empresa até uma das garagens, localizada no começo do Município de Pacajus, objetivando evidenciar esta unidade.

De acordo com as entrevistas realizadas com os trabalhadores, os cargos mais especializados, como os postos de administração, gerência e recursos humanos, empregam trabalhadores de Fortaleza. Embora também haja trabalhadores nestes postos oriundos do Corredor, mas esses possuem alguma ligação com políticos do lugar.

Em relação aos trabalhadores do chão-de-fábrica, embora alguns representantes do poder público destaquem a exclusividade dos trabalhadores pertencentes ao Corredor, pelo compromisso que a Prefeitura tem com as indústrias de garantir exclusividade de contratações para a população, justificando o discurso de geração de emprego e renda, existem trabalhadores que possuem suas residências³⁹ em Fortaleza⁴⁰, Chorozinho e Itaitinga.

Adaptarem-se às condições postas do trabalho não envolve apenas seguir a disciplina do trabalho que representa vestimenta ou horários. Também se trata da sua fala e de sua postura, que expressavam a retração e a desconfiança que os trabalhadores demonstravam quando eram abordados, fato evidenciado no discurso de comprometimento com a empresa e a desconfiança, pois alguns nos perguntavam se tínhamos ligação com grupos políticos locais.

O movimento pendular de trabalhadores da Vulcabrás é intenso. Deslocam-se, podendo utilizar como meio de transportes ônibus, bicicletas, carros ou a pé, no entanto, devido ao tráfego intenso realizado na BR por grandes veículos, eles preferem utilizaram os ônibus da empresa.

A indústria utiliza um esquema de transporte que foi feito através da compra de uma empresa de transporte, anexada ao patrimônio do grupo, que disponibiliza os seus ônibus (FIGURA 30) para atender ao transporte dos trabalhadores.

³⁹ Optamos por colocar a expressão “possuem suas residências” em vez de são oriundos, pois observamos durante as entrevistas que alguns dos moradores do Corredor eram antigos moradores de Itaitinga ou mesmo de locais mais distantes, a exemplo da área do Jaguaribe; ou mesmo, eram nativos do Corredor, mais passaram bastante tempo morando em Fortaleza, Piauí e São Paulo, ou ainda moraram em vários destes locais, retornando à terra natal com a divulgação pelos seus familiares de um surto de emprego industrial.

⁴⁰ Em entrevista realizada com um trabalhador da Vulcabrás residente em Fortaleza, ele nos relata a dificuldade de arranjar emprego na Capital e as vantagens de trabalhar na Vulcabrás.

Figura 30 – Trabalhadores da Vulcabrás sendo deixados no Corredor Horizonte-Pacajus, às margens da BR-116.
Fonte: Trabalho de campo, 2006.

Nos ônibus que transportam os funcionários não ocorre distinção de funcionários nem por hierarquia, nem por setor. Assim, casais, familiares, compadres e amigos que trabalham no mesmo turno podem socializar estes momentos. A diferença que existe ocorre em relação aos ônibus destinados a cada rota.

Os ônibus que realizam a rota que passa por Fortaleza, transportando os funcionários que moram em Fortaleza⁴¹, são os mais confortáveis, com ar-condicionado e cadeiras reclináveis. Os ônibus que circulam pelo Corredor não oferecem o mesmo conforto; muitos trabalhadores vão em pé. De acordo com a funcionária do vestuário (pilotista de confecção), em entrevista realizada em março de 2007, “os ônibus daqui não oferecem conforto não, mas como a viagem é pequena, agente tira de letra, quem quiser vir de pé, são poucas as pessoas que vem em pé.”

Não é isso, no entanto, que é verificado na observação da paisagem, na qual percebemos uma quantidade significativa de trabalhadores em pé dentro dos ônibus. Observamos mais uma vez como os trabalhadores se empenham em justificar qualquer atitude da empresa que possa atentar contra esta que disponibiliza seus empregos.

Os trabalhadores utilizam esses ônibus tanto para se deslocarem à empresa, quanto para suas residências nos três turnos de trabalho. Esse deslocamento não

⁴¹ Existem trabalhadores residentes em Fortaleza, a exemplo dos moradores dos bairros de Nossa Senhora das Graças e do Pirambu. Informação obtida em entrevista com pilotista de confecção, em entrevista realizada em maio de 2007.

ocorre somente no turno de trabalho dos operários, pois também pode acontecer quando eles retornam à empresa para realizar os cursos de capacitação que abrangem um horário de expediente. O horário dos turnos de trabalho nos setores calçadista e têxtil podem ser visualizados na tabela (TABELA 13) a seguir:

Horários	Turnos	
	Calçadista	Têxtil
Manhã	05:00 - 13:40	05:00 a 13:20
Tarde	13:40- 09:40	13:20 as 09:40
Noite	09:49 – 05:00	-

Tabela 13 – Horários e turnos de trabalho nos setores calçadista e têxtil na Vulcabrás do Nordeste.

Fonte: Pesquisa Direta realizada através de entrevistas com os trabalhadores, 2006.

Cada rota tem seu horário e caminhos predeterminados, a qual é praticamente a mesma tanto no sentido de levá-los para a empresa ou para suas residências (FIGURA 31), salvo quando a rua não tem duas mãos, quando é estabelecido um pequeno desvio no percurso.

Figura 31 – Trabalhadores da Vulcabrás retornando para suas residências.

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

A magnitude do fluxo de funcionários dessa empresa pode ser percebida na hora em que os ônibus realizam o percurso da garagem para empresa e vice-versa, quando visualizamos os movimentos dos ônibus em diversos sentidos. Nas proximidades da empresa também existem mototaxistas que aguardam a oportunidade de transportar algum passageiro.

A mobilidade do trabalho também envolve modificações na paisagem. No horário da tarde, em breve momento que dura em torno de 15 a 20 minutos, as ruas por onde passam os ônibus ficam tomadas por funcionários da empresa que buscam se abrigar em baixo de árvores ou de qualquer outra forma de proteção, buscando evitar o sol intenso deste horário. De madrugada e ao anoitecer, a mesma concentração ocorre, mas por motivos distintos, quais sejam, buscam proteger-se de furtos.

Esse quadro repete-se diariamente, constituindo-se uma territorialidade que Souza (2001) descreve como cíclica, chamando-a de flexível, observada na rotatividade dos trabalhadores que ocupam o espaço das ruas.

Enfatizamos que a mobilidade engendrada pelo trabalho constitui apenas uma das mobilidades urbanas que envolvem outros tipos de atividades, como lazer, consumo e estudo, também alteradas pelos múltiplos rebatimentos da chegada da indústria no Corredor. Resolvemos enfatizá-la, em razão de analisarmos o trabalhador em uma perspectiva geográfica.

3.6 Conseqüências da relação empresa/trabalhador

Quais são os efeitos dessas técnicas de incorporação do trabalhador à empresa? Primeiramente, deve-se ter em mente a noção de que todas essas formas de relações humanas e de integração do trabalhador, de algum modo, necessitam representar benefícios reais aos trabalhadores. Elas significam representam vantagens concretas que estimulam seus trabalhadores e conjugam-se para criar uma imagem bastante positiva da empresa. Quanto a essa questão, todas as entrevistas realizadas pelos funcionários e demais moradores do Corredor não deixam margem para dúvidas. A Vulcabrás possui elevado prestígio entre os moradores do Corredor e perante seus funcionários de outras localidades.

Esta afirmação não implica, de modo algum, negar a existência de conflitos, queixas e descontentamentos, tampouco em supervalorização do sucesso do esquema de relações humanas da empresa. É claro que o envolvimento que ocorre entre empresa e trabalhador não é fruto do mero envolvimento emocional do trabalhador, nos também de interesses econômicos e de benefícios que a empresa pode oferecer, mas que se confunde e cria a imagem da empresa como integrante

da comunidade e fazendo com que o trabalhador sinta que o seu trabalho e desempenho é resultado de sua construção e sinta a empresa como sua.

Essa grande oportunidade de trabalhar em uma empresa que possui uma política de valorização do trabalhador, que oferece oportunidades para que os trabalhadores possam crescer, e que paga sempre em dia seus funcionários e abriga muitas famílias em seu quadro funcional, são aspectos altamente valorizados por seus trabalhadores e sempre que possível seus trabalhadores são lembrados disso.

Dessa forma, as finalidades lucrativas da empresa não são apenas completamente compatíveis com os objetivos dos funcionários, mas fazem parte de seus interesses. E, assim, as metas da política empresarial são atingidas: trabalhadores satisfeitos e orgulhosos por integrarem a empresa e prontos a se dedicarem a ela com maior afinco. Se não ocorre uma identificação total de todos os trabalhadores não é fruto de uma possível consciência de classe ou mesmo da consciência de um trabalhador explorado ou manipulável. Se ela não é total, é única e exclusivamente decorrente da intensificação da mais-valia relativa que ocorre mesmo que eles não se dêem conta do processo.

Além disso, as entrevistas anteriores também nos permitem realizar mais um comentário a respeito dos benefícios que a empresa oferece aos seus trabalhadores. Os benefícios, as premiações e até mesmo a concessão de os direitos trabalhistas representam uma recompensa que concede aos seus trabalhadores e não representam nenhuma espécie de conquista sindical. Elas são uma recompensa concedida ao funcionário que desempenha bem as suas funções e busca o melhor para a sua empresa.

A remuneração recebida, inclusive por aqueles trabalhadores que conseguiram obter maior posição na hierarquia das funções oferecidas, não está vinculada à melhoria do salário, mais sim a uma conquista que ele, o trabalhador, alcança, além de representar um dever com a empresa, que oferece oportunidade de trabalho a várias pessoas de suas famílias e que ainda ensina uma profissão aos mais jovens que não possuem qualquer capacitação.

A atitude dos trabalhadores perante a empresa mostra que o trabalhador de chão-de-fábrica se sente participante no rumo que esta pode apresentar. Assim, eles relacionam as suas perspectivas individuais com os processos políticos e sociais mais amplos e valorizam o desenvolvimento da empresa na medida em que

acreditam que nessa mesma proporção serão criados mais postos de trabalhos e a organização beneficiará ainda mais as comunidade.

Esse comportamento traduz as próprias condições que propiciaram a criação e, posteriormente, o aumento no número desses postos de trabalhos, quais sejam, a presença de trabalhadores que possuem origem agrícola, pois poucos tinham uma experiência em indústrias, até por que, para muitos, a experiência constitui o seu primeiro emprego, a rapidez com que houve o processo de industrialização no Corredor e a possibilidade de uma certa ascensão social.

Em relação ao que os desagradava no serviço, eles responderam que “nada desagradava”, fato pertinente ao quadro da maioria dos trabalhadores, com exceção de um trabalhador do ramo calçadista que, embora afirme que, gosta de trabalhar lá, também diz que gostaria de ganhar um pouco melhor, pois, nos seus empregos anteriores, ele já chegou a ganhar bem mais. Outro trabalhador que não reclamou foi o que adquiriu um vírus na garganta. Este afirma que não gostou do ambiente de trabalho de lá, mas diz também que muita gente gosta. Pensando nesses trabalhadores, surgem duas possibilidades, primeiramente, é possível que os trabalhadores possuam a certa idade e que já trabalharam em outras firmas, estejam avaliando o seu atual serviço em termos de comparação com atividades que desempenharam anteriormente em outras empresas e em função de aspectos que os desagradavam.

A segunda hipótese trata dos trabalhadores mais jovens, que valorizavam bastante o seu primeiro emprego, a sua profissionalização e a possibilidade de crescimento dentro da empresa. Não deixa de ser significativo, entretanto, o fato de que a maioria dos entrevistados respondeu desse modo, o que é indicativo de uma adaptação ao trabalho e de uma valorização do emprego e da empresa.

Outra questão relevante é a referente à estabilidade. Dois fatores parecem-nos importantes para que se entenda a não-menção dos trabalhadores a esse aspecto. A estabilidade só ocorre nas entrevistas vinculadas à idéia de desempenho do bom profissional. Se no trabalho, a pessoa fizer todas as atividades de forma correta, ele não precisa temer nada, pelo contrário, receberá recompensas, nas formas de homenagem, a exemplo dos que foram homenageados por possuir 10 anos de empresa e receberam premiações. É desnecessário assinalar que eles são um grupo seletivo, em virtude da certa estabilidade que conseguiram.

A segunda diz respeito à contratação de vários membros da mesma família. Ao contratar várias pessoas de uma mesma família, fica mais fácil para o empregador negociar as formas de indenização do empregado, o que inclusive envolve o grupo anterior, pois, ao ser despedido, o empregado vai falar com o pessoal dos recursos humanos e é realizado um acordo, cuja finalidade é não prejudicar o trabalhador desempregado, nem a empresa que ofereceu o trabalho para ele e para outros membros da família, a qual ele não quer prejudicar.

Essa indenização a ser recebida constitui um capital reserva, uma “poupança forçada”, que terá a função de assegurar a sobrevivência até conseguir nova colocação. Às vezes, o próprio empregado pede para ser despedido, como o que apresentou vírus na garganta, por não querer ficar mais no emprego e para receber a indenização.

De forma geral, pode ser afirmado que o trabalhador do chão-de-fábrica de pouca ou nenhum preparo para o trabalho encontra na empresa Vulcabrás do Nordeste a possibilidade de abertura de postos de trabalho para demais componentes familiares ou membros outros da comunidade. Praticamente, eles reconhecem que as possibilidades de conseguirem outro emprego com tantos benefícios e com a possibilidade de melhorar de vida dentro do atual *status* socio-profissional são poucas, fato que os diferencia perante os demais moradores do Corredor. É essa empresa que é capaz de lhes proporcionar uma melhor situação econômica e outras vantagens consideravelmente superiores às outras do lugar nos quais trabalharam ou mesmo oferecem uma situação melhor do que a oferecida pela maioria das indústrias. Assim, esses trabalhadores constituem um grupo que tem a consciência de ter melhorado de vida e/ou ascendido socialmente, de que se encontrar fora da Vulcabrás do Nordeste S. A., colocação profissional equivalente à atual, outro fato que também corrobora qualquer menção ao sindicalismo ou mesmo a uma melhoria nos salários.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos capítulos desta dissertação, procurou-se oferecer uma descrição das principais características da relação entre trabalhadores e a empresa Vulcabrás do Nordeste S. A., localizada no Corredor Horizonte-Pacajus. A forma de exposição adotada que dividiu o estudo em quatro capítulos, requer agora que seja realizada uma recapitulação para evidenciar as conclusões a que chegamos.

A indústria que se implantou na década de 1990 no Ceará inseriu o Corredor em circuitos da produção em escalas mais amplas e diversificadas. Dessa forma, a dinâmica industrial verificada no Corredor ocorre por meio de componentes regionais, nacionais e internacionais. Isso acontece pelas necessidades atuais de circulação do sistema capitalista, que expandem cada vez mais suas relações de produção articulando novos atores e novos agentes na divisão territorial do trabalho, uma vez que os novos fluxos gerados não envolvem somente o capital, matérias-primas e produtos, mas envolvem os trabalhadores e as alterações no seu cotidiano e na paisagem.

A indústria que se implanta conta com os incentivos oferecidos pelo poder público, com os benefícios dos aportes técnicos (estradas, portos e aeroportos) que a RMF possui e com a proximidade da capital. Além disso, o Corredor apresenta um número crescente de trabalhadores cuja taxa começou a aumentar antes mesmo do período industrial, que se intensificou com a industrialização.

Como as indústrias que vieram para o Ceará são caracterizadas pela utilização intensiva de mão-de-obra, pagam salários menores e não possuem tradição sindicalista, o Corredor torna-se um lugar de excelência. A própria característica de crescimento dos municípios em torno da BR-116, uma das principais vias de escoamento de mercadorias do Estado, favorece a implantação das indústrias que diminuem gastos ao disporem-se nas margens da via.

Dentre as indústrias, destacam-se as do ramo calçadista. No Corredor, a indústria calçadista que se instalou foi a Vulcabrás do Nordeste. Cresceu consideravelmente, expandindo o seu ramo produtivo, passou a trabalhar no ramo têxtil, ampliou sua área física com a construção de mais um galpão e ampliou gradativamente o contingente de trabalhadores formais no Corredor.

Desde então, restaram estabelecidas diferentes relações espaciais, ocorrem modificações no cotidiano e na paisagem, especialmente para os trabalhadores

desta indústria, que conhecem novas mobilidades, a segurança de um trabalho com carteira assinada e possuem um salário certo todo mês e pago em dia, o acesso ao crediário, podendo comprar seus bens, tanto em lojas do Corredor como na Capital.

Durante o transcorrer do trabalho, foram realizadas constantes referências aos trabalhadores que compõem a mão-de-obra do Corredor. Pensamos em apresentar com base em um grupo de estudo de trabalhadores dessa empresa, elementos que oferecessem indicadores gerais do que está ocorrendo com aqueles trabalhadores. Obviamente, as atitudes e orientações do grupo decorrem tanto dos traços particulares da empresa quanto das características mais gerais dos trabalhadores cearenses. Portanto, lidávamos com duas ordens de fatores: os que decorrem da situação de trabalho na Empresa Vulcabrás do Nordeste e os que procedem do conjunto de trabalhadores cearenses, especialmente os referentes às características da industrialização que ocorre no Estado e também no Corredor, e dos trabalhadores que compõem esse universo.

É desnecessário dizer que as atitudes verificadas na prática interna da empresa não podem ser generalizadas, a não ser para os trabalhadores de fábricas semelhantes, que se utilizam da existência de uma mão-de-obra abundante e sem tradição sindicalista. Além disso, a empresa não foge ao perfil das indústrias subsidiadas no território, que contratam trabalhadores de níveis mais elevados em Fortaleza ou mesmo em outros lugares, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Deste modo, está claro que os resultados obtidos na investigação não podem ser estendidos arbitrariamente para o conjunto total ou trabalhadores cearenses, mas as atitudes perante as empresas são grandemente influenciadas pelas características gerais do trabalhador cearense, envolvendo suas origens, expectativas e aspirações em relação ao seu conjunto de possibilidades.

Assim, no que diz respeito à representatividade do grupo estudado, pensamos que os resultados alcançados por meio da pesquisa qualitativa possuem características semelhantes a outros grupos de trabalhadores formados nos últimos anos por empresas semelhantes, a exemplo do verificado pelos trabalhadores da empresa Dakota em Maranguape, outra grande empresa do ramo calçadista.

No que se refere às singularidades da empresa, há alguns elementos ligados a sua implantação no Corredor que necessitam ser ressaltados. A Vulcabrás do Nordeste foi criada no Corredor como fruto das transferências de uma grande empresa de São Paulo, voltada para uma produção em massa destinada

prioritariamente ao mercado externo. A implantação dessa e de outras empresas que objetivam possuir as maiores vantagens locacionais teve o papel de dinamizador da economia do Corredor e por um aumento expressivo no número de postos de trabalho tem como variável importante a faixa etária dos trabalhadores.

A utilização de uma mão-de-obra com baixa ou nenhuma qualificação é possível em razão das características dessa indústria, que utiliza o trabalho parcelado e em série, características do modelo fordista, e que constitui característica marcante nesta empresa. Assim se explica a contratação de trabalhadores de níveis diferentes de escolaridade, na mesma função, ou mesmo a contratação de pessoas sem nenhuma experiência profissional anterior que as qualifique para o desempenho das suas funções. Paralelamente, a busca de um trabalhador especializado de outros locais, a exemplo de Fortaleza e do eixo Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com Rodrigues (1979, p.182) ao se referir à mão-de-obra pouco qualificada utilizada na indústria, ele exprime que “os setores semiquualificados e braçais, na sua maioria, são retirados do setor primário da economia.” Esse quadro é aplicável para o Corredor que, desde a instalação industrial, modificou o perfil da mão-de-obra, apresentando uma queda nos postos de trabalho do setor primário, um crescimento contínuo no setor secundário e paralelamente com o crescimento não tão acentuado do setor de serviços.

Ao analisarmos a realidade da maior parte da mão-de-obra, ou seja, os trabalhadores semiquualificados e braçais, estes representam uma mão-de-obra abundante, pois neste trabalho eles possuem uma série de benefícios que não encontram em outros, a exemplo do verificado no nosso estudo de caso.

Não podemos, porém, deixar de enfatizar que, embora a maior parte dos trabalhadores apresentem hábitos rurais, pouca instrução, a falta de qualquer qualificação, isto não representou uma dificuldade para o aproveitamento dessa mão-de-obra para a indústria.

Com o passar de mais de uma década das indústrias, no entanto, e com a própria forma de trabalho parcelado que essas indústrias utilizam, os fatores mencionados, que vão muito além de uma mera questão de adequação técnica, demonstram que houve um rápido adestramento dessa mão-de-obra para a realização das tarefas. Tencionamos enfatizar é o fato de que não se trata de simples capacitação para o trabalho, mas sim de uma desqualificação educacional e

social que envolve a própria vivência do trabalhador. E, pensando a realidade das indústrias modernas, elas necessitam de pelo menos trabalhadores que sejam alfabetizados e capazes de se ajustar com certa rapidez à organização interna da empresa. E é nesse ponto que a empresa Vulcabrás do Nordeste S. A. apresenta sua diferenciação nas suas técnicas de relações humanas com seus funcionários, ocorrendo a apropriação de elementos do lugar e da cultura de seus trabalhadores.

A apropriação de elementos do lugar pode ser evidenciada na utilização de um elemento da cultura rural, o porquinho, que passa entre os galpões dos funcionários do chão-de-fábrica, lembrando a eles a necessidade de um ambiente limpo e bem-cuidado para o bom desempenho do trabalho.

Essa “tática” parece ter um excelente efeito, pois nenhum trabalhador deseja que sua linha de produção seja destacada perante as demais como “suja” e “porca”. Embora isso também implique quantidade de prêmios que o trabalhador possa não receber, esse quadro envolve muito mais aspectos subjetivos, pois, principalmente as trabalhadoras, não querem a sua imagem associada à de porquinhos, o que é tratado como uma grande “brincadeira” entre elas e o gerente, que vai em cada setor, anunciando a passagem da porquinho, mas que é motivo de constrangimentos entre as funcionárias, que se preocupam com essa associação. Esse é apenas um dos elementos dessa apropriação que também envolve as festas e elementos, como o circo e as serestas, que fazem a alegria dos funcionários.

Outro ponto é o baixo salário pago a esses trabalhadores que, em sua grande maioria, recebem apenas o salário mínimo. Esse fator está condicionado à grande quantidade de mão-de-obra barata, ao baixo nível de qualificação profissional e educacional dessa população, que ganha menos do que outros profissionais que desempenham a mesma função em outros estabelecimentos dos mesmos grupos empresariais, fato que amplia ainda mais o controle dos grupos industriais. Não pode ser esquecido, porém, o fato de que é justamente a existência de uma mão-de-obra abundante, sem tradição sindicalista e para a qual a existência de um salário mínimo mensal, que representa uma grande conquista para esses trabalhadores que almejam uma vaga nessas companhias, a exemplo do que foi bastante exemplificado pela Vulcabrás.

Para uma população caracterizada pela pobreza, carente de opções profissionais e meios de subsistência, o apego ao emprego tende a ter muita importância em virtude do projeto de melhoria de vida ou de ascensão social. As

possibilidades de ascensão na hierarquia da empresa, no entanto, mesmo quando estas atravessam uma fase de expansão, como a Empresa Vulcabrás do Nordeste, no momento em que realizamos a pesquisa, são limitadas a uma série de condições que os trabalhadores que desejam se submeter ao processo seletivo têm que possuir. A maioria dos trabalhadores vai adquirir sua profissionalização, a exemplo das costureiras.

Os trabalhadores que atuam na linha de produção, os braçais e os moradores que desejam trabalhar na empresa em foco manifestam uma preocupação muito acentuada com o salário, tanto mais que efetivamente ocupam os níveis inferiores da escala de remuneração. Já os trabalhadores que conseguem crescer hierarquicamente dentro da empresa passam a ter uma preocupação maior em conseguir alcançar melhores posições dentro da empresa e com o *status* que acreditam possuir e com o que essa conquista representa para eles. Um aspecto interessante que envolve essa questão é que os trabalhadores, mesmo ganhando bem menos do que deveriam receber, e utilizando a bata da cor de um “simples” operário braçal, no período de experiências, e sente extremamente valorizado em fazer parte desse grupo.

Por meio da ampliação da mais-valia relativa que a Vulcabrás aumenta seus lucros e consegue tornar-se mais competitiva, pois, além de pagar um salário mínimo à maior parte dos seus funcionários, possuindo uma mão-de-obra barata, perdendo apenas para a mão-de-obra da China e da Índia, ela intensifica o ritmo de trabalho.

Outra questão é a mobilidade do trabalhador. Destacamos a mobilidade do trabalho, pois, além da mão-de-obra ser um atrativo para a vinda desta indústria, entendemos que, de certa forma, as outras mobilidades urbanas, como o estudo e o consumo, encontram-se intrinsecamente relacionadas ao trabalho.

A mobilidade do trabalhador verificada empiricamente demonstra a complexidade que esta indústria representa, mostrando também a intensidade dos fluxos engendrados. Acreditamos que esta possua também seu caráter contraditório e complementar, na medida em que deva ser considerada de forma positiva, quando o trabalhador amplia seus limites de atuações, convive em outros locais e estabelece maneiras de sobrevivência e laços de solidariedade.

Também temos que considerar, no entanto, quais fatores levam os trabalhadores a deixar sua terra natal, como ausência de emprego e a expectativa

de ascensão social. Em relação aos movimentos pendulares, o deslocamento diário é realizado em detrimento do tempo de lazer que o trabalho possui.

Mesmo funcionando como um modo a mais de exploração, os trabalhadores destacam os benefícios de trabalhar nesta empresa específica com tais benefícios. Essa aparente contradição revela a própria face contraditória do sistema e do trabalho no modo de produção capitalista. O trabalho passa a abrigar a exploração do trabalhador, sua alienação no processo produtivo e de produto final de seu trabalho; paralelamente representando a fonte de melhoria de vida, de conquista pessoal e ascensão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva; PESSANHA, Eliana Gonçalves da Fonte (Org.)...(et. al.). **O Trabalhador Carioca**: Estudos sobre Trabalhadores Urbanos do Estado do Rio de Janeiro: JC Ed., 1994. Série Ciências Sociais/UFRJ. p. 170.

ALTHUSSER; BADIOU. Tradução de Elisabete A. Pereira dos Santos. **Materialismo Histórico e Materialismo Dialético**. 2ª. ed. São Paulo: Global Editora, 1986. p. 93.

AMORA, Z. B. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, J. B. da S. (org.) et all. **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

_____. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: AMORA, Z. B. (org.). **O Ceará**: Enfoques Geográficos. Fortaleza: FUNECE, 1999.

AMORA, Z. B. & GUERRA, E. C. **Mobilidades**: por uma ruptura do urbano na contemporaneidade. In: SIMPURB – Simpósio de Geografia Urbana. Anais (CD – ROM), Manaus: 2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

ARAGÃO, R. B. **História do Ceará**. Fortaleza. Vol. 1, 3º ed. Fortaleza: IOCE: 1985.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BENKO, G. Economia, espaço e globalização. São Paulo: [s. n.], 1999.

BERNAL, M. C. C. **A metrópole Emergente**: A ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Brasil S.A., 2004.

BEYNON, Huw. Tradução de Laura Teixeira Motta. **Trabalhando para Ford**: Trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 2ª. ed. p. 531.

BILAC, Elisabete Dória. **Família de trabalhadores**: estratégias de sobrevivência. São Paulo: Símbolo, 1978. (Coleção ensaio e memória; 9) p. 157.

BNDES financia R\$ 5,7 mil para Vulcabras criar software. 05 de Janeiro de 2006. Disponível em: «<http://www.tiinside.com.br/Filtro.asp?C=265&ID=59499>, 19/07/06». Acesso em 19/07/06.

BNDES. SANTOS, Angela Maria Medeiros Martins, CORREA, Abidack Raposo & ALEXIM, Flavia Menna Barreto. **A indústria de calçados no estado do Ceará**. Fortaleza: BNDES, dezembro de 2001. (Setores Produtivos 2 – SP2).

CARLEIAL, L. **Avaliação da política industrial do Ceará**: uma contribuição ao debate. Fortaleza: IEL/FIEC, 1983.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992 (coleção repensando a geografia).

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, João Paulo. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 93.

CASTRO. I. E, GOMES. P. C. C, CORRÊA. R. L. **Geografia: conceitos e temas**, São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. p.75-116.

CAVALCANTE, T. C. (et al) (org) **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

Ceará. Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa. **Diagnóstico do subsetor coureiro calçadista do Estado do Ceará**. Fortaleza, 1978. p.93.

CELSO, Furtado. **Crise do socialismo e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção questões da nossa época; v.33). p.104.

Centro Tecnológico do Couro Calçados e Afins. **Calçados, componentes e matérias-primas**. Novo Hamburgo: CTCCA, 1994. (Série Couro Calçados e Afins, v.7) p.110

CORIAT, Benjamin. Tradução de Emerson S. da Silva. **Pensar pelo Avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994. p. 212.

ELIAS, D. e SAMPAIO, J. L. F. **Modernização Excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002 (coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

FIEC. **INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO CEARENSE 2004/2005**. Fortaleza, 2005.

GORZ, André. Tradução de Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 203.

GORZ, André. Tradução de Jacqueline Castro. **Estratégia Operária e Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. p.196.

GUEDES, Simoni Lahud. **Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores**. Niterói: EDUFF, 1997.p. 355.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências)

_____ **Condição Pós-Moderna**. Tradução: Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 1993

_____ **O NOVO IMPERIALISMO**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: edições Loyola, 2004.

HUMPHREY, John. Tradução de Maria Augusto Fonseca. **Fazendo o Milagre: Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira**. Petrópolis Editora Vozes Ltda. em coedição com CEBRAP, 1982. p. 251.

IBGE. **RESULTADO DO UNIVERSO DO CENSO 2000 CEARÁ**. (Vários anos)

JORNAL DA FIEC, Fortaleza. **Ministro dos Transportes veio ao CE para liberar recursos à BR-116**. Disponível em: «<http://www.sfiec.org.br/noticias/br070604.htm>» - Acesso em 19/07/06.

JORNAL DA FIEC, Fortaleza. **SENAI e prefeitura de Horizonte firmam parceria**. Disponível em: «<http://www.sfiec.org.br/fiec-hoje/setembro/10/default.htm>» - Acesso em 19/07/06.

JORNAL DA FIEC, Fortaleza. **Sistema FIEC chega a Horizonte**. Disponível em: «<http://www.fiec.org.br/publicacoes/jornalfiec/edicoes/1102/default.asp?URL=5>» Acesso em 19/07/06.

KARTCHEVSKY, Andrée...(et. al.); tradução de Sueli Tomazini Cassal. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.193.

KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy; COGGIOLA, Osvaldo. **Novas Tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995. p. 167.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA, I. M. **Ceará vira pólo exportador de grifes de luxo Com mão-de-obra barata, cidades na periferia de Fortaleza produzem para Diesel, Donna Karan e outras**. Folha de São Paulo, São Paulo, 13/11/2005. Disponível em: «<http://clipping.planejamento.gov.br/noticias.asp>». Acesso em: 17/07/2006.

LIPIETZ, Alain. Tradução de Catherine Marie Mathieu. **Miragens e Milagres: Problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988. p. 231.

LOPES, José Sérgio Leite...(et al.). **A Tecelagem dos conflitos de Classe na Cidade das Chaminés**. : Editora Marco Zero e Editora Universidade de Brasília em co-edição com o MCT/CNPq, . p. 623. (Coleção Pensamento Antropológico)

LOPES, José Sérgio Leite...(et al.). **Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v.5) p. 226.

LOPES, José Sérgio Leite...(et al.). **O Vapor do Diabo: O trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 2ª. ed. (Estudos brasileiros; v. 10) p. 220.

LOWY, Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 141.

MANDEL, E. **O Capitalismo tardio**. Apresentação de Paul Singer. Tradução de Carlos de Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade & Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas)

MARTINS, M. de F. A. Espaço e Política na realidade dos conjuntos habitacionais. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A., SEABRA, O. C. de L.(org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MORAIS, Odilon Máximo de. **Reestruturação Espacial do Trabalho na Indústria Cearense 1986 a 2000**. Fortaleza, 2003. p.153. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia).

MOREIRA, R. Repensando a Geografia. In: Santos, Milton (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A Nova Fábrica de Consensos**: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998. p. 215.

PEREIRA Jr., E. A. **Industrialização e Reestruturação do Espaço - O caso de Horizonte-Pacajus - Ce**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UECE, 2001.

_____ **Industrialização e Reestruturação do Espaço Metropolitano**: Reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE). Fortaleza: EDUECE, 2005.

PEREIRA, Vera Maria Candido. **O Coração da Fábrica**: Estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Campus, 1979. (Contribuições em ciências sociais; 4). p. 242.

PGU –ALC; PREFEITURA DE MARANGUAPE; UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ; ÁGORA XXI. **Funções de Intermediação de cidades pequenas e médias**: Maranguape, estudo de caso. Maranguape, 2001. paper.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE (PDDU). **Relatório de questões**: módulo conceito. Horizonte: Governo do Estado do Ceará/Prefeitura Municipal de Horizonte, 2000.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE PACAJUS (PDDU). **Relatório de questões**: módulo conceito. Pacajus: Governo do Estado do Ceará/Prefeitura Municipal de Pacajus, 2000.

RIGESA. **Histórico**. Disponível em: «<http://www.rigesa.com.br/empresa/histórico>». Acesso em: 17 de agosto de 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: EDIPE, 1966. (Coleção Corpo e Alma do Brasil – Difusão Européia do Livro). p.222.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e Atitudes Operárias** (Estudo de um grupo de trabalhadores). São Paulo: Editora Brasiliense, 1970. p.217.

SABÓIA, J. **A Dinâmica da Descentralização Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, 2001. (Texto para discussão. IE/UFRJ; n. 452). Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/publicações/discussao/td452.pdf>, consulta em 10 de janeiro de 2007.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século. XXI**. São. Paulo, Editora Record, 2001

SILVA, Elizabeth Bortolaia. **Refazendo a Fábrica Fordista**: contrastes da indústria automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha. São Paulo: HUCITCE/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1991. p. 394.

SILVA, J. B. da S. (org.) et all. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

SILVA, J. B. da. A região metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, J. B. da S. (org.) et all. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

SIMÃO, J. **VULCABRÁS DE ROUPA NOVA**: Maior fabricante de calçados do País põe o pé no setor têxtil. Está lançando produtos da grife Reebok. Disponível em: «http://www.terra.com.br/istoedinheiro/254/negocios/254_vulcabras_roupa_nova.htm ». Acesso em: 17/07/2006.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. A. A. de. **Cidade: Lugar e Geografia da Existência**. Fortaleza: BNDES, dezembro de 2001. (Setores Produtivos 2 – SP2).

TEIXEIRA, F. J. S. **CIC**: a razão esclarecida da FIEC. Fortaleza: IMOPEC/ ADUFC/ CUT/ CPT, 1995.

TEIXEIRA, F. J.; Oliveira, M. A. de (orgs.). 2.ed. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva** – as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo/ Fortaleza: Cortez/UECE, 1998.

VULCABRÁS DO NORDESTE. **Apostila**: Operador de Máquina de Corte: Calçados. 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)